UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
CURSO DE MESTRADO

CELSO GONÇALVES DA SILVA

"PORQUE NÃO NOS SEPARA UM MAR, SEPARAM-NOS TRÊS SÉCULOS": ENTRE O CONTESTADO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, MODERNIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1914 A 1920

NITERÓI - RJ
2017

CELSO GONÇALVES DA SILVA

“PORQUE NÃO NOS SEPARA UM MAR, SEPARAM-NOS TRÊS SÉCULOS”: ENTRE O CONTESTADO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, MODERNIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1914 A 1920

Relatório de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Prof. Marcelo Timotheo

NITERÓI - RJ
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CELSO GONÇALVES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Marcelo Timotheo

Orientador

_____

Prof. Dr. Fernando Silva Rodrigues

Membro Titular da Banca

_____

Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves Almeida

Membro Titular da Banca

_____

Profa. Dra. Marly Viana

Membro Suplente da Banca

Niterói, _____de _____de 2017.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, João Antonio da Silva e Altaysa Azevedo da Silva (*in memorian*). Dedicados, pacientes e persistentes durante minha infância. Comprometidos com a árdua tarefa de transmitir a importância de estudar, foram eles que me direcionaram às primeiras conquistas da vida. São os meus exemplos de vida ética. Mais do que proporcionar acesso aos estudos, eles me mostraram os caminhos da persistência na honestidade e as vantagens do árduo caminho do trabalho. Serei sempre grato por terem me mostrado, de forma firme e segura, qual a melhor direção a seguir.

A minha filha Nathalia, com as suas observações desafiadoras, me fazendo pensar e rever alguns aspectos da minha vida.

Ao meu filho Gabriel, presente da vida, o filho que sonhei na minha adolescência. Que tanto amo e me orgulho.

Ao meu filho Matheus, amado companheiro das jornadas da vida, que me mostrou o valor da paternidade e a quem deposito em sua juventude a certeza de um mundo melhor e que, sempre atenciosamente, contribuiu com as correções da Língua Portuguesa.

Agradeço a Elisângela Freitas pelo apoio, incentivo, compreensão e companheirismo, sem os quais os meus caminhos seriam mais penosos.

Ao amigo Alcemar Ferreira Júnior, que, desde antes do início do curso de mestrado, me brindava com o seu descomunal conhecimento sobre tudo e que me auxiliou sobremaneira a encontrar o meu objeto de estudo.

Ao amigo, professor e incentivador Fernando Silva Rodrigues, pois sem seu auxílio e direcionamentos seguros não estaria agora escrevendo esse agradecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Timotheo, pela paciência e boa vontade com que me conduziu nesse desafio, fazendo momentos difíceis parecerem pequenos e incentivando sempre para superar todos os obstáculos.

Aos professores da Universidade Salgado Oliveira, não fosse o conhecimento que, com dedicação e responsabilidade, se dispuseram a repartir, pelo profissionalismo e brilhantismo para ajudar na solução de dificuldades não teria sido possível a produção dessa dissertação.

Aos colegas, em especial aos do grupo de pesquisa, que possibilitaram desenvolver a análise do tema sobre outra ótica.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Essa dissertação trata de analisar a relevância da Guerra do Contestado e da Primeira Guerra Mundial para o processo de transformação do Exército Brasileiro no período de 1914 a 1920, tempo esse balizado tanto pelo início dos confrontos da terceira expedição do Exército no Contestado, quanto pela conflagração da Primeira Guerra, ambos os eventos ocorridos em 1914, e pela chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil, em 1920. A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu num momento em que os oficiais do Exército buscavam a transformação da Força por meio da sua reorganização e modernização, tentando, principalmente, fazer valer a lei que estabelecia o sorteio militar universal para o ingresso no serviço militar das Forças Armadas. O Exército interviu, por força constitucional, no movimento rebelde que ocorria na fronteira do Paraná com Santa Catarina. No Contestado, os comandantes perceberam as deficiências existentes para a mobilização da tropa, o pronto emprego e as atuações nos combates. A Primeira Guerra ocorreu entre 1914 e 1918 e a possível cobiça estrangeira pelas riquezas brasileiras, a percepção da impossibilidade de os Estados Unidos defenderem as Américas das nações europeias beligerantes, no alcance da Doutrina Monroe e as fragilidades demonstradas pelo Exército durante a campanha do Contestado assustaram as elites nacionais. Percebe-se que, apesar da importância da Guerra do Contestado para as modificações ocorridas no Exército, à época, os militares usaram a Primeira Guerra para levar as ideias de transformações a cabo e aumentar a força efetiva do Exército. Nessa perspectiva, pretende-se evidenciar, no conjunto dos acontecimentos, como esses eventos foram importantes para as modificações iniciadas no Exército Brasileiro a partir de 1905 e levadas a cabo em 1920, com a chegada dos integrantes da Missão Militar Francesa (MMF).

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Guerra do Contestado. Primeira Guerra. Transformação. Modernização. Reorganização.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to show the relevance of the Contestado War and World War One (WW1) on the transformation process in the Brazilian Army from 1914 to 1920, which was marked both by the beginning of the confrontations of the third expedition of the Army in the Contestado and by the beginning of WW1, both events in 1914, and the arrival of the French Military Mission in Brazil in 1920. The Contestado War (1912-1916) occurred when Army officers sought the transformation of the Force through its reorganization and modernization, trying, in particular, to enforce the law that established the universal military draw for military service in the Armed Forces in Brazil. The Army intervened, under constitutional rights, in the rebelious movement that was in progress in the border of Paraná and Santa Catarina (two Brazilian states). In the Contestado, Army commanders realized the Army's deficiencies in the mobilization of troops, their readiness for combat and the federal troops performance in the conflict. World War One, which occurred between 1914 and 1918, heightened fears of possible foreign greed for Brazilian wealth. Fear heightened by the perceived impossibility of the United States to defend the Americas from the belligerent European nations, according to the Monroe Doctrine, and also by the weaknesses demonstrated by the Brazilian Army during the Contestado campaigns. From this, among the Brazilian elites - high officials, politicians, intellectuals - there arose an important debate about the difficulties of the young Republic to face foreign threats. It is noteworthy that, despite the importance of the Contestado War for Army modifications at the time, the military used mainly World War One to bring about changes and to increase the strength of the Army. In this perspective, it is attempted to show, considering the afore mentioned events, how important they were for the modifications initiated in the Brazilian Army, starting in 1905, and carried out in 1920, with the arrival of the members of the French Military Mission (MMF in Portuguese).

Keywords: Brazilian Army. Contestado War. First War. Transformation. Modernization. Reorganization.

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS 10

1 ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS DA GUERRA 26
1.1 A Guerra do Contestado 26
1.2 A historiografia da Guerra do Contestado 36
1.3 As narrativas épico-memorialistas: da guerra (1912) à década de 1950 44
1.3.1 General Fernando Setembrino de Carvalho – Os historiadores de farda 50
1.3.2 Mauricio Vinhas de Queiroz – Os messiânicos 55
1.3.3 Rogério Rosa Rodrigues – Os historiadores da atualidade 67

2 A GRANDE GUERRA E O BRASIL 72
2.1 Preâmbulo 72
2.2 A Guerra na Europa 73
2.3 A grande guerra e a sociedade brasileira 79
2.4 O perigo alemão 88
2.5 A doutrina Monroe e o Brasil 101
2.6 O poder militar brasileiro e a guerra 112

3 O EXÉRCITO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX 127
3.1 Transformações, reorganizações e modernizações 127
3.2 A transformação no ensino militar 139
3.3 A transformação no serviço militar 153
3.4 A modernização do exército 157
3.5 As reorganizações do exército 162

CONSIDERAÇÕES FINAIS 170

REFERÊNCIAS 176

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Essa dissertação tem como objetivo analisar a relevância da Guerra do Contestado e da Primeira Guerra Mundial para o processo de reestruturação e modernização do Exército Brasileiro no período de 1914 a 1920, tempo esse balizado tanto pelo início dos confrontos da terceira expedição do Exército no Contestado, quanto pela conflagração da Primeira Guerra, em 1914, e pela chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil, em 1920[1]. Busca-se analisar de que forma, no conjunto dos acontecimentos à época, esses eventos foram importantes para as modificações iniciadas no Exército Brasileiro a partir de 1905 e levadas a cabo em 1920, com a chegada dos integrantes da Missão Militar Francesa (MMF).

Ressaltamos, no entanto, que não é o escopo deste trabalho unicamente o debate sobre a participação do Exército Brasileiro em torno do conflito da região do Contestado. O estudo aqui projetado tenciona questionar a Guerra do Contestado em sua versão aceita pela historiografia nacional e os motivos para a modernização do Exército nas primeiras décadas do século XX.

A presente dissertação será organizada em três partes, a saber: um primeiro capítulo em que o conflito e a historiografia sobre o Contestado serão apresentados; um segundo capítulo em que será desenvolvida uma análise e discussão acerca dos receios e temores de uma possível invasão estrangeira em território brasileiro durante o período que antecedeu e sucedeu a Grande Guerra; e um terceiro capítulo sobre a questão da reestruturação do Exército no período de 1905 a 1920.

Diversos estudos sobre a Guerra do Contestado têm apresentado reflexões e debates acerca da sua relação com a reorganização e modernização do Exército Brasileiro nas primeiras décadas do século XX, com a assertiva de que aquela guerra teria sido a principal preocupação do Exército Brasileiro à época da campanha no Estado de Santa Catarina (RODRIGUES, R., 2008).

---

[1] "A 28 de maio de 1919, o Decreto nº 3.741 autorizou o Governo do Brasil a contratar na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército. A assinatura do contrato para uma Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) ocorreu em 08 de setembro de 1919. No entanto, somente em março de 1920 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro [...]" (RODRIGUES, F., 2008, p. 119).

Os primeiros anos da República trouxeram desorganização e desordens ao Exército e este estava tentando se reorganizar quando foi envolvido nas lutas em Canudos[2]. Essa experiência de combate nos sertões baianos não produziu um Exército mais profissional, mas “serviu para perturbar os militares e deixar importante marca na psique institucional”, que seria reaberta com o Contestado, conforme a afirmação de um oficial em um editorial que tratava da guerra: “[...] os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando á lucta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso exército succumbiu aos tiros certeiros dos jagunços [...]” (McCANN, 2009, p. 63)..[3]

Enquanto a terceira expedição[4] do Exército Brasileiro estava se dirigindo para o Contestado, em 28 de julho de 1914, eclodiu a Primeira Guerra Mundial na Europa.

A Guerra em Santa Catarina demonstrou para as elites militares e políticas as fragilidades do Exército e a Primeira Guerra ofuscou os acontecimentos na Região do Contestado, sendo este último tratado pelos oficiais do Exército dos gabinetes no Rio de Janeiro como apenas outro conflito em um lugarejo remoto, dispensável de maiores atenções. Com o início da Grande Guerra, os verdadeiros receios das elites nacionais eram a possível cobiça estrangeira pelas riquezas brasileiras e a impossibilidade de os Estados Unidos defenderem as Américas no alcance da Doutrina Monroe (McCANN, 2009).

O Ministro da Guerra, Marechal Francisco de Paula Argollo, observava, já em 1904, que os brasileiros ainda não compreendiam o perigo a que estava exposto o território nacional. O País não podia confiar nos “princípios da jurisprudência internacional e na eficácia das notas diplomáticas”. Sem uma força militar forte, o Brasil dependeria da boa vontade das grandes potências. Ele suspeitava da possibilidade das grandes potências “que reformulam e interpretam a lei internacional” para subordinarem

---

[2] A Guerra de Canudos foi um episódio da História do Brasil no qual se confrontaram o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular e que durou de 1986 a 1987, na então comunidade de Canudos no interior do Estado da Bahia. Segundo McCann (2009, p. 63), morreram cinco mil soldados do Exército Brasileiro em menos de um ano.

[3] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **A Defeza Nacional**, nº 13, 10 out. 1914, p. 1.

[4] Conforme Rogério Rodrigues (2008, p. 52), onze operações militares ocorreram na região do Contestado entre 1912 (Coronel Comissionado João Gualberto à frente da Força Policial do Paraná) e 1915 (General Setembrino, Terceira Expedição Militar do Exército), sendo que das onze, oito foram organizadas pelas forças policiais dos estados de Santa Catarina ou do Paraná, com a participação parcial do Exército ou não. As duas expedições anteriores à Expedição Setembrino, comandadas pelo Exército foram: Expedição Coronel Adolfo de Carvalho e Expedição General Mesquita, ambas em 1914.

a nação brasileira aos “interesses superiores da humanidade”. As potências poderiam justificar uma tomada do território brasileiro com o argumento de que “todos os homens têm direito aos frutos do planeta” e que os brasileiros demonstram incapacidade de explorar e utilizar as riquezas do País para o benefício de todos[5].

Outra importante discussão é a perspectiva de se pensar a possibilidade de as populações de colonos de fala alemã existentes nos estados do Sul do Brasil se rebelarem contra o governo central, a favor da Alemanha.

Segundo Bandeira (1994), as relações entre germânicos e o Brasil remontam à expedição de Cabral às terras brasileiras, quando alguns artilheiros germânicos participaram do desembarque dos lusitanos em Porto Seguro e depois disso os germânicos estiveram presentes durante toda a história do Brasil colonial, imperial e republicano, que demonstra a relação daquele povo com as terras brasileiras desde a viagem do descobrimento.

Durante o final do século XIX e início do século XX, os indivíduos de origem germânica foram enviados maciçamente para as regiões do sul para promoverem um aprimoramento da raça brasileira em substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos.

> O pensamento autoritário no Brasil teve na questão racial papel importante para sua consolidação. A influência das teorias racistas importadas via Gabineau, Lapouge e outros exerceram influência importante em vários intelectuais brasileiros, mas não podiam determinar apenas a separação de raças e a superioridade do homem branco. Para a realidade do Brasil, era necessário sustentar outro caminho para reorganizar a sociedade brasileira: o do embranquecimento da raça feito por meio da entrada de imigrantes brancos europeus e a proibição da entrada de novos contingentes de negros e asiáticos. (RODRIGUES, F., 2008, p. 73).

“Os germânicos contavam com aproximadamente 400 mil indivíduos e se mostravam refratários a qualquer forma de integração no país que os acolheu.” (COMPAGNON, 2014, p. 57). Eram chamados de o “perigo alemão”[6], pois “habitavam áreas imensas dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e

[5] Relatório do Ministro da Guerra de 1904 (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904, p. 3-5).

[6] Tal tese consistia na imaginada existência de um plano separatista das colônias germânicas concentradas no sul do Brasil, visando tornar a região independente politicamente. Muitas vezes, essa

que, caso tentassem um movimento revolucionário ou de cisão, as forças do governo federal seriam insuficientes para contê-los". (COMPAGNON, 2014, p. 60).

Em Nação Armada, McCann (1982) considera que o Contestado revelou muitos problemas organizacionais, como o fato de os generais parecerem ter a intenção de usar a Primeira Guerra para aumentar a força efetiva do Exército e o receio dos militares de verem a Amazônia invadida e repartida entre as poderosas nações europeias, a exemplo dos continentes asiático e africano.

Para Hobsbawn (2009), essa preocupação era infundada, pois, em vastas extensões da Ásia e das Américas, uma repartição maciça por potências europeias estava fora de questão por motivos políticos. Nas Américas, a situação das colônias europeias sobreviventes estava destinada pela Doutrina Monroe ao controle comercial e à expansão imperial dos EUA: somente os EUA tinham liberdade de ação.

> Na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal. As Américas constituíam, é claro, a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. À exceção da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenho) do século XVIII, sem maior significado econômico ou outro. Nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe. (HOBSBAWN, 2009, p. 42).[7]

Segundo Bandeira (1994), quando, em 1884, a Alemanha lançou-se à conquista de territórios fora da Europa e ocupou Togo e Kamaroun, na costa ocidental da África, alguns do círculo diplomático de Berlim perceberam a perspectiva de que a derrubada da monarquia no Brasil poderia acarretar o desmembramento de algumas regiões, em especial o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e da possibilidade de promoverem um Estado alemão, mas o chanceler da Alemanha, Otto Von Bismark, rechaçou essa ação por temer complicações com os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha.

---

teoria conspiratória incluía o Segundo Reich no seu raciocínio, onde a separação do sul seria uma das etapas de um plano pangermanista de dominação mundial. (PIRES, 2015, p. 74).

[7] Conforme Hobsbawm, entre 1875 e 1914, somente as Américas não foram afetadas substancialmente pelo processo de divisão das nações pelas potências europeias. Com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho, os países eram repúblicas soberanas. Nesse período, as únicas anexações que se deram foram feitas pelos Estados Unidos e se restringiram a Porto Rico (permitindo que Cuba mantivesse uma independência meramente nominal) e a uma estreita faixa ao longo do novo Canal do Panamá. (HOBSBAWN, 2009, p. 41).

A invasão da Bélgica pela Alemanha, em quatro de agosto de 1914, foi considerada uma violação do direito internacional e demonstrou às elites brasileiras que os acordos e tratados internacionais, como desconfiava Argollo, não eram seguros e confiáveis. Os jovens tenentes, editores de "A Defeza Nacional"[8], corroboravam o mesmo pensamento temerário das elites nacionais em confiar nos acordos diplomáticos internacionais, pois "essa consciência perturba os esquemas de pensamento eurocêntricos baseados na oposição entre nações 'civilizadas' e nações 'bárbaras'." (COMPAGNON, 2014, p. 14).

Partimos da ideia de que as leituras sobre a importância da guerra ao Sul do Brasil para o processo de reestruturação e modernização do Exército são superdimensionadas e que mais determinante, no que diz respeito às mudanças do Exército, foram as inquietações da instituição em relação aos acontecimentos bélicos ocorridos na Europa.

Percebe-se que a Primeira Guerra Mundial e as inquietações resultantes desta levaram a instituição às reformas tidas como necessárias. Entende-se que o enfoque das aflições dos militares estava direcionado pelas disputas de territórios nos continentes africano e asiático pelas potências militares europeias e não no conflito ao Sul do Brasil.

Tentaremos demonstrar que os militares do Estado-Maior do Exército envolvidos na campanha do Contestado desprezaram-na, sugerindo que o Exército deveria se preparar e combater na grande guerra, e que banditismo[9] era assunto para as polícias estaduais.

---

[8] Segundo o Prof. Dr. Fernando Silva Rodrigues, em comentários sobre os "jovens tenentes", que mais tarde ficaram conhecidos como os "Jovens Turcos", no editorial da primeira revista "A Defeza Nacional", em 1913, esses militares "discursam, a partir de uma posição norteadora, que existiria no mundo uma dominação estabelecida dos países capitalistas desenvolvidos em relação aos países atrasados. No caso do Brasil, algumas características o colocavam na condição de país atrasado material e socialmente, condição essencial para que o Exército não exercesse suas funções puramente militares, como ocorria no caso dos grandes povos ou das nações mais desenvolvidas do mundo. Em nações subdesenvolvidas ou nascentes, como eles preferem colocar, em que elementos mais variados se fundem apressadamente na formação de um povo, o Exército seria a única força verdadeiramente organizada no interior de uma sociedade desestabilizada política e socialmente. Logo, seria dever do Exército, além dos fatores profissionais, tornar-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social." (Anotações feitas durante o processo de qualificação dessa dissertação).

[9] Para definição de bandidos, utilizaremos como referência o estudo de Hobsbawm, contido no livro "Bandidos", onde se lê que "Para a lei, quem quer que pertença a um grupo de homens que atacam e roubam com violência é um bandido [...]" (HOBSBAWM, 1976, p. 10).

Tal aflição foi fundamentada pelo poderio militar das nações beligerantes em busca de territórios em outros continentes, como sustenta Ferezin.

> A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) mostrou não só ao Brasil, mas ao mundo, a relevância de se pensar em técnicas de batalhas avançadas e também no aprimoramento de novas tecnologias bélicas. O conflito mundial abriu os olhos do Exército Brasileiro que, assustado com o conflito, começou a por em prática os planos de reforma e reorganização preparados nos anos precedentes. Fato curioso é que o Brasil, em plena Grande Guerra, enfrentava o seu maior desafio militar após Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916). No entanto, esse evento não significou o estopim para as mudanças essenciais no Exército, mas sim o conflito que ocorria na Europa. (FEREZIN, 2013, p. 17).

Em nosso estudo, adotamos os seguintes recortes históricos: 1) o período que envolveu a participação do Exército na Guerra do Contestado, quando as forças legalistas tinham por objetivo apaziguar os violentos conflitos existentes no território catarinense – nesse momento, foram apontadas as diversas fragilidades do Exército; 2) o período da eclosão da Primeira Guerra na Europa, quando o Exército Brasileiro focou o pensamento na defesa nacional, sobretudo na possibilidade de invasão dos vastos territórios desguarnecidos militarmente, como a Amazônia.

Com o primeiro capítulo, apresentaremos a questão do Contestado e a Guerra do Contestado[10], utilizaremos estudos consagrados pela historiografia. Assim, analisaremos a produção historiográfica brasileira produzida a respeito da Guerra do Contestado até a década de 1930, na qual grande parte dos livros produzidos foi constituída por relatos de oficiais ex-combatentes, textos que versavam sobre as dificuldades e heroísmos de quem viveu uma experiência terrivelmente marcante em suas vidas. Pode-se entender que essas publicações foram tentativas de transmitir a narrativa do acontecido por parte de alguns daqueles historiadores de farda[11]. Existe ainda farta produção administrativa produzida pela burocracia da guerra, composta por

[10] Observa-se que a questão do Contestado diz respeito às disputas territoriais entre os estados litigantes (Paraná e Santa Catarina) sobre as fronteiras e os caboclos, colonos, empresas e proprietários de terras, enquanto que a Guerra do Contestado trata do envolvimento do Exército naquela contenda.

[11] O termo “Historiadores de farda” foi criado por Rogério Rodrigues, para designar oficiais do Exército que se prestam a escrever sobre História Militar, produzindo livros de história com base em métodos e técnicas comuns, tendo como fundamentação teórica, em geral, as grande narrativas (RODRIGUES, R., 2008, p.102).

muitos diários de guerra, cartas, ordens do dia e fé de ofício[12].

É uma fase marcada pela proximidade temporal do conflito. Por isso, a documentação dela decorrente é memorialista e a produção tem forte viés congratulatório.

Consideramos Fernando Setembrino de Carvalho[13], Demerval Peixoto e Herculano Teixeira d'Assumpção os memorialistas mais importantes a escrever sobre o Contestado, pelo alcance das suas obras como fonte de informações da guerra nas academias e pelo fato de que todos esses, efetivamente, participaram das campanhas militares no teatro de operações de Santa Catarina.

Em seguida, tentaremos desenvolver os aspectos da visão acadêmica, que surgiu a partir da década de 1950, conforme os interesses dessa pesquisa. Nessa década, começam a ser produzidas, notadamente nas faculdades de sociologia, filosofia e antropologia, obras acadêmicas de vulto e peso sobre o assunto. Trabalhos que, por serem frutos de extensas pesquisas documentais, articulando análise com as principais referências teóricas, se tornam importantes veículos de referência bibliográfica.

Por fim, pretendemos analisar o que consideramos a terceira fase da historiografia do Contestado. Entre diversos trabalhos importantes, escolhemos as teses de doutorado em história de Paulo Pinheiro Machado, "Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas" e a de Rogério Rosa Rodrigues, intitulada "Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro".

Sobre a tese de Machado, trata-se de importante contribuição historiográfica que levanta e analisa novas perspectivas sobre o movimento que estudamos. Machado se propõe a avaliar a origem socioeconômica de várias lideranças rebeldes, bem como as concepções políticas que nortearam as suas ações.

Para o autor, a caracterização do movimento do Contestado enquanto

---

[12] Esses documentos estão disponíveis para consultas no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

[13] Além do Relatório, o General Setembrino também escreveu "Memórias - Dados para a História do Brasil", que foram publicadas em 1950, três anos após a sua morte. Nessa obra, Setembrino relembra a sua carreira militar e reproduz partes do Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra.

messiânico ou milenarista, comum na bibliografia existente sobre o tema, teria acabado por desprezar aspectos importantes do movimento.

O termo milenarismo pode ser definido, na contemporaneidade, como a crença universal de que Cristo estabelecerá um reino de paz e harmonia, que perdurará por mil anos, antes (pré) ou depois (pós) de sua ressurreição – o segundo advento (MOTA, 2008), enquanto que o messianismo pode ser definido, a partir da existência de um messias como aquele que “anuncia e introduz um reino celeste na terra, o que significa trazer a salvação para uma coletividade” (QUEIROZ, 1965, p. 24).

Segundo Salomão (2008), as representações não podem ser entendidas se dissociadas de suas raízes sociais, das condições em que se desenvolveu a produção e a recepção cultural.

> Outra questão pertinente ao nosso estudo abrange as conceituações de milenarismo e messianismo. Jean Delumeau afirma que não é correto aplicarmos definições intercambiáveis para esses conceitos. A expectativa do advento de um messias pode não incluir a espera por um reino que represente a realização da justiça divina na terra. E o milenarismo, por sua vez, pode não estar direcionado para a expectativa do advento de um messias. Mas, referindo-se ao ocidente cristão, e particularmente ao nosso objeto de estudo, podemos falar numa relação complementar: o messianismo cristão propõe a crença no advento de um reino que restaurará as condições anteriores do primeiro pecado; e afirma que o salvador já se manifestou, esperando o seu retorno para inaugurar a nova Jerusalém. Portanto, podemos empregar o termo “messiânico-milenarista” para os movimentos que agregam as duas expectativas, caso que acreditamos estar inserido o Contestado. (SALOMÃO, 2008, p. 21).

Para Salomão (2008), no movimento no Contestado percebem-se características tanto messiânicas quanto milenaristas.

Machado (2004) analisa o discurso religioso enquanto linguagem geral para explicar a rebelião, porém percebe que os sertanejos possuíam clareza acerca das forças sociais contra as quais estavam lutando.

Para Machado (2004), os caboclos sabiam que se bateriam, em algum momento, com as forças do Exército e que, sustentando o seu entendimento fantástico de mundo, acreditavam que o exército encantado de São Sebastião iria protegê-los.

Na abordagem que adoto, os aspectos religiosos sobre o movimento do Contestado ocupam posições secundárias, que são apresentados sempre a serviço do propósito interpretativo, uma vez que o escopo desse processo é a História Política e

não a História Religiosa. Como haveria o risco de o leitor confundir alguns conceitos por desconhecimento do tema, entendemos que é conveniente complementar algumas explicações, mesmo sendo esses assuntos periféricos.

Os rebeldes cultuaram o mártir cristão São Sebastião de uma forma muito particular, atribuindo ao santo, também chamado de “rei da glória”, o comando de um Exército encantado ou celestial, destinado a assegurar a vitória do movimento, restaurar a monarquia e inaugurar um tempo de fartura e felicidade. Surge então uma pergunta: quem era o personagem cultuado, o santo católico São Sebastião ou o rei português Dom Sebastião?[14]

Segundo Vinhas de Queiroz (1965), o santo São Sebastião foi escolhido comandante do Exército Encantado, não somente porque era considerado o padroeiro do sertão em geral, mas também era padroeiro de Perdizes Grandes (ou São Sebastião das Perdizes Grandes, arraial e distrito do município de Curitibanos) em torno do qual viviam vários seguidores do monge. Para Vinhas de Queiroz:

> Seguramente não precisaríamos cavar muito fundo para encontrar as razões pelas quais São Sebastião foi escolhido comandante do exército fabuloso. São Sebastião, santo guerreiro, protetor dos homens contra a fome e a peste, não era apenas considerado o padroeiro do sertão em geral, mas era também em particular o padroeiro de Perdizes Grandes, em tôrno do qual viviam tantos seguidores do monge. Contudo, verificar estas circunstâncias não esgota o problema. É evidente que diante do Exército Encantado estávamos em face de uma nova manifestação do sebastianismo no Brasil. No movimento de Canudos havia a figura de El-Rei Dom Sebastião, que os sertanejos do Nordeste julgavam que lhes viria em socorro à frente dos seus regimentos. Aqui, no Contestado, aparentemente não há mais sombra do monarca português desaparecido na batalha de Alcácer Kibir e cuja volta foi esperada por séculos e alimentou o messianismo nacional do povo lusitano. Não é difícil, porém, ver que a sustância é a mesma, e que através das idades a mesma crença floresce muito pouco transmudada. (QUEIROZ, 1965, p. 118).

Para os rebeldes, conforme Salomão (2012), o conflito foi uma guerra santa anunciada por profecias. Evento em que, à frente de um Exército celestial ou encantado, o mártir católico São Sebastião foi escolhido para restaurar a monarquia e inaugurar um século de fartura e felicidade. Não existe a relação entre a devoção ao mártir católico São Sebastião no Contestado e a relação desta prática religiosa com a crença no retorno do rei Dom Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, em

1578. Acredita-se que, mediante um processo de reelaboração dos símbolos e significados da religiosidade, no Contestado não mais o rei português, mas o mártir católico é quem entra em cena no comando de um Exército Encantado.

> Na Guerra de S. Sebastião, o líder do Exército celestial ou encantado foi o santo católico e não o rei português. Do material consultado não se verificou referência explícita ao rei Encoberto e, reforçando essa consideração, localizou-se no acervo do Museu Histórico Nacional um estandarte empunhado pelos rebeldes onde foi reproduzida a imagem do martírio de S. Sebastião. [...] A essência que fundamentou o sebastianismo, a expectativa do advento de um rei-messias salvador, não se diluiu nesse emaranhado cultural, mas, fruto de um intrincado fenômeno de associação de crenças, ganhou ressignificações, ajustando-se para atender às expectativas dos devotos de S. João Maria e do Divino Espírito Santo. No Contestado, a devoção a S. Sebastião, o lendário capitão romano convertido em protetor contra a peste, sofreu um fenômeno de reelaboração, no qual o santo foi apresentado sob outra roupagem, mais condizente com as expectativas de milhares de devotos que pegaram em armas num movimento de rebeldia social. (SALOMÃO, 2012, p. 261, 265).

Em sua pesquisa, Rosa tratou de associar os ideais modernizadores defendidos pelos militares do Exército, em especial aqueles que contribuíam com artigos para a revista “A Defeza Nacional”[15], na década de 1910, à intervenção bélica do Exército no conflito armado. Segundo o autor, os oficiais do Exército Brasileiro procuraram superar as dificuldades surgidas durante a campanha contra os seguidores de Antônio Conselheiro, em Canudos[16]. Segundo o autor, em meio à instabilidade política e social vivida no Brasil e no Exército durante a década de 1910, os oficiais se empenharam para tornar a intervenção no Contestado uma forma de incluir a história do Exército de forma positiva, no repertório da história política republicana brasileira em formação no início do século XX.

Essa nova geração de historiadores que trabalhou a guerra como categoria analítica, fugindo da chamada “História-batalha” e do milenarismo, lança mão principalmente da pesquisa documental e da História Oral, procurando aprofundar o

---

[14] Para aprofundamento sobre o tema, sugerimos ver Salomão (2008; 2012).

[15] A revista “A Defeza Nacional” foi criada em 1913, no Rio de Janeiro, por oficiais de baixa patente. Entre eles, alguns que estagiaram dois anos na Alemanha junto ao seu Exército. Os artigos ali apresentados eram de cunho independente e não representavam a opinião do Exército à época, chegando os seus editores a serem detidos por seus superiores diversas vezes. A revista deixa de fazer críticas e oposições ao Exército à medida que seus membros vão sendo promovidos e galgando postos importantes na instituição.

olhar para os aspectos culturais e sociais em jogo e, juntamente com os outros autores dos períodos anteriores, estes autores mais contemporâneos servem de base para as pesquisas correntes.

A problemática em torno da tese de Rogério Rodrigues (2008) se orienta para a direção de que a visibilidade da Guerra do Contestado na sociedade atuaria como uma arma para forçar as classes políticas a ter um sentimento patriótico e nacionalista e com isso promover a reestruturação e modernização do Exército.

O segundo capítulo será dedicado ao desenvolvimento de uma breve análise e discussão acerca da bibliografia e documentos utilizados sobre o posicionamento do Brasil quanto à Grande Guerra, que se desenrolava na Europa.

Observamos que a historiografia brasileira não contempla com ênfase essa etapa da nossa história. Assim, embora seja um assunto relevante, não são facilmente encontrados estudos sobre a inquietação gerada pelo conflito, em nosso governo à época.

Para desenvolvermos os nossos estudos, utilizaremos como fontes os documentos produzidos pela burocracia da guerra. Assim, serão utilizados documentos diplomáticos, como telegramas recebidos e emitidos, relatórios das campanhas militares e relatórios ao Ministro da Guerra e também artigos de militares publicados em “A Defeza Nacional” e “Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército” à época.

Esses documentos produzidos pela burocracia governamental estão acessíveis e disponíveis no Ministério das Relações Exteriores (Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD) e no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), assim como os artigos publicados nas revistas estão disponíveis na Biblioteca do Exército, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, analisaremos as obras escritas por Frank D. McCann, notadamente “Soldados da Pátria” e “A Nação Armada”. Para McCann, a Primeira Guerra propiciou diversos projetos referentes ao Exército, que estavam adormecidos.

---

[16] Vimos anteriormente que esta é uma proposição criada, em 1914, pelo então 2º tenente Paula Cidade, em um editorial de “A Defeza Nacional” e, posteriormente, repetida por diversos autores.

> [...] Especificamente, sua intenção era alojar cada brigada estratégica em sua própria base. O Rio seria o primeiro a receber sua vila militar, que serviria de modelo para as outras a serem construídas por todo o país. Cada regimento teria seu próprio quartel, escritório, enfermaria e oficinas, além de casas individuais para oficiais e sargentos. Infelizmente, a falta de verba governamental impossibilitou que o programa fosse implementado além do Rio de Janeiro até a primeira Guerra Mundial. (McCANN, 2009, p. 144).

Destacamos igualmente a obra de Compagnon, "O adeus à Europa: A América latina e a Grande Guerra", publicada recentemente, e constituindo-se um dos poucos estudos sobre o posicionamento do Brasil diante da Primeira Guerra. O autor discorre sobre os receios e medos da elite nacional quanto à neutralidade do País e afirma que com a entrada do Brasil na guerra, em outubro de 1917, a América Latina confirma a sua participação em uma conflagração que se tornava verdadeiramente mundial[17].

Também nos utilizaremos da pesquisa de Carla Ferezin, na dissertação "A Recepção de Clausewitz no Exército Brasileiro: da Guerra ao pós-guerra fria". Em suas pesquisas, Ferezin defende, como McCann, que a prioridade das atenções do Exército deveria ser a Primeira Guerra e não o Contestado. Ela também sugere que o General Setembrino seria um seguidor dos ensinamentos de Clausewitz (FEREZIN, 2013).

Consideramos que a leitura da tese de doutoramento de Fernando da Silva Rodrigues (2008) e dos artigos desenvolvidos pelo pesquisador é fundamental para entendermos como o Exército se organizava no início do século XX e como setores da instituição viam a necessidade de reorganização e reestruturação do Exército, moldado no modelo imperial do século XIX, para um novo estilo de força. Fernando Rodrigues afirma que:

> A reforma de 1905[18], contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904 foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta, (MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.* 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 249.) como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no

[17] O autor afirma que o Brasil foi o único país da América Latina a participar efetivamente da Guerra.

[18] Durante esse primeiro período (1905 – 1912) após a sedição de Novembro de 1904, na Escola Militar do Brasil, a formação do oficial do Exército foi dividida em quatro Escolas: duas no Rio Grande do Sul e duas no Rio de Janeiro, sendo que, em 1913, a formação dos oficiais seria concentrada na Escola Militar do Realengo. (Cf. RODRIGUES, F., 2008, p. 25).

> tempo, nas ideias e nos propósitos, e foi articulado ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União. Essas reformas tornaram-se um marco na divisão do Exército antes (antigo) e depois (novo) da Primeira Grande Guerra, fator que serviu para estimular uma política de fortalecimento das Instituições Militares. (RODRIGUES, F., 2008, p. 25).

Entendemos que, segundo Fernando Rodrigues (2008), a reestruturação que ocorreu no Exército, nos períodos que antecederam e que sucederam a Grande Guerra, foi uma resposta às motivações para o belicismo europeu na Ásia e África e aos desafios gerados pela guerra.

O contexto internacional no período que antecedeu a Primeira Guerra era agressivo, caracterizado por disputas interimperialistas que geraram incidentes diplomáticos, provas de força, invasões colonialistas e corrida armamentista, componentes de um cenário que anunciava o fim efetivo da Pax Britannica. (PEREIRA, 2012, p. 253).

Antes e durante o conflito europeu, parte dos oficiais do Exército Brasileiro pendia para a influência germânica, parte para a francesa e outros não se manifestavam, enquanto que o Ministro da Guerra General, José Caetano de Faria, opunha-se a qualquer missão estrangeira para não criar vínculos entre o Brasil e uma potência europeia durante a guerra. O mesmo dizia: “Conheço bem a nossa tropa, sei que nossos oficiais são muito ciosos de seus direitos e não creio que se sujeitem ao comando de oficiais estrangeiros.” (McCANN, 2009, p. 256). Até o fim da sua gestão, em 1918, o governo brasileiro não contratou nenhuma missão estrangeira.

Ao período que sucede a guerra, no contexto das relações internacionais, o Brasil aprofunda as suas relações com os Estados Unidos, pondo em construção um sistema comercial, jurídico e diplomático[19] interamericano, fundado na posição de poder internacional, com o centro em Washington, fechado o quanto possível a ingerência europeia (PEREIRA, 2012).

Com o fim da guerra na Europa, com a derrota dos alemães e a troca do Ministro

[19] No campo militar, nas primeiras décadas do século XX, os modelos de exércitos preferíveis pelo Governo e Exército Brasileiro eram o francês e o alemão. Em relação a uma missão militar americana no Brasil, o embaixador dos Estados Unidos do Brasil declarou que “os Estados Unidos ainda não estavam preparados para iniciarem um esforço sério em tais atividades”. (McCANN, 2009, p. 325).

da Guerra, o governo brasileiro decide contratar a Missão Militar Francesa para reorganizar e estruturar o Exército. Com a chegada dos franceses, “sob a tutela francesa, o Exército regrediu a uma espécie de adolescência militar, com todos estudando os novos regulamentos e até os oficiais superiores voltando à escola para o curso de ‘Revisão’. Com os franceses haviam chegado novas armas [...]” (McCANN, 2009, p. 281). O que os militares de altas patentes do Exército planejavam era uma tropa moderna, organizada e estruturada para defender o Brasil e o seu território (PEREIRA, 2012).

Diferentemente do que se depreende de recentes trabalhos acadêmicos, acreditamos que a principal preocupação do Estado, do Exército e dos generais brasileiros não era a Questão do Contestado (a pequena guerra)[20] e sim os desdobramentos do conflito europeu no Brasil (a grande guerra)[21] a partir da possibilidade de invasões e conquistas de terras brasileiras por exércitos estrangeiros.

Considera-se que todas as fontes documentais produzidas por agentes do Estado demonstram, com algumas ressalvas, a preocupação do Estado ante um ataque estrangeiro. Pretende-se extrair, na forma de leitura intratextual, a interpretação dessas aflições das diversas esferas do Estado (inclusive o Exército Brasileiro) em relação à defesa do território nacional, sendo que o Norte e Nordeste estariam desprotegidos de ataques europeus e o Sul e Centro-Oeste, de ataques argentinos.

Interpretaremos os manuais, dicionários, regulamentos, livros e relatórios produzidos à época e relacionados à Guerra do Contestado e à Primeira Guerra Mundial; textos que ajudaram a formar o pensamento e a conduta dos militares, políticos e diplomatas do final do século XIX e do primeiro quartil do século XX. No primeiro capítulo, pretende-se aprofundar os conceitos da pequena e grande guerra segundo a visão de alguns militares comandantes à época em que se deu a campanha do Contestado.

---

[20] Martins apresenta a pequena guerra por meio do pensamento do Conde de Lippe (Lippe empreendeu reformas no exército português no ano de 1763). Afirmava que aquelas eram todas as formas de combate indireto que não ocorressem dentro das regras clássicas dos confrontos dos exércitos regulares (MARTINS, 2011).

[21] Para o entendimento do conceito da grande guerra, utilizaremos a interpretação de Albuquerque: “[...] *grande guerra*, em que se empregam os princípios superiores da táctica e da estratégica, ‘as *altas partes da guerra’*, como dizia Napoleão, e numerosos corpos de tropas e corpos de exército ou divisões [...]” (ALBUQUERQUE, 1911, p. 202, grifos do autor).

Pretende-se evidenciar, por meio dos discursos produzidos pelos oficiais do Exército, pelos agentes do governo brasileiro e pelos estudos produzidos por pesquisadores em História Militar do Brasil, que o governo brasileiro e seus dirigentes militares estavam preocupados em modernizar e reorganizar o exército nacional para, possivelmente, rechaçar um ataque ao território brasileiro por potências europeias. Assim, refutam-se as proposições acadêmicas que interpretam a ação do Exército no Contestado como uma forma de os militares forçarem o processo decisório dos agentes políticos e governamentais para a tão almejada modernização da Força Militar Terrestre na segunda década do século XX.

Em síntese, propõe-se aqui que o Exército participou do conflito do Contestado por força constitucional e que as suas maiores preocupações centravam-se em uma possível invasão do território nacional por forças militares europeias interessadas em nossos territórios, tendo em vista a alegada incapacidade do Exército e da Armada em defendê-los.

Pretende-se também demonstrar que, apesar da inquietação do Exército com o conflito europeu, a instituição foi chamada a cumprir o seu papel constitucional junto às ações de desordem no Contestado e, para que não se repetissem as dificuldades sofridas durante o conflito de Canudos há poucos anos antes, o comando do Exército resolveu utilizar próximo a trinta por cento do seu efetivo (aproximadamente sete mil homens) com soldados relativamente treinados para o combate, sendo necessário, para tanto, deslocar diversos batalhões do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná rumo ao teatro de operações, em Santa Catarina.

Ao terceiro Capítulo está reservada a apresentação e desenvolvimento da questão da necessidade de reestruturação e modernização do Exército para enfrentar os novos desafios do início do Século XX.

Eram desafios que se impunham em razão da gênese de uma nova ordem que antecedeu a Primeira Guerra, que foi a divisão e anexação de territórios de nações sem exércitos competentes para defender os seus territórios.

Entende-se que, para os oficiais militares do início do século XX, a possibilidade de o Exército conter um ataque vindo da Europa estava ligada à modernização das estruturas físicas (quartéis, oficinas, fábricas de materiais bélicos, armamentos e outros)

e doutrinárias (regulamentos, normas e adestramento).

Considera-se que as fontes documentais que foram produzidas por agentes do Estado, possam demonstrar, com algumas ressalvas, a preocupação do Estado ante um ataque estrangeiro. Pretende-se extrair, na forma de leitura intratextual, a interpretação dessas aflições das diversas esferas do Estado, em relação à defesa do território nacional, em particular o Norte e Nordeste do País.

A conclusão procura responder à questão que perpassa todo o trabalho: qual foi a importância da Guerra do Contestado e da Primeira Guerra Mundial para a onda de reorganizações e modernizações no Exército, entre 1914 e 1920?

1 ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS DA GUERRA

1.1 A Guerra do Contestado

Após a guerra do Paraguai, o governo brasileiro e o governo argentino passaram a disputar a liderança política na América do Sul e, com isso, na década de 1860, as regiões Norte e Nordeste do Brasil foram desmilitarizadas - com as tropas nortistas e nordestinas sendo deslocadas para o Centro-Sul, especificamente para o Rio Grande do Sul e para o atual Estado do Mato Grosso do Sul, em função da Guerra da Tríplice Aliança e lá permaneceram, mesmo com fim da Guerra do Paraguai (CARVALHO, 2005).

Apesar de uma disputa com a Argentina dar-se no plano estratégico[22], com os deslocamentos de tropas por ambos os países para as regiões fronteiriças, as regiões Norte e o Nordeste do Brasil permaneceram desguarnecidas militarmente com o passar dos anos.

No período da Grande Guerra, o Exército temia pela segurança dessas regiões que aparentemente estariam indefesas na hipótese de ocorrerem ataques e invasões das potências beligerantes europeias (SCHULZ, 1994).

Durante o transcorrer do conflito do Contestado e nos anos posteriores a ele, diversos estudiosos tentaram entendê-lo e defini-lo, gerando informações sobre o seu desfecho e definindo qual medida influenciou o transcorrer dos rumos da história regional e fixou a sua importância na história nacional.

Ao final do século XIX, as mudanças políticas decorrentes da passagem do regime monárquico para o republicano, associadas ao advento da modernização que estava ocorrendo em escala mundial[23], contribuíram para promover alterações substanciais no modo de vida da população que vivia na região do Vale do Contestado, situado na porção Oeste do Estado de Santa Catarina e parte do Paraná, mas as

[22] Segundo McCann (2009, p. 173), em 1910, as tensões entre a Argentina e o Brasil beiraram a guerra.
[23] Segundo Hobsbawm (2009, p. 29), o mundo a partir de 1880 tornou-se genuinamente global, com todas as suas partes conhecidas, mapeadas e exploradas.

populações locais reagiram àquelas mudanças – reação que culminou na Guerra do Contestado.

Após a solução da Questão de Palmas[24], os problemas litigiosos por causa dos limites entre as fronteiras de Santa Catarina e o Paraná, afetando o equilíbrio de poder entre os grandes proprietários rurais da região, o advento do monge[25] João Maria com os seus seguidores e a fatídica Batalha do Irani, em 1912, a concentração dos trabalhadores junto a *Brazil Railway* (estrada de ferro) e a *Southern Brazil Lumber and Colonzation Company* (serraria) foram elementos que transformaram a área em uma região conflagrada.

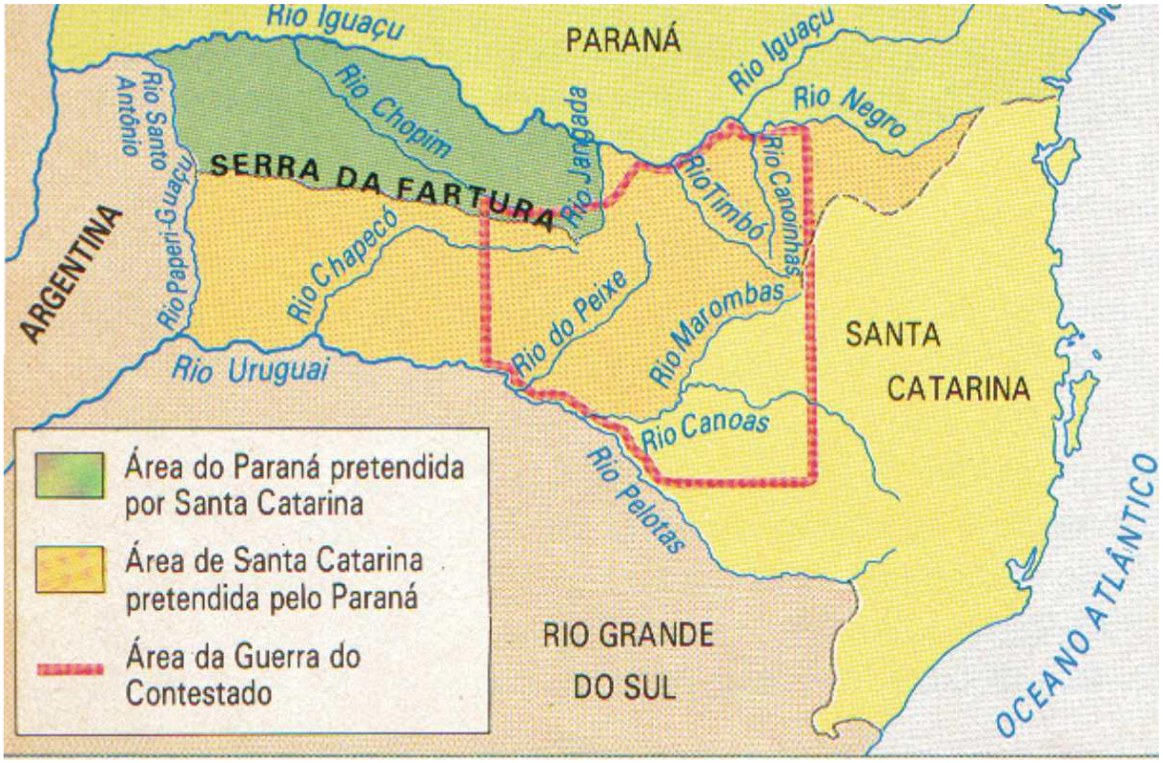

Figura 1: Pode-se observar no mapa tanto o território disputado entre os dois estados, como a região onde se deu o conflito armado entre os rebeldes e as forças militares. (AFONSO, 1994, p. 20).

[24] A Questão de Palmas será tratada posteriormente nesse capítulo.
[25] O substantivo masculino “monge”, aqui empregado, não se refere ao religioso que habita um mosteiro, mas ao epíteto atribuído pelos sertanejos do oeste catarinense aos andarilhos que percorreram o sul do Brasil. (Cf. CABRAL, 1960, p. 107-198).

Também podemos registrar a presença dos maragatos[26] na região, fugidos do Rio Grande do Sul após a derrota na Revolução Federalista, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Todos esses elementos reunidos desembocaram na grande expedição militar do General Setembrino, ocorrida entre 1914 e 1915, que sela o fim do conflito e encaminha as negociações para a resolução da Questão do Contestado.

A Questão do Contestado remonta à disputa entre a Argentina e o Brasil pelo que são hoje as terras do oeste de Santa Catarina e parte do interior do Paraná. Essa disputa ocorreu entre 1890 e 1895 e teve o arbitramento do presidente norte-americano Grover Cleveland que deu ganho de causa ao Brasil (McCANN, 2009).

Tendo o Brasil ganhado o litígio, conhecido como a Questão de Palmas ou *Missiones*[27], restou outra ação legal referente à qual Estado da federação iria incorporar aquele imenso território a sua unidade federativa, se o Paraná ou se Santa Catarina[28].

Com as negociações avançando no Supremo Tribunal Federal, o governo de Santa Catarina, temeroso com a perspectiva de ficar reduzida a um território compreendido entre a Serra do mar e o litoral, resolveu ceder e negociar com o Paraná a definição de suas fronteiras. As discussões entre os dois estados foram longas e difíceis.

O Paraná cedeu o chamado Contestado Norte: Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas e os territórios a oeste do rio do Peixe pelo divisor de águas entre as bacias do Iguaçu e Uruguai. Dessa forma, o Paraná recuperou o sudoeste (Palmas e Clevelândia) e perdeu as terras da vertente do rio Uruguai. O Paraná contentou-se com 20.000 km² e Santa Catarina com 28.000 km².

A longa negociação, que se arrastou de 1900 a 1916, ajudou a trazer instabilidades à região por meio da exploração e comércio de terras que para alguns pertenciam ao Paraná e, para outros, a Santa Catarina[29].

---

[26] O termo tinha uma conotação pejorativa atribuída pelos legalistas aos revoltosos liderados por Gaspar Silveira Martins, que deixaram o exílio, no Uruguai, e entraram no Rio Grande do Sul à frente de um exército. Como o exílio havia ocorrido em região do Uruguai colonizada por pessoas originárias da Maragateria (na Espanha), os republicanos apelidaram-nos de 'maragatos', buscando caracterizar uma identidade 'estrangeira' aos federalistas (MOURE, 1994).

[27] Não foram encontrados estudos específicos sobre a Questão de Palmas, sabe-se que se encontra em construção uma tese que aborda profundamente o assunto, levada a curso pela doutoranda Viviane Poyer, da Universidade Federal de Santa Catarina, no *campus* de Florianópolis.

[28] Segundo McCann (2009, p. 155), "[...] região disputada com a Argentina até que o arbitramento a entregou ao Brasil em 1895, e dali por diante pleiteada pelos estados de Santa Catarina e Paraná."

Ainda sobre os motivos que levaram ao conflito em discussão, entre as diversas causas, a Questão do Contestado contribuiu com concentração da posse de terras, explorações de riquezas naturais, questão de divisas e política de interesses entre os chefes políticos e grandes proprietários de terras locais.

Durante as negociações entre os dois Estados, a região permaneceu abandonada pelas diversas instâncias governamentais. A questão dos limites foi solucionada definitivamente apenas após a pacificação da região, em 1916.

O abandono da região por parte dos governos estaduais, do governo federal e a busca incessante pelo lucro por parte de uma empresa estrangeira fez acender o estopim de um dos maiores conflitos internos no Brasil.

A *Brazil Railway Company* foi um *Holding* criado por Percival Farquhar em 1906 nos Estados Unidos e atuou nas regiões Sul e Sudeste, no ramo ferroviário e, na região do Contestado, nos ramos madeireiros e colonizador por meio de sua subsidiária *Southern Brazil Lumber & Colonization Company.*

A *Brazil Railway* instalou um grande complexo madeireiro extrativo exportador e promoveu a colonização de terras concedidas pelo governo da União, compradas ou tomadas de pequenos posseiros para estabelecer imigrantes e colonos nas áreas desmatadas.

Segundo Hobsbawm, a América Latina, que não fazia parte nem do Primeiro e tampouco do Segundo Mundo, recebeu o seu lugar no produtivo mundo capitalista em fins do século XIX, acolhendo nessa divisão internacional do trabalho o lugar de fornecedor de matérias-primas para o mundo desenvolvido e recebedor de bens e serviços. “O Investimento estrangeiro na América latina atingiu níveis assombrosos nos anos de 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano.” (HOBSBAWM, 2009, p. 38).

O norte-americano Percival Farquhar, por meio das suas grandes empresas, foi o responsável por fortalecer o capitalismo nas regiões do Oeste catarinense, fazendo o

---

[29] A disputa pela região criou um clima de tensão local, causando também a ausência de infraestrutura básica e confusões frente à cobrança de taxas e impostos. Espig observa que em praticamente todas as obras sobre o movimento mencionam, de forma mais ou menos detalhada, a importância da questão de limites entre os estados (ESPIG, 2008, p. 40).

que estava destinado aos grandes empresários: vender as locomotivas e as suas estradas de ferro aos países periféricos; oferecer a tecnologia para a sua construção; explorar as matérias-primas regionais; movimentar grandes massas imigratórias; e expulsar aqueles que estavam obstruindo o caminho desse “progresso”. Os capitalistas das zonas temperadas somente estavam reproduzindo em Santa Catarina o que já estavam fazendo no restante do mundo.

Durante o período de 1906 a 1916, a região do Contestado passou por profundas transformações que provocaram mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais e religiosas. Essas mudanças foram fatores decisivos na deflagração do conflito desencadeado em 1912.

Os antigos moradores da região, em sua maioria posseiros que estavam naqueles locais há gerações e que ocupavam terras devolutas, foram expulsos de suas casas por terem aquelas terras sido concedidas a *Brazil Railway*. Vários desses caboclos se revoltaram e destruíram as estações ferroviárias da empresa, queimaram a madeireira da *Lumber* e atacaram os colonos instalados pela companhia em suas antigas terras[30].

Um acontecimento envolvendo a perseguição a um monge, no sentido do catolicismo popular como anteriormente dito, em 1912, conhecido como José Maria, um entre muitos que andavam pela região, fez suscitar naquele povo desiludido a esperança de uma vida melhor.

A figura carismática do monge logo despertou a fé das pessoas. Isso fez com que, após a realização de uma Festa do Divino ocorrida na região de Taquaruçu[31], em Santa Catarina, os sertanejos não se dispersassem e continuassem na companhia do monge. Acompanhado por um grupo numeroso de seguidores, José Maria decidiu

[30] Cf. ESPIG, 2008, p. 219.

[31]“Taquaruçu não chegava a ser nem mesmo um arraial. Praxedes Gomes Damasceno tinha ali a sua casa de comércio, onde vendia fazenda, armas, ferramentas e outras mercadorias procuradas pelos sertanejos. À distância de algumas centenas de metros, erguiam-se duas ou três moradias. Havia ainda uma capela em honra à Santa Cruz, onde se juntavam por alguns dias, todos os anos, vindas de um grande raio em tôrno, famílias em quantidade. ‘Praxedes Gomes Damasceno era festeiro. Costumava fazer todo ano, perto da sua casa, a festa do Senhor Bom-Jesus, a 6 de agosto. No ano de 1912, José Maria apareceu nessa festa’” – depoimento de Joaquim (QUEIROZ, 1966, p. 88).

então partir e se manter próximo a um coronel[32] de sua confiança, no território do Paraná.

Esse deslocamento foi entendido pelo governo paranaense como uma invasão incentivada pelo governo catarinense, e o Regimento de Segurança do Paraná (que era o equivalente à atual força policial estadual), a pedido do governo do Paraná, atacou o reduto dos caboclos, em um local conhecido como Irani. Durante o combate ocorreu a morte do monge José Maria e também a do Coronel João Gualberto, líder da força paranaense e hoje considerado um herói naquele Estado.

Após o combate do Irani, os caboclos que estavam à volta do monge se dispersaram e voltaram para as terras catarinenses. Um ano após esse primeiro confronto, os caboclos se agruparam novamente para esperar pela volta de José Maria[33], incitados por uma jovem chamada Teodora que dizia ter visões do monge. Essa reunião foi vista como uma nova ameaça e as forças policiais do Paraná e de Santa Catarina, em conjunto com o Exército, atacaram o reduto em Taquaruçu, porém, os caboclos se encontravam organizados e receberam com armas as forças do governo[34].

Foi o início dos conflitos armados entre os dois grupos, forças públicas e caboclas, que se estenderam até o ano de 1915. Nesse derradeiro ano, já com os redutos, esses últimos dizimados pela fome, o General Setembrino de Carvalho, que comandava as forças do governo, realizou um último ataque ao reduto de Santa Maria, que pôs fim ao movimento.

O Presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) havia nomeado o General Fernando Setembrino de Carvalho para assumir a liderança da terceira expedição militar contra os sertanejos do Contestado. Esse General conseguiu mobilizar os

---

[32] O termo “coronel” se refere ao posto que os fazendeiros da região possuíam na Guarda Nacional. Entretanto, assim como em outras regiões do Brasil, era usual que esse termo designasse grandes fazendeiros e políticos influentes (geralmente pessoas que ocupavam as duas condições), independentemente de serem ou não integrantes da Guarda Nacional no citado posto. (Cf. CARVALHO, 1998, p. 130-153).

[33] Para McCann (2009, p. 172-186), o que impulsionou a organização dos caboclos em torno do messianismo foi a “política da identidade” segundo a tipologia de Anthony F. C. Wallace. Houve um movimento de revitalização popular cuja força propulsora básica foi a busca de uma identidade nova e melhor. Coletivamente os rebeldes do Contestado estavam procurando tanto a salvação terrena como a eterna. Para aprofundar esse conhecimento, McCann sugere ver Walacce, “*Identity and the nature of revolution*”.

[34] Para aprofundar sobre o assunto, ver Queiroz (1966, p. 132).

recursos bélicos necessários para pôr fim ao movimento, neutralizar as disputas políticas entre os grandes proprietários de terras na região, acelerarem o fim das disputas entre os estados litigantes e ainda, segundo McCann (2009), demonstrar aos líderes políticos nacionais as diversas fragilidades do Exército.

Ele levou para o front o equivalente a um terço do efetivo real do Exército, compondo 6408 militares[35], que foi somado a aproximadamente 1000 vaqueanos e 500 policiais das forças estaduais de Santa Catarina e Paraná. Permaneceu por lá de setembro de 1914 a maio de 1915, tempo necessário para debelar o movimento rebelde. A luta final e a destruição do reduto de Santa Maria foram consideradas o marco da ofensiva militar e o fim da expedição Setembrino de Carvalho[36].

Rogério Rodrigues, em sua tese de doutorado, pretende demonstrar que o Exército tratou a Guerra do Contestado como prioridade máxima naquele contexto.

> Os oficiais militares, por sua vez, desenvolviam uma campanha de modernização e profissionalização dos quadros que reivindicava a renovação da sua doutrina e da tecnologia bélica [...] Convidado a intervir oficialmente no movimento rebelde ocorrido na fronteira do Paraná com Santa Catarina, o Exército promoveu uma ação de guerra contra os fiéis de São Sebastião e de João Maria e fez de sua atuação no campo de batalha uma vitrina para os ideais modernizadores que propunha [...] os oficiais se empenharam para tornar a intervenção beligerante no Contestado uma forma de incluir a história do Exército no repertório da história política republicana em formação no início do século XX. (RODRIGUES, R., 2008, p. 7).

O trecho citado denota a interpretação do autor de que o Exército pretendeu usar o conflito para efetivar a sua modernização. São interpretações como essa que se pretende trazer para o debate ao longo desta dissertação.

Em trechos da edição número 19 de “A Defeza Nacional”[37], datada de 15 de abril de 1915, podemos perceber as críticas do Segundo-Tenente Francisco de Paula Cidade, ao se referir ao desprezo da estratégia de combate utilizada pelo Exército contra os rebeldes:

---

[35] Cf. MaCann (2009, p. 187).
[36] Para aprofundar sobre o assunto, ver Carvalho (1950, p. 134) e Rogério Rodrigues (2008, p. 60).
[37] A Revista “A Defeza Nacional” foi criada em 1913, no Rio de Janeiro, por um grupo de militares que havia estagiado durante dois anos na Alemanha junto ao seu Exército. Os artigos ali apresentados eram

> 19 – Relações entre a doutrina dos regulamentos e o theatro de operações
> A doutrina de guerra contida nos nossos regulamentos deve continuar a ser a mesma, quaesquer que tenha sido os ensinamentos da última campanha nos sertões, pois se esta fosse modificada ao sabor das interpretações de cada caso particular, seria impossível educar exército com a harmonia de vistas indispensáveis ao successo das operações militares. Os nossos próprios regulamentos são os primeiros a doutrinar, que não ha schema para o combate, e que o modo de agir na guerra depende da situação táctica do adversário e da natureza do terreno. A característica da nossa doutrina de guerra é a exaltação contínua da offensiva, única forma de lucta que conduz a victoria definitiva. Conservemos, pois intangível para poder vencer sempre quer a guerra tenha para theatro as cochilhas do Sul, ou o âmago das nossas florestas.
> A medição e o estudo incessante da história militar, o exercício intensivo da intelligencia na solução de problemas tácticos concretos, imaginados nos nossos possíveis theatros de operações, formarão o espírito e o caracter dos chefes para deante de casos novos, todos possam agir de accordo com a doutrina fundamental da guerra e a particularidade das circumstancias occasionaes.
> Commando da Columna do Sul no Rio Caçador, 28 de Abril de 1915. (CIDADE, 1915, p. 110).

Leem-se, nesse texto, as observações feitas ao Exército pelo Tenente Paula Cidade, ao modo da condução estratégica daquela guerra, lembrando inclusive dos problemas enfrentados na Campanha de Canudos pouco antes.

Pode-se interpretar a avaliação da ação militar feita pelo referido oficial como falta de atenção ou pouco de interesse da parte dos dirigentes da Força Terrestre em relação ao conflito no oeste Catarinense.

Em um artigo intitulado “A pequena guerra”, publicado no Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército[38] de nº 5, de novembro de 1914, o General José Caetano de Faria explana, como Chefe do Estado-Maior do Exército, o que a instituição entendia, à época, por “pequena e grande guerra”. Segundo o General José Caetano de Faria[39], a guerra combatida nos confins do Paraná e Santa Catarina, na contenda do Contestado,

---

de cunho independente e não representavam a opinião do Exército à época, chegando os seus editores a serem detidos por seus superiores diversas vezes.

[38] A revista oficial do Exército recebeu em 1882, o nome Revista do Exército Brasileiro. Esta revista, nesse longo período em que foi veiculada (ainda há atualmente uma revista oficial do Exército Brasileiro com o mesmo nome), existiu sob diferentes títulos e periodicidade irregular, bem como esteve sob a responsabilidade de diversos órgãos do Exército. Apesar dessas variações, a revista nunca deixou de ser uma publicação do Exército Brasileiro. Entre 1882 (ano de sua fundação) e 1889, foi denominada Revista do Exército Brasileiro; no período de 1899 a 1908, teve o nome de Revista Militar; entre os anos de 1911 e 1923, foi chamada de Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; no período entre 1924-1981, seu nome foi Revista Militar Brasileira; e, de 1982 aos dias atuais, retomou seu nome original, Revista do Exército Brasileiro. Durante este diversificado percurso, tal revista esteve sob a responsabilidade de diversos organismos do Exército. Em seu início, entre os anos de 1882 e 1899, ela tinha editoria própria, ficando sob a tutela do Estado-Maior do Exército entre 1899 e 1928. (MONTEIRO, 2010, p. 71).

onde as expedições de tropas regulares se batiam, em suas palavras “contra selvagens ou raças semi-civilizadas” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1914). Era um exemplo de *pequena guerra*, onde o inimigo irregular dificilmente combatia duas vezes da mesma maneira, diferentemente da *grande guerra*, onde, segundo o General Faria, os adversários obedeceriam alguns preceitos comuns, bem ao estilo dos exércitos europeus.

Segundo Carvalho (1950, p. 170), o General Setembrino nos conta, por vezes, como via aquela campanha no Sul do País. Em seu livro autobiográfico, ele se referiu à Guerra do Contestado como a “pequena guerra”, expressão que entendemos ter sido retirada da designação francesa de *petit guerre*. Nesse caso, o vocábulo “pequeno” determina uma forma de guerrear (na qual os métodos são variáveis) e não um adjetivo depreciativo para a guerra.

Setembrino também se referia à guerra no Contestado como “desprezível e medíocre” entre outros epítetos pejorativos:

> [...] além de ter sido esta uma pequena guerra em que essas estradas constituíram um fator poderoso de vitória [...], ou ainda [...] por que não admitir que um medíocre General de um medíocre exército se ocupasse de uma medíocre questão que somente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente?! (CARVALHO, 1950, p. 139).

Em um dos seus telegramas, este endereçado ao Capitão Andrade Neves, Adjunto do Estado-Maior da 3ª Divisão, no Rio e Janeiro, o General Setembrino torna a repetir: “Dou-lhe a grata notícia de que nesse ataque da heroica columna do Capitão Potyguara, feito que constitui-se em episódio épico não só desta pequena guerra mas da nossa História Militar [...]”[40].

Entende-se que em algumas passagens das suas memórias, o General se refere à Guerra do Contestado como uma pequena guerra, no sentido de guerra irregular, como uma guerra de guerrilhas, conforme a definição de Clauzewitz, do qual era um seguidor, e em outras a adjetiva como desprezível e medíocre.

---

[39] Chefe do Estado-Maior do Exército em 1914.

Percebe-se que Setembrino se utiliza de estratégias e táticas militares da grande guerra para combater em uma guerra de guerrilhas, utilizada pelos caboclos e que, pessoalmente, considera as ações de combates àquele confronto como desimportantes.

O General expõe ainda que as tropas do exército somente participam daquela campanha porque o fora solicitado pelos Estados, deixando claro que a instituição somente estava naquela operação por força de lei: “Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República.” (CARVALHO, 1950, p. 131).

Observa-se que o confronto no Contestado apontou para a necessidade de se melhorar a qualidade das tropas. McCann (1982, p. 82) resume o debate com a seguinte perspectiva:

> A recente experiência do Exército Brasileiro em sufocar a rebelião do Contestado, no Estado de Santa Catarina, revelara muitos problemas organizacionais, e os generais pareciam ter a intenção de usar a guerra mundial para aumentar a força efetiva do Exército.

Nesse sentido, cada uma das guerras teria a sua importância, pois se a pequena guerra aponta os problemas, a grande guerra apresenta as possibilidades de soluções. Assim, a Guerra do Contestado serviria para demonstrar aos dirigentes políticos que, se o Exército não estava preparado para enfrentar um bando de bandidos mal armados no interior do País, não teria poderio militar para combater os exércitos estrangeiros, na eventualidade de uma invasão.

---

[40] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro, Série: Revoluções Internas, Subsérie: Forças em Operações no Contestado, Paraná, Santa Catarina, Período 1914-1915, Caixa 5531-B, Telegrama 33, pasta 05.

1.2 A historiografia da Guerra do Contestado

Comumente conhecida como a *Guerra do Contestado* nos livros didáticos, a *Guerra Cabocla* pelos pesquisadores ou a *Guerra dos Fanáticos* pelas narrativas produzidas por militares, o grande conflito armado que envolveu os estados de Santa Catarina e do Paraná, no Sul do País, na segunda década do século XX, é um tema extremamente polêmico e tem gerado estudos cujos resultados apresentam diversas interpretações.

Diversos caminhos foram percorridos na definição do Movimento do Contestado. Nilson Thomé (1999) identificou muito bem os impasses relativos a essa questão ao sintetizar a diversidade de representações referentes a esse tema: para religiosos, ocorreu uma 'Guerra de Fanáticos'; para sociólogos, houve um 'Movimento Messiânico': para políticos, aconteceu uma 'Questão de Limites'; para militares, tratou-se de uma 'Campanha Militar'; para marxistas, foi uma 'Luta pela Terra'[41].

Dalfré comunga da mesma opinião ao afirmar que:

> [...] o Contestado foi objeto de estudo de inúmeros cientistas sociais que elaboraram representações referentes ao conflito, cada qual o relacionando e observando a partir de uma determinada visão de mundo e de um posicionamento político específico, comprometidos com o seu tempo, tornando-se, por sua vez, narradores da nacionalidade, de um pensar o Brasil, mesmo que seja na singularidade de um movimento social inscrito no tempo e no espaço. (DALFRÉ, 2004, p. 17).

Todo documento é uma interpretação daquilo que ocorreu. Cabe ao historiador analisá-lo tendo essa premissa, criticá-lo, confrontá-lo com outras fontes, outras interpretações, perceber as nuances que o envolvem em sua confecção e seu discurso.

Aqui faremos uma abordagem baseada na História Política e História e Poder, fundamentada pela perspectiva do francês Jean-Pierre Azéma[42] para a primeira e, para a História e Poder, serão considerados os estudos de Francisco Falcon[43].

---

[41] Existem excelentes estudos acadêmicos sobre a evolução da historiografia da Questão do Contestado. Entre eles, citamos Nilson Thomé (1999), Rogério Rosa Rodrigues (2008) e Liz Andrea Dalfré (2004).

[42] No terceiro capítulo de Rémond (2003), Pierre Azéma analisa a Guerra sob os aspectos da História Política.

[43] Falcon conceitua os campos da História Política à luz da Historiografia. (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

O historiador Azéma, que estuda principalmente a ocupação nazista na França da Segunda Guerra, discorre sobre os intelectuais que se debruçaram sobre o tema e se detém na definição do termo “guerra” através dos tempos para, por fim, debater a crueza da guerra em oposição ao idealismo romântico europeu anterior à Segunda Guerra.

Já Falcon analisa, no estudo citado em nota anterior, o uso dos conceitos de poder e política na historiografia ocidental, com as distinções entre a História Política tradicional e o que se convencionou, a partir dos anos de 1970, chamarmos de Nova História Política. Para tanto, Falcon considera as proposições de René Rémond, Roger Chartier e Peter Burke sobre o mesmo tema.

Falcon ainda trata dos conceitos de poder e política na historiografia brasileira recente, onde constata que a História Política foi sendo gradualmente abandonada pela comunidade acadêmica nacional, no terceiro quartil do século XX, para enfim ser quase preterida pela História Social e pela História das Mentalidades.

Segundo Falcon, o estudo da guerra, do acontecimento militar ou da História Militar, tradicionalmente ligada ao estudo do Político, sob a perspectiva da influência da historiografia do século XIX, acompanhou, ao longo do século XX, o declínio da história política, da qual muitas vezes foi considerada mera seção.

> História e poder são como irmãos siameses — separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. Na verdade, porém, a historiografia costuma ser muito clara quando se trata do primeiro olhar, mas é quase sempre imprecisa ou cega quanto ao segundo. (CARDOSO; VAIFAS, 1977, p. 61).

No presente capítulo, tratarei das diversas interpretações acerca das abordagens do objeto de pesquisa, deste que foi um dos conflitos mais violentos tratados pela historiografia militar brasileira, envolvendo uma porção importante do território nacional e de maiores proporções ocorrida, até os nossos dias, entre as lutas internas no Brasil.

O capítulo está dividido em três partes. Primeiramente, problematizaremos a produção historiográfica brasileira produzida a respeito da Questão do Contestado até a

década de 1930, na qual grande parte dos livros produzidos foi constituída por relatos de oficiais ex-combatentes sobre as dificuldades e heroísmos de quem viveu uma experiência terrivelmente marcante em suas vidas.

Estas experiências, fundamentais nas suas maneiras de ver o mundo a partir de então, fizeram com que a abordagem dos horrores das batalhas e das vitórias militares fosse realizada de uma forma bastante apaixonada.

Pode-se entender que essas publicações foram tentativas de transmitir a narrativa do acontecido por parte de alguns daqueles historiadores de farda[44].

A produção é composta por muitos diários de guerra, cartas, ordens do dia e fés de ofício. É uma fase marcadamente, pela proximidade temporal do conflito, memorialista.

Consideramos Carvalho (1916)[45], Peixoto (1920) e Assumpção (1918) os memorialistas mais importantes a escrever sobre o Contestado em razão do alcance das suas obras como fonte de informações da guerra nas academias, além do fato de que todos esses, efetivamente, participaram das campanhas militares, no teatro de operações de Santa Catarina.

Inserem-se nessa perspectiva, autores que foram contemporâneos desses militares na guerra. O exemplo aponta-se em Cerqueira (1936), que escreveu “A Jornada de Taquaraçu: feito guerreiro”[46] e em Soares (1920)[47]. Observa-se que Soares publicou dois volumes sobre a guerra, o primeiro chamado “Apontamentos para a

---

[44] Esse termo “Historiadores de farda” foi criado por Rogério Rodrigues para designar oficiais do Exército que se prestam a escrever sobre História Militar, produzindo livros de história usando métodos e técnicas comuns, tendo como fundamentação teórica, em geral, as grandes narrativas (RODRIGUES, R., 2008, p. 102).

[45] Além do Relatório, o General Setembrino também escreveu *Memórias - Dados para a História do Brasil*, que foram publicadas em 1950, três anos após a sua morte. Nessa obra, Setembrino relembra a sua carreira militar e reproduz partes do *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra.*

[46] Antonio Alves Cerqueira, um Capitão Médico do Exército, combateu no Contestado entre janeiro e abril de 1914 e, apesar de o seu relato ter sido escrito em 1914, ele somente foi publicado em 1936. A sua obra tinha o objetivo de empreender uma análise crítica do Serviço de Saúde do Exército. (Cf. RODRIGUES, R., 2008, p.109).

[47] O livro I é uma coletânea de artigos jornalísticos, publicados até aquele ano, e demais documentos por ele coletados, o II faz uma síntese da atuação militar no Contestado com destaque para as expedições anteriores à grande campanha organizada por Fernando Setembrino de Carvalho. A narrativa desse livro começa com a chegada do General Carlos Frederico de Mesquita, em abril de 1914, e termina com a morte de Matos Costa, nos últimos dias de agosto do mesmo ano. (Cf. RODRIGUES, R., 2008, p. 122).

história: o Contestado" e o segundo com o título "As lutas do Contestado perante a história".

Ponto comum nessas obras são a narrativas, os relatos pormenorizados de batalhas, atos de heroísmo e de situações vividas nos acampamentos ou nas marchas do Exército:

> Este destacamento era formado pela 3ª companhia do 56ª batalhão e um pelotão de cada uma das duas outras companhias, attingindo um effectivo de 200 homens, mais um pelotão de cavalaria, uma secção de metralhadoras, um piquete de 30 civis montados de Pedro Ruivo e o bando civil de Carneirinho, o fanatico transformado em vaqueano, e ainda um serviço de ambulancia. Como auxiliares de Potyguára marchavam unicamente o tenente Gualter de Mello Braga, respondendo pelo commando da companhia, o aspirante Oscar Pires, o tenente de cavallaria Alberto Prado, encarregado do comboio, e o tenente medico Moura Ferreira. (PEIXOTO, 1920, p. 532).

O tema Guerra do Contestado foi, por tempo considerável, praticamente monopólio de militares interessados em História, que produziram trabalhos pontuais sobre batalhas e aspectos estratégicos e organizacionais do conflito. Esse panorama iria sofrer forte mudança com o revisionismo crítico sobre o estudo da guerra, ao qual trataremos no próximo tópico.

Na segunda parte da análise, nos preocuparemos com a visão acadêmica corrente a partir da década de 1950. Nessa década, começaram a ser produzidas, notadamente nas faculdades de Sociologia, Filosofia e Antropologia, obras acadêmicas de vulto e peso sobre o assunto, que por serem frutos de extensas pesquisas documentais, articulando análise com os principais referenciais teóricos, se tornam importantes veículos bibliográficos.

Consideramos as obras acadêmicas de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro as mais importantes dessa fase, pois inauguram os rigores da pesquisa acadêmica nos estudos daquela guerra e que se tornaram referências obrigatórias em qualquer trabalho sobre o conflito do Contestado[48] e estes são trabalhos importantes para a nossa pesquisa.

Esses autores têm como ponto comum a convergência das interpretações dos acontecimentos no Contestado aos movimentos messiânicos e defendem a ideia de

[48] Para aprofundar sobre o período, sugerimos ver Espig (2008).

que as rusgas na região tiveram a sua gênese nos monges que por lá apareceram, a partir de meados do século XIX, pregando um catolicismo tradicional popular, heterodoxo e não reconhecido pela Igreja Católica.

Maria Isaura de Queiroz refere-se ao caboclo do Contestado como alguém que vivia “em um mundo mágico e misterioso”[49], mesclando em seu entendimento os religiosos entre as tradições indígenas, negras e portuguesas, sendo essa última a prioritária e de maior valor.

O pesquisador Maurício Vinhas de Queiróz resume assim essa perspectiva:

> Este João Maria é que se revelou tão fanático [...] Foi êle quem, no município de Lajes, manteve longa discussão teológica como frei Rogério Neuhaus, franciscano germânico. Nessa entrevista, a certa altura, João Maria exclamou:
> - “A minha reza vale tanto quanto uma missa!”
> - “Impossível! – replicou frei Rogério – nem as orações de Nossa Senhora têm o valor de uma missa, pois nesta Jesus Cristo vem descendo sobre o altar.”
> Respondeu João Maria, apontando para a sua caixinha:
> - “Para aqui também vem.”[50] (QUEIROZ, 1965, p. 48).

Para Queiroz (1965, p. 290), o resultante do Contestado é que “o messianismo é uma revolta alienada”, em que o movimento representa não somente uma evasão religiosa radical do mundo, mas também uma esperança na regeneração dos homens.

Duglas Teixeira Monteiro (1974) entende que o messianismo do Contestado, baseado no catolicismo popular, rústico e tradicional, longe de negar ou substituir o Deus da tradição judaico-cristã, colocava-o ao lado dos caboclos, através dos monges populares, quadros santos[51], Pares da França[52] e vilas santas[53].

---

[49] Para Queiroz (1957, p. 97), ao entendimento do caboclo, o batismo realizado pelo monge valia mais do que o feito pelo padre.

[50] Segundo Queiroz (1965, p. 48), esse monge batizava, dizia curar o povo com remédios, resistiu ao convite de comparecer a uma missa que no dia seguinte seria realizada pelo monge católico Neuhaus, terminou comparecendo, mas recusou-se a se confessar, prometendo vagamente que um dia o faria, mas nunca o fez.

[51] Constituía-se em uma praça retangular onde se situava uma igreja, tendo, em cada um dos quatro ângulos, um cruzeiro assinalando os pontos significativos do seu perímetro. (RODRIGUES, R., 2008, p.28).

[52] Guarda de elite inspirada na leitura que os fiéis tinham da gesta carolíngia ou da História de Carlos Magno. Foi propagado pela imprensa da época que o movimento entendia que doze pares correspondiam a 24 pessoas; no entanto, Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 201) esclarece que o número de “pares de França” nunca foi muito preciso no movimento. Firmado em depoimentos, Machado informa que há relatos de habitantes da região que falam que a guarda de honra denominada “pares de França” chegou a ser formada por grupo de 120 guerreiros. Sobre o assunto há ainda o estudo de Márcia

Para Duglas Monteiro (1974), a violência e antiordem, o sacrifício da vida em combate por parte dos caboclos, ao ser examinada nas raízes da tradição cristã, aproxima aquela irmandade dos personagens bíblicos do livro do Êxodo e da antiga Canaã.

Por fim, pretendemos analisar o que consideramos a terceira fase da historiografia do Contestado. Entre diversos trabalhos importantes, escolhemos as teses de doutorado em História de Paulo Pinheiro Machado, Lideranças do Contestado, a formação e atuação das chefias caboclas (MACHADO, 2004) e de Rogério Rosa Rodrigues, intitulada Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro (RODRIGUES, R., 2008).

Sobre a tese de Machado, trata-se de importante contribuição historiográfica que levanta e analisa novas perspectivas sobre o movimento que estudamos. Machado se propõe a avaliar a origem socioeconômica de várias lideranças rebeldes, bem como as concepções políticas que nortearam as suas ações, para o autor, a caracterização do movimento do Contestado enquanto messiânico ou milenarista, comum na bibliografia existente sobre o tema, teria acabado por desprezar aspectos importantes do movimento.

Machado (2004) assume uma explicação religiosa enquanto linguagem geral para explicar a rebelião, porém percebe que os sertanejos possuíam clareza acerca das forças sociais contra as quais estavam lutando.

Para Machado (2004), os caboclos sabiam que se bateriam, em algum momento, com as forças do Exército e que, sustentando o seu entendimento fantástico de mundo, acreditavam que o exército encantado de São Sebastião iria protegê-los.

Apesar de o Exército não ser o objetivo do trabalho de Machado, não podemos deixar de observar que o mesmo cita os combates por diversas vezes em sua tese. Não podemos deixar de observar também que, algumas afirmações, que se repetem ao longo do trabalho, têm a sua gênese nas proposições do oficial do Exército Francisco

---

Janete Espig. A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado (2002). (RODRIGUES, R., 2008, p. 28).

[53] Vilas construídas pelos fiéis de João Maria. O espaço era considerado sagrado e os habitantes se submetiam a rígidas regras morais e religiosas. Algumas se constituíram em verdadeiras cidades, como a de Santa Maria que chegou a ser habitada por aproximadamente dez mil pessoas. (RODRIGUES, R., 2008, p. 28).

de Paula Cidade, publicadas no periódico “A Defeza Nacional”.

Sobre as causas que deram início ao movimento do Contestado e a relação dos caboclos com as forças legais mobilizadas para combatê-los, Machado reproduz o discurso iniciado por Paula Cidade, no artigo “A Defeza Nacional”, e que também foi utilizado em Queiroz.

> Consta que houve certa hesitação dos oficiais militares em atacar o reduto. Não viam os sertanejos como inimigos, consideravam-se usados pelos políticos locais, os Coronéis da Guarda Nacional que, por conta de sua politicagem, tinham provocado a reunião dos sertanejos. A experiência da tragédia de Canudos estava prestes a se repetir. (MACHADO, 2001, p. 224).

O editorial de “A Defeza Nacional”, de 10 de outubro de 1914, afirmava que os acontecimentos que se desenrolaram no território contestado do Paraná e Santa Catarina, assumiram um caráter grave que não é mais possível simular.

> Ligados a causas obscuras e cada vez mais controvertidas, mesmo entre os governos dos dois Estados limitrophes, accusados de formentarem a rebelião entre às populações ruraes da zona em litígio, para desse modo servirem melhor seus interesses políticos, os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando á lucta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso Exército succumbiu aos tiros certeiros dos jagunços.[54]

Machado (2001) acredita que o movimento ocorrido no Contestado possa ser classificado como uma luta camponesa.

> É certo que Matos Costa chegou a simpatizar com a causa dos jagunços [...] Uma vez, na estação Paula Pereira, disse a quem quis ouvi-lo: “Os culpados disto tudo são esses coronéis: o coronel Arthur de Paula, o coronel Fabrício e outros.”(QUEIROZ, 1966, p.180).

No ano de 2008, Rogério Rosa Rodrigues defendeu sua tese, intitulada “Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro”, dando continuação ao seu trabalho de mestrado sobre o mesmo tema. Sua pesquisa tratou de associar os ideais modernizadores defendidos pelo Exército, na década de 1910, à intervenção no conflito armado nos confins de Santa Catarina. Para o autor, os oficiais brasileiros, marcados pela experiência dos combates em Canudos,

tentaram evitar os erros cometidos naquela campanha contra Antonio Conselheiro. Suas principais fontes na tese foram as obras escritas por diversos oficiais militares que combateram no Contestado e deixaram seus relatos. O pesquisador afirma que o País e o Exército passavam por um momento de grandes mudanças e fragilidades.

> A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu num momento de profundas transformações no país e no Exército. Em termos políticos o Brasil tentava, por meio dos seus intelectuais, estabelecer uma ideia de nação articulada, com o regime republicano. Os oficiais militares, por sua vez, desenvolviam uma campanha para conseguir a modernização e a profissionalização dos seus quadros que reivindicavam a renovação da sua doutrina e da tecnologia bélica, a implementação da lei que estabelecia o sorteio militar universal para ingresso nas forças armadas e a reorganização da força de terra do país. Convidado a intervir oficialmente no movimento rebelde ocorrido na fronteira do Paraná com Santa Catarina, o exército promoveu uma ação de guerra contra os fiéis de São Sebastião e de João Maria e fez da sua atuação no campo de batalha uma vitrina para os ideais modernizadores que propunha.[55] (RODRIGUES, R., 2008, p.7).

Em sua pesquisa, Rogério Rodrigues (2008) tratou de associar os ideais modernizadores defendidos pelos militares do Exército, em especial aqueles que contribuíam com artigos para a *revista* "A Defeza Nacional", na década de 1910, à intervenção bélica do Exército no conflito armado. Segundo o autor, os oficiais do Exército Brasileiro procuraram apagar o vexame da campanha contra os seguidores de Antonio Conselheiro, em Canudos[56].

Segundo o autor, em meio à instabilidade política e social vivida no Brasil e no Exército durante a década de 1910, os oficiais se empenharam para tornar a intervenção no Contestado uma forma de incluir a história do Exército de forma positiva, no repertório da História Política republicana brasileira, que estava em formação no início do século XX.

Esta geração de historiadores, que trabalhou a guerra como categoria analítica, fugindo da chamada "História-batalha" e do milenarismo, calcam-se principalmente na pesquisa documental e na história oral, procurando aprofundar a investigação ao olhar

---

[54] Editorial de "A Defeza Nacional", nº 13, de 10 de outubro de 1914.
[55] Em sua tese de doutoramento, Rogério Rodrigues afirma várias vezes que foi a intenção do Exército encontrar na campanha do Contestado uma motivação para exigir perante a classe política recursos para a sua modernização.
[56] Vimos anteriormente que esta é uma proposição criada em 1914 pelo então 2º tenente Paula Cidade, em um editorial de "A Defeza Nacional" e, posteriormente, repetida por diversos autores.

para os aspectos culturais e sociais em jogo, e, juntamente com os outros autores dos períodos anteriores, servem de base para as pesquisas atuais.

1.3 As narrativas épico-memorialistas: da guerra (1912) à década de 1950

Após o advento da República, algumas questões se modificaram em relação ao corpo de oficiais do Exército. Os militares não mais provinham, em quase a totalidade, das famílias aristocráticas e tradicionais da Capital do Império ou do interior do País. Exemplo disso são os principais generais ou marechais que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (McCANN, 2009). Nomes como Émile Louis Mallet, o Barão de Itapevi, que vivia na corte do Império, ou Manuel Luís Osório, o Marquês de Herval ou ainda os Mena Barreto, esta uma tradicional família aristocrática de militares do Rio Grande do Sul.[57] No período republicano, o Exército recrutaria o seu corpo de oficiais em outras camadas da sociedade[58].

No final do século XIX, no período após a proclamação da República, boa parte do corpo de oficias do Exército provinha, principalmente, das áreas urbanas litorâneas, oriundas de famílias sem condições de dar outras opções de carreira ou estudos aos seus filhos.

Conforme McCann (2009, p. 40):

> Boa parte do corpo de oficiais provinha de áreas urbanas litorâneas, oriundos principalmente de famílias sem condições de dar outras opções e carreira a seus filhos. Muitas dessas famílias, talvez a maioria, pertenciam aos setores médios da sociedade. As oportunidades educacionais no Brasil em fins do século XIX eram extremamente limitadas devido à escassez de ensino público em geral e de universidade em particular. As famílias que não podiam arcar com os custos das faculdades de direito e medicina aconselhavam os filhos a tentar ingressar em uma das três escolas militares, situadas no Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Fortaleza. Essas escolas, em especial a da Praia Vermelha, no Rio, prepararam muitos dos líderes e intelectuais que influenciaram o pensamento e as instituições brasileiras.

[57] Os Mena Barreto, paulistas com ramificações no Rio Grande do Sul, descendem de fidalgos portugueses e das primeiras famílias que chegaram a São Paulo no período colonial (SILVA, 1906).

Essas escolas militares[59], principalmente a da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, estavam impregnadas pelo pensamento europeu e positivista, com ênfase na ciência, na autoridade e nas ideias de ordem e de progresso tal como concebidas pelo positivismo. Juntas, essas escolas formaram um número considerável dos líderes e intelectuais que influenciaram o pensamento e as instituições brasileiras no período[60].

Ao fim do curso, muitos oficiais, em idade de se casar, desposavam mulheres do Rio de Janeiro ou Porto Alegre. Eram mulheres que estavam acostumadas com o conforto, à vida social e às comodidades dos meios urbanos e, normalmente, não acompanhavam os seus maridos quando esses eram designados para servir em regiões remotas, por isso, os oficiais se empenhavam em continuar servindo nesses centros (McCANN, 2009).

Depreende-se que esses oficiais, ao frequentar os mesmos ambientes que civis[61], nos bondes, igrejas, praças e cafés, conviviam com os ideais citadinos e passavam a comungar as suas opiniões, aspirações, preconceitos e visões de mundo (McCANN, 2009).

A elite não deixou de estar presente nas fileiras armadas durante o final do século XIX e início do XX, mas se posicionou na Guarda Nacional[62].

---

[58] Para ver mais sobre o assunto, leia Carvalho (2005, p. 16).
[59] As escolas são apresentadas detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação.
[60] Os oficiais do Exército Estevão Leitão de Carvalho, Francisco de Paula Cidade, Bertoldo Klinger, José da Silva Pessoa (irmão de Epitácio Pessoa), Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Luís Carlos Prestes, Antônio Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, os irmãos Távora e o escritor Euclides da Cunha são exemplos de alguns dos alunos que se tornaram personalidades importantes para a vida nacional e que passaram pelas escolas militares do Exército no final do século XIX e início do XX. (McCANN, 2009, p. 308).
[61] Ou, no jargão da caserna, “paisano” – o que não é militar, pessoa não submetida à organização militar.
[62] A Guarda Nacional eram forças milicianas comandadas pelas oligarquias locais e eram consideradas como forças de segunda linha, auxiliares ao Exército. A primeira linha designa os componentes do Exército e Armada, enquanto que as forças milicianas, como a Guarda Nacional, compõe a segunda linha. (FERREIRA, 2014, p. 69).

> Os filhos da nobreza civil, os soldados particulares, tinham quase desaparecido. A organização militar começava a fechar-se em si mesma, gerando às vezes verdadeiras dinastias como as dos Lima e Silva no Império e a dos Fonseca na República. A elite civil passou a preferir para o serviço militar, a Guarda Nacional que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares. Por outro lado, o próprio título de nobreza dos militares perdera quase totalmente seu conteúdo original. No fim do Império, o título de cadete já poderia ser conseguido pela nomeação política do pai do pretendente a oficial da Guarda Nacional. Com exceção do Rio Grande do Sul, o recrutamento de oficiais, ao longo do império e República adentro, passou a ser feito predominantemente dentro da própria organização e entre grupos sociais de renda mais baixa e posição mais modesta.
> Não existem bons dados sobre a origem social dos oficiais durante a Primeira República. Mas, das várias biografias dos líderes tenentistas, por exemplo, eram provenientes de famílias pobres. Estão nessa situação os dois Távora, Luiz Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns como os Távora, confessadamente entraram para o Exército como o único caminho disponível para continuarem os estudos, dada a insuficiência das rendas familiares. Quando Leitão de Carvalho manifestou a intenção de ingressar no Exército, seu professor lhe perguntou logo se o motivo[63] era a falta de dinheiro. (CARVALHO, 2005, p. 17).

Foi nesse contexto que os jovens oficiais foram educados. Entendiam que no litoral, principalmente nas cidades litorâneas importantes, estavam o progresso e o desenvolvimento do Brasil, e no interior, o atraso e a barbárie.

À época, para o modelo positivista de desenvolvimento e o modo de ver o mundo destes oficiais, não cabiam no progresso do País a ignorância e a incultura dos sertanejos.

A forma com que os militares colaboradores de “A Defeza Nacional” viam os caboclos do Contestado assemelhava-se ao de um adulto que sentencia que uma criança deva ser tutorada. Não consideraram que os moradores daquela região poderiam ter condições de se organizarem militarmente sem a influência de outrem.

> Desde o primeiro levante dos sertanejos do Sul, chefiados pelo mysterioso monge José Maria, que se tem procurado investigar as origens desses movimentos, attribuidos por uns ao fanatismo religioso, por outros, ao banditismo bandoleiro e rapace de populações incultas e, até mesmo, a uma vindicta dos pequenos proprietarios de terras das antigas colonias militares, espoliados por concessões de seus territorios, feitas a mandões politicos pelos governantes dos dois Estados.

[63] Segundo José Murilo de Carvalho, em 1941, a carreira militar não era a preferida da elite civil. Na Academia Militar das Agulhas Negras, entre 1962 e 1966, quase 35% dos cadetes era filhos de militares, permanecendo, preferencialmente, a tendência ao recrutamento endógeno, mesmo numa estrutura social muito mais diversificada do que a imperial. (CARVALHO, 2005, p. 17).

> Sejam, porém, quaes forem os factores que tenham actuado sobre essas populações, ainda ha pouco, pacificas, para arrasta-las á rebelião e ao saque, o que se não pode negar, é que a ignorancia lastimavel em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal destes lastimaveis desvios, que reduziram humildes sertanejos patricios á condição de nossos inimigos.[64]

Segundo alguns artigos da revista “A Defeza Nacional”, jamais o Brasil formaria uma identidade nacional com aquela gente incivilizada do interior às margens deste avanço, e o progresso deveria ser inevitável, nem que para isso tivessem que eliminá-los. De acordo com o editorial de 10 de outubro de 1914, ao mesmo tempo em que existia a percepção de que aquele povo inculto precisava ser tutelado, também definiram que, caso os rebeldes não aceitassem uma rendição incondicional, deveriam ser tratados como inimigos e eliminados. Os textos e argumentos devem ser observados a partir das escolas militares de onde foram elaborados, considerando as especificidades de sua formação bélica e positivista. Essas ambiguidades e indefinições podem ser percebidas nas leituras e análises dos artigos e editoriais militares relativos ao Contestado. Carvalho (2005) considera que os redatores de “A Defeza Nacional” tinham liberdade de discordarem entre si na produção dos seus editoriais.

Percebe-se que, segundo McCann (2009), ao fazerem parte das comunidades urbanas, e por estarem em convivência com a classe diplomada daquelas sociedades, os oficiais militares acabavam por compartilhar os mesmos valores, crenças e discurso quanto ao progresso do País, dos jornalistas, pensadores, intelectuais entre outros que formavam as elites nos idos da primeira década do século XX.

Embora os militares fizessem parte de uma comunidade separada dos civis, ligados pela instituição, o mundo segundo os seus valores se assemelhava ao mundo das elites urbanas e, como os membros desta, tiveram muitos momentos de dúvidas e incertezas quanto aos caminhos que o Exército deveria assumir enquanto defensor da pátria (McCANN, 2009).

Levando-se em consideração as especificidades inerentes a todos os grupos, foi esse o pensamento – o de separação do litoral, desenvolvido e civilizado, aberto para a cultura e tecnologia predominantemente europeia, com o interior inóspito e

[64] Editorial de “A Defeza Nacional”, nº 13, de 10 de outubro de 1914.

ultrapassado – que orientou o projeto de formação de uma identidade nacional no início do século XX.

Os militares que narraram a história do Contestado estavam inseridos na visão de sua época e conforme o que acreditavam que fosse verdadeiro. O diferencial desses narradores é que não somente escreveram e pensaram os acontecimentos no Sul como também refletiram em torno dos problemas sociais e políticos para os motivos da guerra e da nação e chegaram a indicar os possíveis caminhos para solucioná-los (RODRIGUES, R., 2008).

Os documentos produzidos demonstram o posicionamento assumido por setores do Exército em relação às guerras internas e aos destinos políticos do Brasil naquele momento, assim como os motivos e interesses pessoais e da instituição relativos à sua ação nas linhas de combate, além de serem incentivadores importantes da glorificação do Exército, construindo uma memória favorável aos militares e justificando suas derrotas.

Esses militares se consideravam os luminares do patriotismo da nação. Foram importantes para a constituição do Exército nos primórdios do século XX, no seu afã de modernização das suas doutrinas e a reformulação das suas ideias, por meio de novas táticas, equipamentos, armamentos e a moralização das suas condutas "construindo uma imagem do militar como cidadão que se preocupava e participava dos interesses políticos e sociais da nação." (RODRIGUES, R., 2001, p. 23).[65]

Em meio a essas discussões e debates, sobre patriotismo, nacionalismo, reformulações, modernismos, estratégias e as melhores doutrinas militares, aprofundou-se a Guerra do Contestado com o envio da Terceira Expedição à região. E nos relatos, relatórios, críticas e artigos sobre o movimento é perceptível que esses militares tinham um sentimento de responsabilidade quanto ao futuro do País (RODRIGUES, R., 2008).

O pensamento militar confluía em vários aspectos, havia a instituição a unir o corpo de oficiais, mas a homogeneidade não era a marca desse grupo, que estava em

[65] Para Rogério Rosa Rodrigues (2001), o auge dessas discussões ocorreu em 1914, coincidindo com o início das agressões da Primeira Grande Guerra.

transição doutrinária e não possuía uma ideologia capaz de homogeneizá-lo, porém havia uma razoável concordância entre seus integrantes.

O General Setembrino de Carvalho percebeu a diversidade entre o corpo de oficiais quando escreveu sobre as diferenças marcantes na formação dos oficiais da ativa, ao afirmar que: “A nossa oficialidade parcela-se em duas categorias perfeitamente distintas: uma parte, oriunda das escolas, possui essa instrução geral – meio científico meio literária – dote comum dos homens ilustrados: a outra é inculta.”[66]

Os incultos a quem Setembrino se referia eram os tarimbeiros[67], oficiais promovidos nos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança e que não havia frequentado a escola militar. Eram homens práticos, experientes e sensatos na vida militar, mas que ficavam deslocados junto aos oficiais bacharéis (McCANN, 2009).

Além dos dois grupos citados, ainda havia os “Jovens Turcos”[68], não anotado pelo General Setembrino, provavelmente por estarem ainda em formação, por serem ainda muito recentes.

McCann (2009, p. 216) percebe que, em 1914, o Segundo-Tenente Francisco de Paula Cidade, um jovem turco, observou satisfeito que o “doutorismo” exagerado estava em declínio e que restavam poucos tarimbeiros da velha guarda ainda na ativa.

Evidentemente que, entre um grupo e outro, existiam aqueles militares que não se encaixavam em nenhuma das características descritas, como o próprio Setembrino, que assentou praça em 20 de outubro de 1877 e cursou a Escola Militar de Porto Alegre no ano seguinte ou o Tertuliano de Albuquerque Potiguara, que, em 1887, ingressou na Escola Militar do Ceará, sendo transferido em 1889 para a Escola Militar do Rio de Janeiro.[69] Ambos militares que combateram e se destacaram na campanha do Contestado.

---

[66] Arquivo Histórico do Exército. CARVALHO, Fernando Setembrino de. Ofício remetido ao Ministro de Guerra em 13 de dezembro de 1914, cx. 5534.

[67] Ficaram conhecidos como tarimbeiros em alusão aos toscos estrados de madeira em que se dormia nos antigos fortes coloniais. (McCANN, 2009, p. 44).

[68] Esse grupo compunha-se de 34 oficiais de baixa patente que haviam estagiado no Exército Alemão. Assimilaram o apelido, ainda que colocado pejorativamente, inspirado nos oficiais turcos que haviam remodelado o Império Otomano e que também foram treinados por instrutores alemães. (McCANN, 2009, p. 268).

1.3.1 General Fernando Setembrino de Carvalho – Os historiadores de farda

O General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho foi o comandante da terceira expedição enviada pelo Exército contra os redutos rebeldes de Santa Catarina. Durante os anos de 1914 e 1915, o General esteve na região comandando o que chamou de “luta da civilisação contra a barbaria”. (CARVALHO, 1916, p. 254).

Em seu relatório final ao Ministro da Guerra Caetano de Faria, além de relatar os acontecimentos cotidianos e as dificuldades passadas com a ausência de verbas, de materiais bélicos adequados, de apoio político e de pessoal treinado, apresentou, segundo o seu entendimento, elementos importantes para compreendermos o imaginário da época em relação aos sertanejos e a região onde moravam.

McCann (1982, p. 82) assume as dificuldades apontadas por Setembrino com a seguinte perspectiva:

> A recente experiência do Exército Brasileiro em sufocar a rebelião do Contestado, no Estado de Santa Catarina, revelara muitos problemas organizacionais[70], e os generais pareciam ter a intenção de usar a guerra mundial para aumentar a força efetiva do Exército.

Ou seja, o confronto no Contestado apontou para a necessidade de se melhorar a qualidade do Exército. Nesse sentido, cada uma das guerras tem a sua importância, pois se a “pequena guerra” aponta os problemas, a “grande guerra” apresenta as possibilidades de soluções.

Para McCann (1982), portanto, a Guerra do Contestado serviria para demonstrar aos dirigentes políticos que, se o Exército não estava preparado para enfrentar um bando de caboclos mal armados no interior do País, não teria poderio militar para combater os exércitos estrangeiros que, se a temida invasão fosse concretizada, se

---

[69] Arquivo Histórico do Exército, Fé de Ofício, pasta nº X-III-12.

[70] Para colocar a tropa em movimento rumo ao Contestado, o General José Caetano de Faria tomou emprestado homens, cavalos e equipamentos de vários quartéis espalhados pelo Brasil, deixando-os desguarnecidos e incapacitando-os. Percebeu que o Serviço de Saúde era inexistente, que o Exército não tinha meios para transportar as suas tropas pelo imenso território nacional, que nada se fazia sem verba e que para promover as mudanças necessárias seria necessário o apoio de um Congresso pouco interessado em fortalecer o governo central. (McCANN, 2009, p. 225).

apossariam de parte do território brasileiro.

O General Setembrino nos conta, por vezes, como via aquela campanha no Sul do País. Em seu livro autobiográfico, ele se referiu à Guerra do Contestado como a pequena guerra (CARVALHO, 1950), termo do qual entendemos ter sido retirado da designação francesa de “petit guerre”; nesse caso, o vocábulo “pequena” determina uma forma de guerrear (na qual os métodos são variáveis) e não um adjetivo para a guerra.

Setembrino também se referia à guerra no Contestado como desprezível e medíocre entre outros epítetos pejorativos: “[...] além de ter sido esta uma pequena guerra em que essas estradas constituíram um fator poderoso de vitória [...]”; ou ainda “[...] por que não admitir que um medíocre General de um medíocre exército se ocupasse de uma medíocre questão que somente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente?!” (McCANN, 2009, p. 139).

Para Setembrino, aquela guerra não estava à altura do Exército e, segundo o mesmo, os militares do EB deveriam se preparar para combater o inimigo externo enquanto invasor do território brasileiro, e não lutar contra sertanejos no interior do País. Reitera o General que aquela disputa trouxe desconforto entre os oficiais, pois “[...] gerou-se nos meios militares de que não era coadunável com as funções do Exército o ato de perseguição aos fanáticos. Cabendo exclusivamente à polícia dos Estados conflagrados”. (CARVALHO, 1950, p. 136).

As palavras “cangaceiros”, “quadrilheiros”, “bandidos”, “bandoleiros”, “jagunços”, entre outros, foram termos recorrentes nos relatos de Setembrino para se referir aos sertanejos sublevados, tanto no seu Relatório enviado ao Ministro da Guerra, em 1916, quanto em suas memórias publicadas em 1950.

Não era a primeira e nem seria a última vez que os militares iriam utilizar esses termos para construir as imagens das populações em conflito. Nos sertões catarinenses, por vezes, haviam construído a imagem dos seguidores dos monges como se fossem bandidos foras da lei, transformando-os em inimigo da nação. Valentini; Espig e Machado (2012) acreditam que essa construção se deu para justificar a repressão das forças militares àqueles grupos que lutavam pelos seus territórios.

Entendemos que esse tipo de discurso não foi uma reconstrução intencionalmente deturpada do sertanejo, mas tratou-se, sim, de esforço em relatá-lo, embora se saiba que a interpretação da realidade é traiçoeira, e mais, que a narração também é interpretação.

Carvalho escreve que pesou na constituição da população do Contestado a presença de perseguidos da justiça de São Paulo, Pernambuco e Rio e Janeiro, em número de uns oito a dez mil indivíduos, que teria chegado à região devido à construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande e que então “os sertões foram se enchendo dos peiores malfeitores.” (CARVALHO, 1916, p. 3-4).

Essas afirmações são questionadas por Paulo Pinheiro Machado, que acredita que o General Setembrino vincula os trabalhadores foragidos da justiça do Nordeste e do Rio de Janeiro aos caboclos em uma tentativa de encontrar culpados mais capacitados para o levante, uma vez que, para ele, “o cangaceiro fanático nada tem de característico: é o matuto crendeiro e trivial de todos os sertões.” (CARVALHO, 1916, p.135).

Apesar de considerar o sertanejo um alienado, irresponsável, inconsciente e ignorante, o General escreve que seria inútil tentar persuadi-los por meios de palavrórios e discursos, sendo que “a palavra amolgava-se de encontro áquellas almas endurecidas pelo crime, só restando, contra o banditismo, o argumento único e mais eloqüente das balas.” (CARVALHO, 1916, p. 115).

Desse modo, Setembrino aceita se entregar à detestável e desonrosa “pequena guerra”, portanto, pensada como a antítese da “grande guerra”, civilizada, honrosa e própria dos grandes exércitos nacionais e que, sendo os sertanejos ignorantes, selvagens e bárbaros, a única possibilidade viável para solucionar os problemas apresentados à nação por aquelas questões residiam no ataque armado e no extermínio do grupo rebelado.

Em 1916, Setembrino, agora Diretor de Administração da Guerra, explica como as mudanças e as substituições dos fardamentos melhoraram as condições dos soldados, das praças e dos oficiais do Exército no Brasil, misturando equipamentos e uniformes usados pelos americanos, franceses e, principalmente, os germânicos. O

General, ao final da explicação, arremata que aqueles materiais eram “adotados pelos oficiais europeus na grande guerra.” (CARVALHO, 1916, p. 175).

O General demonstrava ser profundo conhecedor das coisas das guerras europeias e das teorias do alemão Clausewitz[71]. Ao apresentar os seus planos de combate ao Ministro da Guerra, José Caetano de Faria (1855-1920), “confessou ao mesmo que a sua estratégia não era nova, só estava seguindo os conselhos de Carl von Clausewitz.” (McCANN, 2009, p. 203). Em outra passagem, diria que “a concepção de Clausewitz revela-se aqui em toda a extensão de sua grandeza: ‘Os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências ser considerados como combates reais’.” (CARVALHO, 1916, p. 151).

Explicando os motivos pelos quais necessitava de tantos recursos para combater no Contestado, ele se utiliza dos ensinamentos do estrategista prussiano para justificar tamanho número de militares, mantimentos e equipamentos:

> Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra, nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das fôrças armadas, e a ruína total do poder do inimigo, quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusados pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais.
> Exemplifica dizendo: “Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, este, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que assim lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta. Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de toda a sorte que poderia retirar de uma província por ele abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos o nosso fim, a só probabilidade de combate teve suas conseqüências” (CARVALHO, 1950, p. 145).

E conclui afirmando que: “Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir em relação a esta guerra [...]. Na aplicação do princípio eu procurei antes de tudo, buscar o sucesso, o triunfo da causa legal.” (CARVALHO, 1950, p. 145). Percebe-se que, mesmo sabendo que combateria

[71] Infere-se que, ao se apoiar em Clausewitz, Setembrino tenta interferir na questão política dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, obedecendo a uma das máximas Clausewitziana que era a de que em uma guerra a política e o Exército eram permanentemente ligados.

uma pequena guerra, típica de guerrilhas, com escaramuças e combates aleatórios, o General apoiou-se na estratégia das grandes guerras de Clausewitz.

Em alguns momentos, o General Setembrino de Carvalho aparentemente expressa opiniões contraditórias, pois, apesar de considerar o sertanejo um matuto bárbaro e ignorante que somente conhece o “argumento pela bala”, também se posiciona de forma a poupar o máximo de vidas caboclas ao afirmar que: “Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-me de todos os meios aproveitáveis para renunciar uma luta, cujo desfecho lhes seria fatalmente cruel.” (CARVALHO, 1950, p. 146).

O General demonstra conviver com um dilema, pois, ao mesmo tempo em que pensa nas estratégias para a campanha do Contestado conforme os ensinamentos construídos para uma “grande guerra” no mais nobre estilo europeu, também sabe que o inimigo sertanejo não está a sua altura, tanto como estrategistas, quanto em relação ao poderio do seu exército, muitas vezes, superior em número e recursos se comparado aos sertanejos.

Os caboclos sublevados não possuíam os recursos necessários para um combate franco e direto, tão a gosto dos militares europeus do século XIX. “Esposando a opinião do mestre” Clausewitz, Setembrino pensou em asfixiar os sertanejos, cortando-lhes os recursos e assustando-os com o tamanho do seu aparato bélico.

Aparentemente Setembrino, o General designado pelo Ministério da Guerra para combater os sublevados do Contestado, era um profundo conhecedor da doutrina de Clausewitz e um entusiasta da grande guerra. Pode-se deduzir que, conscientemente iria lutar contra “selvagens” em uma “pequena guerra”, o militar adotou os ensinamentos estratégicos Clausewitzianos próprios da “grande guerra”, levando para o teatro de guerra um grande efetivo militar, com a disponibilidade para gastos de vultosos recursos financeiros.

1.3.2 Mauricio Vinhas de Queiroz – Os Messiânicos

Mauricio Vinhas de Queiroz, sociólogo, doutor em ciências pela Universidade de São Paulo, tenta explicar por meio do conceito de messianismo o comportamento dos caboclos. Preocupou-se em destacar a tensão social existente na região. Desenvolve a sua obra dando ênfase à questão de terras e ao abusivo poderio dos coronéis e grandes fazendeiros.

O trabalho de Maurício Vinhas de Queiroz (1966) é fruto de uma criteriosa pesquisa documental e de campo. Relata minuciosamente os intricados fatos ligados ao decorrer das lutas nos anos compreendidos entre 1912-1916.

Mauricio Vinhas de Queiroz, com o “Messianismo e Conflito Social”, descreveu a trajetória da vida dos monges, evidenciando os costumes religiosos e místicos dos sertanejos, bem como os aspectos sociais, econômicos e políticos da região contestada, a partir das lutas dos sertanejos que tinham necessidade de garantir o “direito de terras”.

As fontes de pesquisa do autor foram os testemunhos de antigos “fanáticos” e outras pessoas que participaram dos acontecimentos ou os evidenciaram. Foram analisados jornais da época, processos judiciários e inquéritos policiais e alguns livros escritos por jovens oficiais das forças Exército. Também foi utilizado na pesquisa em questão o manuscrito de Alfredo de Oliveira Lemos, intitulado “A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos (1913 – 1916)”, e as notas sobre o folclore de Serra - Acima, de José Euclides Felipe. Também foram objeto de consulta as entrevistas e os documentos fornecidos por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

A obra de Maurício Queiroz é dividia em quatorze capítulos, dos quais iremos nos restringir a abordar apenas os capítulos relativos ao estudo de relevância à religiosidade e à expedição do General Setembrino de Carvalho.

Nos capítulos destinados à religiosidade popular subjacente aos eventos do Contestado, o autor procura retratar a passagem de três monges profetas, sendo dois com o mesmo nome, João Maria, e o terceiro, José Maria, evidenciando as

características principais dos personagens, como estes influenciaram a religiosidade, messianismo e os conflitos sociais da região. E como Frei Rogério, representante da ortodoxia católica, atuava no Contestado.

Posteriormente, o autor relata a trajetória do monge José Maria, que uniu pessoas em torno de um ideal de luta por direitos mínimos, embalados pela convicção religiosa, levou a organização comunitária ao grupo e distribuiu funções a cada um. Assim, onde havia igualdade social e autonomia própria, o messianismo adquiriu corpo, deflagrando no conflito armado.

O autor infere que o movimento do Contestado ajusta-se nos tipos de movimentos religiosos que têm sido conhecidos como messiânicos.

> [...] É todo aquele em que um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúne no culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais, e se mantêm reunidas na esperança mística de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou) ingressarão ainda em vida num mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal [...]. (QUEIROZ, 1966, p. 251).

O autor descreve a passagem de três monges profetas, que percorreram o sertão do Contestado com a finalidade de compreender a religiosidade e a cultura popular dos sertanejos ao longo dos acontecimentos. Esses monges percorriam esse território e os sertanejos acreditavam serem homens sagrados.

Vinhas de Queiroz relata a vida do monge João Maria. “De origem italiana, natural de Piemonte, onde nascera em 1801, apareceu em Sorocaba em fins de 1844. Uns três anos depois andou pelo Rio Grande do Sul.” (QUEIROZ, 1966, p. 51). Tornou-se um mito para os caboclos, identificando-se como um conselheiro e grande mago, curador e profeta. Frente à pobreza, à insegurança e à violência dominante, ele traz a proteção das forças sagradas. Identificado pela ideia popular de profeta, contribuiu para a eclosão do movimento messiânico.

O seu apelo religioso entre os caboclos alastrava-se rapidamente e diziam curar com um simples toque e usava a vassourinha do campo como chá medicinal.

Queiroz (1966) explica que quando mudava de pouso, se atiravam os crentes à cinza de sua fogueira, costurada em um amuleto, dependurado ao peito, que servia para evitar as coisas ruins. Atribuíam-se também propriedades miraculosas à água da

nascente ou do riacho onde o monge bebera. Enchiam-se garrafas e as transportavam a longas distâncias.[72] Muitas vezes, se erguiam em um pouso uma cruz de cedro não falquejado, que depois tornava a brotar e virava árvore, proclamava-se que era um novo milagre. Geralmente, o lugar ficava sagrado.

Segundo Queiroz (1966), João Maria nunca aceitava hospedagem em nenhuma casa, se instalava debaixo de árvores, perto de nascente ou de riachos. Pregava, curava e organizava procissões. Nada exigia em troca de seus favores, até mesmo quando ganhava algum presente, compartilhava o mesmo entre seus afilhados, que ele mesmo havia batizado. De acordo com o autor, não há relatos de que o primeiro monge, João Maria, tenha sido profeta e que tenha anunciado profecias. Mas, o povo sertanejo enaltecia-o, proferindo que depois de Deus, somente o monge.[73]

No tempo de João Maria, relata Queiroz (1966), o catolicismo rústico praticado pela gente de Serra era repleto de práticas mágicas e contrapunha-se à doutrina oficial da Igreja Católica. Por haver poucos sacerdotes na região, os padres católicos só batizavam nas épocas de missões levadas pelos jesuítas, quando os fiéis católicos eram doutrinados, batizados, casados e recebiam os sacramentos da igreja oficial. Foram enviados alguns frades para a paróquia de Lages, em Santa Catarina, sendo o alemão Rogério Neuhauss o mais admirado entre eles.

> Talvez por sua origem camponesa e sua experiência de vida, Rogério Neuhauss, conseguiu adaptar-se aos padrões locais muito mais rapidamente e melhor que seus confrades alemães. Mandou vir uma farmacinha portátil, de homeopatia e começou a receitar. Utilizava-se dos contatos assim conseguidos e do prestígio ali advindo para conduzir os sertanejos à ortodoxia católica, particularmente para fazer com que aceitassem a confissão e a comunhão como algo de costumeiro. (QUEIROZ, 1966, p. 65).

Nas suas andanças pelo sertão catarinense, Rogério Neuhuss, pregando a doutrina católica, não conseguiu vencer a popularidade do monge João Maria, porque os sertanejos olhavam com certa desconfiança para a pregação do frei, que cobrava

[72] Em estudos de campo para este trabalho de pesquisa, na região oeste de Santa Catarina, para conhecimento dos locais onde ocorreram os combates e andaram os monges, foi observado que as fontes ainda constituem-se em pontos de peregrinações dos nativos, que afluem de várias partes da região para encher as suas garrafas com água “santificada”.

para realizar casamentos, batizados. Pela crença local, os sacerdotes deveriam ser desprendidos de valores materiais.

João Maria conseguiu dificultar a ortodoxia católica, afastando o povo dos representantes da igreja, sendo o motivador dos problemas, gerando uma crescente superstição e fanatismo.

Para Queiroz (1966), o segundo monge João Maria de Jesus seria Atanás Marcaf, que surgiu na região após a revolta Rio-Grandense, percorria os sertões e as serras do sul do Brasil, trazendo consigo uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha ao centro, isto é, uma bandeira do divino Espírito Santo. Ele profetizava calamidades, tais como o fim do mundo, conduzido por “muitos castigos de Deus” como a miséria e a peste no gado. Ainda coisas piores estariam por vir, como a guerra: “Vem uma época – insistia – em que o sangue vai correr sobre a terra como rio”.

Muitos sertanejos acreditavam que rezando, trazendo patuás junto ao corpo, ficariam redimidos e imunes a tais calamidades, mas João Maria não acreditava que estes pudessem escapar deste fim.

João Maria foi repreendido por frei Rogério por fazer críticas à Santa Escritura, pregar penitências, profetizar calamidades e batizar crianças, que era o ofício dos padres da região.

Conforme Queiroz (1966), João Maria anunciava que a República era coisa do demônio, enquanto a Monarquia era ordem de Deus. Segundo o monge, a Monarquia era o oposto do regime dos coronéis. Ele não gostava de aglomeração ao seu redor e sempre que surgia muita gente, saia sem despedir-se.

Quando o monge João Maria desapareceu envolto a mistérios, os sertanejos criaram a ideia da imortalidade do religioso, imaginando que ele estava encantado em algum lugar misterioso.

Queiroz (1966) faz menção ao terceiro monge, José Maria, acrescentando que, desde o desaparecimento do segundo João Maria, os sertanejos esperavam outro “messias”. José Maria, também era conhecido pelo nome de Miguel Lucena de

---

[73] Nas pesquisas de campo, foram observados que ainda hoje os devotos de João Maria, na região do Contestado, ascendem velas, cumprem promessas ligadas à pedra onde ele dormia e carregam, expõem ou guardam a foto do monge.

Boaventura. Não se sabe ao certo, mas há indícios que pertencera às fileiras do regimento de segurança do Paraná, antes de desertar.

Conforme Queiroz (1966), José Maria passou a ser muito procurado e venerado pelos sertanejos, por ter curado a mulher do fazendeiro Francisco de Almeida, após esta última ter sido desenganada pelos médicos, e pelo fato de ele não aceitar gratificações em terras e ouro, oferecidos pelo fazendeiro.

Em agradecimento, Almeida sentiu-se na obrigação de alimentar todo o povo que estava se juntando em torno de José Maria. Esses sertanejos vinham em busca de proteção e cura para seus males. Ao contrário dos outros monges (na sua acepção popular), ele sabia ler, escrever e tinha conhecimento de ervas medicinal, ele dizia ser irmão do beato João Maria, líder messiânico que havia percorrido essa região do planalto catarinense, em anos anteriores. A propósito, é revelador que tenha escolhido um nome de guerra tão parecido. Nas palavras de Queiroz:

> [...] Ia-lhe bem, pois, o papel de irmão. Isto deixava que ele se beneficiasse do prestígio mágico atribuído ao outro, mas permitia também que agisse de uma forma que não seria aceita se quisesse identificar-se plena e completamente. Sendo apenas em parte igual o seu modelo, ficava livre para conservar-se menor do que ele; ou, em certo sentido, tornar-se maior. De qualquer modo, isso lhe possibilitava levar ao povo do sertão, através de seu trabalho e de suas palavras, uma mensagem diferente. (QUEIROZ, 1966, p. 84).

Muitos atribuíam às receitas escritas e às rezas forças sobrenaturais; usavam patuás, objetos tidos como capazes de “fechar o corpo” daqueles que os utilizavam. Segundo Queiróz, o monge José Maria levava consigo uma velha edição da história de Carlos Magno e os doze pares de França, a qual era lida para seus seguidores. Eram aventuras de heróis invencíveis, homens que, sozinhos, em pequeno número, conseguiam derrotar exércitos inteiros. Tal literatura era lida como prefiguração dos fatos que aconteceriam no Contestado.

A comissão de festeiros de Taquaruçu convidou José Maria e seus seguidores para participarem da festa em honra a Bom Jesus, ele prontamente aceitou. Após o término das festanças, José Maria decide permanecer em Taquaruçu. Ali ele dirigia terços e contava as histórias de Carlos Magno e continuava receitando. “Promoveu uma guarda de honra, composta por vinte e quatro homens e mais o comandante, com a

denominação de Os Doze Pares de França, todos montados em cavalos brancos" (QUEIROZ, 1966, p. 85).

Conforme Queiroz (1966), em Taquaruçu, José Maria é acuado pelo Coronel Albuquerque por não atender um familiar doente. Esse fato ganha repercussão negativa para o monge e os sertanejos, que, por vingança, são acusados por Albuquerque de querer restaurar a Monarquia. Então, o grupo, temeroso, parte para os campos do Irani, município de Palmas, onde José Maria considerava poder encontrar a sua gente.

Nesse local, agruparam-se os seguidores do monge, entre eles os denominados "pares de França". O governador do Paraná, sabendo da chegada de José Maria em seu território, envia as tropas do regimento de segurança do Paraná. Tropa que, sob comando do Coronel em Comissão João Gualberto de Gomes de Sá Filho, atacara o "quadro santo", erguido no município de Irani, onde os seguidores do monge tinham se refugiado.

No decorrer da noite, quando as forças estaduais estavam passando por um córrego, a metralhadora e as munições do Coronel Gualberto caíram n'água. Apesar do incidente, prosseguiram, e os fanáticos contra-atacaram. Uns a cavalo, outros a pé, eles evitaram ao máximo o tiroteio e atravessando uma funda camada do terreno, onde desapareceriam da vista das forças legais, com a emboscada, caíram de supetão, com garruchas e facões de pau sobre os soldados.

O auge do combate se produziu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta, José Maria cai morto por uma bala. Quando já se dispersava a força do Paraná, João Gualberto – que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo – foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos.

A crença no ressurgimento de José Maria eclodiu após sua morte no próprio local do combate. O líder foi colocado em uma cova rasa coberto por algumas tábuas para facilitar a sua ressurreição. Com isso, fica demonstrada a crença dos sertanejos em relação a seu líder: acreditava que ele era um santo, um prodígio, que iria ressuscitar a qualquer momento e reapareceria em uma cidade santa.

A morte de José Maria não significou a derrota para seus seguidores, mas sim sacrifício e bravura. Eles acreditavam que seu líder, ao ressuscitar, juntar-se-ia ao Exército Encantado de São Sebastião.

> Imaginava-se que no momento da parusia de José Maria, quando este aparecesse redivivo, em toda sua gloria, então o Exército Encantado "apareceria", isto é, ganharia aspecto concreto, e seria invencível. Nesse instante principiaria a guerra santa que, segundo diziam, tinham sido anunciados pelo próprio João Maria, vinte anos antes. Esta é que seria a guerra de São Sebastião. (QUEIROZ, 1966, p. 110).

Os sertanejos do Contestado sempre tiveram grande devoção por São Sebastião, santo guerreiro, protetor dos homens contra a fome e a peste, padroeiro do sertão e também de Perdizes Grandes onde se encontravam a maioria dos seguidores do monge. De acordo com Queiroz (1966), com a morte de José Maria um novo ciclo de mediadores se inicia.

A partir de então, surgem as virgens como porta-vozes do poder divino. Dotadas de poder de curas e milagres, elas se comunicavam com o monge, passando as mensagens e palavras de ordem aos demais, influenciando muitas das ações e decisões nos redutos.

Em 1913, nesse ambiente impregnado de crenças, Teodora, neta de Euzébio[74], começou a relatar que tinha visões com o monge, visões que seriam seguidas de supostos milagres. Ela alegava receber ordens de José Maria no sentido de preparar os sertanejos para a guerra santa. A autenticidade de suas visões logo foi questionada e muitos achavam que ela estava trapaceando. A própria Teodora, quando entrevistada por Queiroz (1966), anos depois – confirmou-lhe que "não via nada" e que as visões não passavam de invenções de seu avô e de outras lideranças.

Conforme Queiroz (1966), Manoel, filho de Euzébio, novo vidente mediador entre José Maria e os fiéis, passou a ser considerado um enviado de Deus, com a mensagem de convocar gente para a guerra de São Sebastião, e que partissem todos para Taquaruçu, onde ergueriam uma cidade santa e o monge reapareceria.

Foi nessa situação em que os sertanejos passavam a adotar práticas de organização, formando confrarias. Já em Taquaruçu, o pretenso enviado de Deus, começa a exigir que todos beijassem suas mãos e pés. Ordenava-lhes a realização de

---

[74] Euzébio Ferreira dos Santos era paranaense, nasceu em Agudos, na comarca de São José dos Pinhais e, por volta de 1878, foi tentar fortuna na região de Perdizes Grandes. Tornou-se dono de uma pequena fazenda com algumas cabeças de gado. Euzébio era seguidor do monge José Maria e esteve no massacre de Taquaruçu. Segundo Vinhas de Queiróz, Euzébio foi um importante propagador do mito do "Exército Encantado" e do rumor da próxima guerra santa. (QUEIROZ, 1966, p. 120).

procissões, que eram dispostas em ordem predeterminada. E eram constituídas as chamadas “formas”[75].

> Manoel abre o desfile, acompanhado pelas virgens, depois as casadas sem filhos, em seguida as casadas com filhos – entre as quais marcha o velho Euzébio, e, encerrando o cortejo, os homens e os meninos, levando aqueles às suas armas. (QUEIROZ, 1966, p. 126).

Mesmo quando não havia procissões, as formas eram feitas regularmente. Nelas é que Manoel comunicava as ordens do monge e aplicava o corretivo necessário a quem achava que devesse ser corrigido. Quem não o obedecesse, ou não avistasse José Maria entre as nuvens, por exemplo, era castigado com chicotadas.

Mais sertanejos chegavam à cidade santa de Taquaruçu, preocupando a elite local. O padre Rogério Neuhaus aconselha esses sertanejos a irem embora, porém não teve sucesso. Manoel estava no auge de suas funções quando disse ter recebido uma mensagem de José Maria para dormir com duas virgens. De imediato, o destronaram. Substituindo-o por Joaquim, apresentado como “Menino Deus”, que era neto de Euzébio e sob seu comando deram uma surra de vara de marmelo em Manoel para “retirar-lhe a santidade”.

Queiroz (1966) refere-se ao primeiro ataque planejado a Taquaruçu pelo secretário geral de Santa Catarina, porém a investida dos atacantes não teve êxito.

> Joaquim, o Menino-Deus, dirigiu as forças dos defensores de Taquaruçu, na qualidade de comandante. Durante o tiroteio, Euzébio carregava uma grande bandeira e seguia no rumo da força gritando vivas a José Maria e à monarquia. Foi ferido na perna por uma bala de metralhadora. Um fanático laçou a metralhadora e arrastou-a à chincha do cavalo. Apoderaram-se os fanáticos de varias carabinas mauser, seis cargueiros de mantimentos, roupas, barracas, etc. Os soldados de tudo se desembaraçavam para correr mais depressa. De nada se aproveitaram em Taquaruçu; certamente consideravam impuro aquilo que havia pertencido a seus atacantes. Queimaram tudo quanto puderam, deixando de parte apenas as túnicas, os bonés e os distintivos militares, os quais dependuraram a modo de troféus nos caminhos que demandavam o reduto; eram sinais de sua vitória. (QUEIROZ, 1966, p. 122).

[75] Reuniões regulares de todos os sertanejos que moravam na cidade santa, formando o quadro onde se rezava pelos monges.

Essa vitória aparentemente fácil sobre as forças do governo fazia crescer ainda mais a crença no Exército Encantado. Segundo Queiroz (1966), Joaquim continuava se comunicando com José Maria, que ordenava que todos partissem para o reduto de Caraguatá, pois Taquaruçu seria novamente atacada. Porém, muitos dos caboclos não estavam dispostos a irem embora.

No dia oito de fevereiro de 1914, soldados armados atacaram o reduto de Taquaruçu e o restante dos ditos fanáticos que ainda residiam no reduto se defendeu como pôde, pois não acreditaram na antecipação – dita em forma de “profecia” pelo “Menino-Deus” – de que o reduto seria atacado. “Davam vivas e empunhavam bandeiras brancas que, segundo eles, possuíam o mágico poder de destruir cinquenta soldados cada vez que descrevessem três cruzes no ar.” (QUEIROZ, 1966, p. 131).

Os crentes perceberam que agitando as bandeiras em sinal de cruz no ar, os seus inimigos não morriam e a com o combate em Taquaruçu deu-se início à guerra dos fanáticos. Segundo Queiroz (1966), em Caraguatá, Joaquim e seu avô nada mandavam, a liderança dos moradores cabia a uma vidente, Maria Rosa, filha de Elias de Souza. Ela alegava ouvir José Maria e repassava as ordens recebidas para os demais.

Em Caraguatá, outras pessoas também foram assumindo posições de destaque, como foi o caso de Venuto Baiano, considerado como bandido, pois era fugitivo da justiça.

Anteriormente, nos redutos colocavam-se primeiro os valores religiosos, políticos e sociais para, mais tarde, vir o militar. Com a chegada de jagunços, os acontecimentos mudaram.

Queiroz (1966) chama a atenção para o fato de que os sertanejos consideravam Maria Rosa uma santa e que ela “tudo sabia”. As ordens dadas por Maria Rosa eram acatadas e respeitadas.

Nas chamadas “formas” eles davam as vivas a São José, a São Sebastião e à Monarquia. “Cantavam o terço do rosário, a Bendita de Deus, a Glória da Virgem, o São Senhor morto e a Virgem Santíssima sempre imaculada.” (QUEIROZ, 1966, p. 131).

Aqueles que fossem contra a crença do monge eram considerados “profanos”. Os presságios da “virgem” Maria Rosa alertavam que as forças do governo se

aproximavam, era necessária a mudança do reduto para Bom Sossego, mas, nesse outro reduto, Maria Rosa perde um pouco de seus domínios, pois o movimento descaracterizou-se, encaminhando-se para o banditismo.

Uns alegavam que Maria Rosa perdera a força devido ao orgulho, fato condenado entre os irmãos. Já para outros, ela havia deixado de receber as mensagens de José Maria, deixara de ser comandante e mediadora, exercendo agora funções secundárias nos redutos. Resulta daí que, principalmente após o combate de Caraguatá, passou a ser vigiada.

Maurício Vinhas de Queiroz (1966) em sua obra faz conjecturas sobre a possível qualificação do General Fernando Setembrino de Carvalho, escolhido para a terceira expedição do Exército no Contestado: “Em fins de agosto de 1914 o General Fernando Setembrino de Carvalho – talvez o melhor cabo de guerra da época [...]” (QUEIROZ, 1966, p. 219). Quando é certo que o militar foi promovido a General de Brigada a 12 de Janeiro de 1914, aos 52 anos e em fins de agosto foi convidado a receber o comando geral da terceira expedição militar do Exército na Campanha do Contestado e a 9 de setembro embarcava para a cidade de Curitiba, para assumir a sua Comissão de Inspetor da 11ª região Militar, com a incumbência de debelar a revolta do Contestado (CARVALHO, 1950).

Nesse momento, o General Setembrino, oriundo da arma de Engenharia, era o General de Brigada mais “moderno”[76] do Rio de Janeiro, sem experiência alguma em comando de tropas em combates, tendo passado a sua carreira militar em gabinetes ou a construir estradas. Certamente, portanto, ele não era, entre os generais disponíveis, o mais experiente do Exército.

Percebe-se que, aparentemente, Queiróz tem uma interpretação bem particular a respeito do General Setembrino, colocando-o como “talvez o melhor cabo de guerra do Exército Brasileiro”.

A partir do conhecimento acerca da biografia do General Setembrino de Carvalho e considerando a sua falta de experiência em combates, a sua convocação para

[76] O termo “moderno” faz parte dos jargões militares e se refere à precedência hierárquica do General Setembrino em relação aos outros generais do Exército naquele momento. Entendemos que a linguagem militar se fez necessária aqui nesta situação, pois o seu significado se aplica perfeitamente neste contexto.

comandar as forças do Exército naquela guerra, podem demonstrar a não relevância da operação ou falta de importância do Contestado para o governo brasileiro e para o Exército à época. Porém, se a repressão da contenda era relevante ou importante para o governo, pode-se deduzir que ao ser conduzido ao comando de tão importante movimento, Setembrino cultivava um excelente relacionamento com as forças políticas do momento. O certo é que o General não era o mais experiente comandante que havia à época.

A opinião do General Setembrino sobre o evento era de que "[...] não competia ao Exército e sim às polícias estaduais perseguir os 'bandoleiros'." (QUEIROZ, 1966, p.220). Logo a seguir, o autor verifica que Setembrino "dispunha de verbas suficientes e, além disso, uma boa parcela do Exército Brasileiro de então, mais de 7000 soldados, tenha sido colocada sob o seu comando"[77]. Além das tropas militares, havia ainda um número de aproximadamente 1000 vaqueanos[78].

Entendemos que, apesar de o General acreditar que as ações contra o que ele chamou de banditismo não devessem ficar a cargo do Exército e sim das polícias estaduais, ele aceitou o comando das tropas, cercou-se com um número de militares de aproximadamente vinte e cinco por cento do efetivo total da força e de verbas considerada "suficiente" para cumprir a ordem de debelar as ações dos jagunços.

Podemos perceber que, conforme narra Queiroz (1966), a estratégia[79] empregada pelo General Setembrino para combater os revoltosos de Santa Catarina assemelha-se aos ensinamentos de Clausewitz, próprio das grandes guerras.

> A derrocada do inimigo e, por conseguinte, a destruição de suas forças militares é o principal objetivo da guerra. [...] A melhor maneira de destruir as forças armadas do inimigo era apoderar-se de parte de seu território de modo a dominar seus recursos para travar a guerra. (STRACHAN, 2008, p. 203).

---

[77] Essa informação encontra-se na obra de Queiróz (1996, p. 220), que parece ter se embasado nos dados do livro do próprio Setembrino intitulado *Memórias*. O General informa que não era tarefa fácil ser o comandante de uma tropa com o efetivo de mais ou menos 7000 homens. (CARVALHO, 1950, p. 134).

[78] Vaqueano é o indivíduo que conhece todos os caminhos e lugares de uma área do sertão. Geralmente se empregava o termo, antes da guerra, para indicar uma pessoa prática em guiar os viajantes pelas picadas e atalhos. Deflagrado o conflito, tornou-se designativo habitual que a tropa dava aos civis que lhe serviam de guia, apoiando-a nos serviços de exploração. Vaqueanos tinham sido usados em todos os ataques anteriores aos redutos fanáticos. (QUEIRÓZ, 1966, p. 227).

Queiroz escreve que o General Setembrino concebeu um plano de campanha que consistia em cercar a área dominada pelos jagunços por meio de quatro frentes que correspondessem aos pontos cardeais. Assim, visava-se reduzir pouco a pouco os "fanáticos" por meio de um sítio cada vez mais apertado (QUEIROZ, 1966).

O General Setembrino relata em suas memórias que "as colunas marchando de modo se prestar mútuo auxílio, fariam junção no momento oportuno, procurando assim a vitória na aplicação do princípio de estratégia: ser o mais forte no momento decisivo." (CARVALHO, 1950, p. 150). O princípio da estratégia é um dos ensinamentos de Clausewitz.

O capítulo do trabalho de Queiroz (1966) sobre atuação do Exército na retomada dos territórios limita-se aos relatórios e narrativas dos historiadores de farda que participaram daquelas contendas. Ali, Queiróz apenas repete as narrativas e pontos de vista daqueles militares que escreveram sobre a guerra do Contestado.

Para Queiroz (1966), a Guerra do Contestado evidenciou uma crise na concepção do mundo, por parte dos rebeldes do vale. Por este fato, foram postas em jogo as próprias bases estruturais da sociedade, tal como podia ser percebida pelos sertanejos.

A dita "Guerra Santa" foi o epicentro de um abalo de grande envergadura e nela os fatores conjunturais desempenharam o papel de forças desencadeantes. Como consequência desses argumentos, o autor conclui que o messianismo é uma revolta alienada.

Tais movimentos de natureza religiosa "levam sempre a um alheamento, a um desligamento do corpo social, e à instrumentação, fora dele e oposta a ele, de uma nova comunidade que confia na transfiguração supranaturalística do mundo." (QUEIROZ, 1966, p. 289). E, principalmente, há um sentido trágico nos surtos messiânicos: "a coletividade que se revolta não tem possibilidades objetivas de vitória, dado que não pode – por causas muito concretas – viver independentemente ou estabelecer novas relações entre os homens." (QUEIROZ, 1966, p. 288).

---

[79] Para Carl Von Clausewitz, estratégia é a "theoria segundo a qual se conduzem e se dirigem exércitos" ou de "fazer os combates servirem a attingir os próprios fins da guerra". (ALBUQUERQUE, 1911, p. 153).

1.3.3 Rogério Rosa Rodrigues – Os Historiadores da Atualidade

O pesquisador Rogério Rosa Rodrigues defendeu a sua tese “Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro” em 2008. A sua pesquisa, como o próprio título sugere, associa a Guerra do Contestado à modernização do Exército Brasileiro, que, à época, era defendida por meio dos militares intelectualizados. Segundo o autor, essa associação foi estabelecida por estes militares como forma de transformar o conflito em uma “vitrine” para as suas aspirações renovadoras.

A sua tese de doutoramento é uma continuação dos seus estudos de mestrado, concluído em 2001, e apresentado em uma dissertação com o título “Os sertões Catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado”.

A tese de doutoramento é dividida em duas partes, conforme ilustra o pesquisador:

> Para dar conta dos objetivos propostos, dividimos a tese em duas partes. Na primeira, denominada Veredas, apresentamos e analisamos o projeto de modernização do Exército, as obras escritas por oficiais militares sobre o movimento rebelde e também o debate intelectual acerca da nação. O propósito da primeira parte é analisar o Contestado e os sertões de fora para dentro. Acompanharemos a visão dos “jovens turcos”, da imprensa nacional e dos intelectuais sobre os acontecimentos desenrolados no sul do país. Na segunda parte, chamada Sertão, o foco é colocado sobre a atuação efetiva no campo de batalha. A guerra passa a ser analisada de dentro para fora. Tratamos nesse momento da fotografia de guerra, da contratação de civis para lutar ao lado das forças repressoras e dos crimes e delitos cometidos no teatro das operações militares. (RODRIGUES, R., 2008, p. 23).

Fica claro que o autor analisa a Guerra do Contestado dentro do processo de modernização do Exército Brasileiro que estava ocorrendo naquele momento. Rogério Rodrigues, em sua tese de doutorado, pretende demonstrar que o Exército tratou a Guerra do Contestado como prioridade máxima naquele contexto. Vejamos a citação:

> Os oficiais militares, por sua vez, desenvolviam uma campanha de modernização e profissionalização dos quadros que reivindicava a renovação da sua doutrina e da tecnologia bélica [...] Convidado a intervir oficialmente no movimento rebelde ocorrido na fronteira do Paraná com Santa Catarina, o Exército promoveu uma ação de guerra contra os fiéis de São Sebastião e de João Maria e fez de sua atuação no campo de batalha uma vitrina para os ideais modernizadores que propunha [...] os oficiais se empenharam para tornar a intervenção beligerante no Contestado uma forma de incluir a história do Exército no repertório da história política republicana em formação no início do século XX. (RODRIGUES, R., 2008, p. 7).

Rogério Rodrigues (2008) também estabelece paralelos entre a Guerra do Contestado e a de Canudos, ocorrida no interior da Bahia poucos anos antes. Para o autor, a guerra contra os seguidores de Antônio Conselheiro teria marcado profundamente os oficiais do Exército Brasileiro e estes quiseram transpor, para os campos do Sul, os modernos valores republicanos. Para tanto, precisariam cindir as tradições imperiais daquele Exército que lutou no sertão baiano e a Guerra do Contestado serviria a esses propósitos.

As fontes privilegiadas pelo autor foram os livros e artigos escritos pelos diversos historiadores de farda e pela catalogação e interpretação dos diversos documentos produzidos pela burocracia da guerra e que podem ser encontrados no Arquivo Histórico do Exército.

Rogério Rodrigues (2008) levanta questões importantes no que concerne ao modo de pensar e aos caminhos seguidos pelo exército durante os combates entre sertanejos e forças militares, relacionando essas reflexões com as representações erigidas pelos militares que narraram o Contestado.

Os oficiais carregaram para o front seus ideais de nacionalismo, patriotismo, progresso e o cientificismo que lhes eram caros e que, acreditavam, poderiam justificar a ação militar no conflito do Sul do País.

Segundo Rogério Rodrigues (2008), os militares que escreveram sobre sua atuação no Movimento do Contestado foram estimulados e inspirados pelos “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, ele próprio um aluno da Escola Militar do Brasil que era situada na Praia Vermelha, no bairro da Urca, no Rio de janeiro.

Nesses discursos, Rogério Rodrigues também identifica representações recorrentes, envolvendo concepções militares progressistas, no seio da conservadora sociedade brasileira, porém, essas narrativas, próprias da Guerra de Canudos, detêm

sua atenção em detrimento das agruras vivenciadas pelos soldados no palco do conflito e das dúvidas e incertezas que marcaram aquela ação militar no Contestado.

A mesma lógica que serviu para analisar a ação militar em Canudos também foi utilizada, em diversos momentos, para classificar os sertanejos do Contestado, bem como o próprio evento. Viam o interiorano como bárbaro e os litorâneos como civilizados, as duas guerras se encontraram diversas vezes. Embora as historiografias positivista e tradicional, conforme as perspectivas da época, tentem aproximá-los como movimentos semelhantes não podem perder de vista que todos são acontecimentos únicos, envolvendo agentes, motivações e contextos diferentes. A representação do homem do campo criada por Euclides da Cunha em “Os Sertões” com base na experiência da Guerra de Canudos informou e forjou a maneira como seria construída pelos pensadores sociais e militares a compreensão do camponês brasileiro, em fins do século XIX e início do século seguinte.

Ao definir os sertanejos como rudes, brutos e fortes, diversos analistas, aí incluídos militares, demonstraram que, preferencialmente, esses “bárbaros” deveriam ser incorporados ao projeto de modernização do Brasil. Se tal não fosse, o sertanejo poderia ser eliminado[80].

As preocupações relacionadas com a formação de uma identidade nacional estiveram presentes nas representações criadas pelos intelectuais, jornalistas e elites letradas do País. Nos relatos militares sobre o Contestado, também podemos perceber o desejo de modernizar o País, de incluir aqueles pensados como “bárbaros”, tornando-os parte da “civilização”. Foi um movimento, entre tantos, que permearam as tentativas de constituição da nação brasileira.

Embora os militares fizessem parte de uma comunidade de sentido, onde compartilhavam dos mesmos valores e crenças, seus textos devem ser observados a partir do lugar onde foram elaborados, levando-se em consideração as especificidades desse discurso.

As narrativas militares podem ser consideradas modelos de compreensão que fixaram acontecimentos e temas para se pensar o Brasil, partindo de uma tentativa de

[80] Segundo Rogério Rosa Rodrigues, o auge de tais discussões ocorreu em 1914, momento estratégico para o enaltecimento da instituição militar e oportuno para despertar o sentimento nacionalista, pois coincidiu com a eclosão da Primeira Grande Guerra. (RODRIGUES, R., 2008, p. 22).

entender ou simplesmente narrar o Movimento do Contestado. Os militares que escreveram sobre o conflito, portanto, podem ser considerados pensadores e debatedores da nacionalidade, pois, não somente pensaram e relataram os acontecimentos, como também se voltaram para reflexões em torno dos problemas sociais e políticos que afligiam a nação, indicando inclusive soluções possíveis para sua resolução.

Os relatos militares se constituem em narrativas que, devido à sua recorrente utilização e também por guardarem um dos poucos registros escritos sobre o conflito, tornaram-se fundamentais para o estudo e compreensão do ocorrido do Contestado. Aliás, muito do que conhecemos hoje como Movimento do Contestado foi edificado sobre esses relatos, que consolidaram uma representação sobre o evento. Tais documentos evidenciam o posicionamento assumido pelo Exército naquele momento, assim como os motivos e interesses relativos à sua ação no *front*, além de serem porta-vozes importantes na glorificação do Exército e na justificativa das derrotas.

Conforme o historiador Rogério Rosa Rodrigues, os militares se consideravam “os baluartes do patriotismo”, questão importante para a constituição de uma nova instituição militar no início do século XX.

Nesse período, o Exército passava por uma tentativa de modernização e reformulação de suas doutrinas e ideias, por meio de novas táticas, equipamentos e moralização de suas condutas. De forma concomitante a esta reestruturação, buscava-se construir a nova imagem do militar como um cidadão, aquele que se preocupava e participava dos interesses político-sociais da nação.

Esse momento coincidiu com o Movimento do Contestado e nos escritos dos militares é perceptível, de forma bastante enfática, um sentimento de responsabilidade quanto ao futuro do País. Nesse caso, a construção de sentido se deu, principalmente, por meio das disseminações desses ideais, em que a missão desse grupo era salvaguardar os interesses da Pátria.

Nas propostas relativas às reformulações de que o Exército deveria ser alvo, as noções em vigor no pensamento social brasileiro ganharam espaço, compondo o imaginário social hegemônico de intelectuais, políticos e também militares. Segundo Rogério Rodrigues (2008), era uma discussão ampla, que visava construir um

sentimento nacionalista “tendo a ideologia e a corporação militar como modelo”. Extrapolando a função de defensores do território, o Exército deveria solucionar os problemas brasileiros e resolver questões relacionadas à ausência de um ideal, ao desrespeito às leis e aos símbolos nacionais.

Apesar de não fazer referências ao prussiano Carl von Clausewitz, Rogério Rodrigues sugere que, como pensava o estrategista: “[...] esses fatores quase nada contam como elemento central para se hastear a bandeira branca no campo de batalha. O que determina, oficialmente, o fim de uma guerra é uma decisão política.” (RODRIGUES, R., 2008, p. 25).

Seguramente, Rogério Rodrigues (2008) faz referências aos conhecimentos transmitidos pelo prussiano no clássico *Da Guerra* e, obviamente, declara que a decisão de concluir ou iniciar uma guerra não está, em países modernos, sob a custódia dos generais e sim dos administradores do Executivo e dos servidores do Legislativo.

Rogério Rodrigues apresenta uma nova perspectiva sobre o fim da Guerra do Contestado quando afirma que “A Guerra do Contestado não fugiu à regra e o ano de 1916 é considerado o do seu fim. O marco foi delimitado tendo como referência a assinatura do tratado de limites de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, ocorrida no Palácio do Catete a 20 de outubro daquele ano.” (RODRIGUES, R., 2008, p. 25).

2 A GRANDE GUERRA E O BRASIL

2.1 Preâmbulo

Nesse capítulo procura-se analisar o temor que a guerra na Europa provocou nas elites econômica, intelectual e militar brasileira, o receio de uma possível invasão estrangeira em território nacional, bem como o posicionamento do Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, em face, principalmente, das quatro principais potências ocidentais nela envolvida (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) e os seus interesses em relação ao Brasil.

Para o entendimento dessa apresentação, o capítulo foi dividido em cinco partes: na primeira parte pretende-se fazer um breve resumo sobre as causas que fizeram irromper a guerra na Europa e o rápido envolvimento das nações que dela participaram. O principal objetivo é encontrar e avaliar padrões que justifiquem o temor dos militares em sofrer algum tipo de agressão por parte das potências beligerantes.

Na segunda parte, será estudado o posicionamento da sociedade brasileira antes e durante o conflito. Procuraremos entender, principalmente, como os diplomatas e os militares se comportaram diante das ameaças advindas da Primeira Guerra e como a guerra influenciou as modernizações e transformações ocorridas no Exército Brasileiro nesse período.

A terceira parte será reservada ao que ficou conhecido como o “perigo alemão”. Pretende-se entender como as forças militares e o governo brasileiro se comportaram em relação aos alemães e aos seus descendentes que imigraram para o Brasil, em especial para o Sul, durante o século XIX e início do XX.

Na quarta parte, analisaremos a Doutrina Monroe em relação aos interesses brasileiros. Tentaremos relacionar os pressupostos da doutrina norte-americana e o possível interesse da diplomacia brasileira em se alinhar a política externa estadunidense para se colocar sobre a proteção daquela nação, ante a possibilidade de uma invasão europeia ao Brasil.

Na quinta parte, pretende-se estudar a capacidade do poder militar brasileiro, durante as últimas décadas do século XIX e início do XX, para compará-lo com os seus possíveis agressores Europeus.

2.2 A Guerra na Europa

Estudar a Primeira Guerra e o Brasil não se constitui em tarefa simples, pois "[...] qualquer historiador que tente explicar, como deve fazer um historiador do nosso período, por que ocorreu a Primeira Guerra Mundial, mergulha em águas profundas e turbulentas. [...]" (HOBSBAWM, 2009, p. 271). Nesse capítulo, pretende-se examinar o gradual envolvimento do Brasil no conflito europeu, que se aliou aos Estados Unidos da América como potência associada à Tríplice Entente. Pretende-se também examinar o contexto político-militar em que se encontrava o Brasil no plano interno e externo e a colaboração do Brasil no esforço de guerra aliado, bem como os benefícios colhidos desse empreendimento, particularmente para a organização e modernização do Exército Brasileiro.

A Primeira Guerra Mundial, também conhecida como "A Grande Guerra" eclodiu na Europa, em 1914, e terminou oficialmente em 1918 com a assinatura do armistício. Os conflitos que ocorreram posteriormente às guerras napoleônicas foram essencialmente localizados, não envolvendo mais de duas potências europeias, tendo sido quase sempre de curta duração[81].

"A relativa paz vivida pelas principais nações europeias mudaria em 1914." (HOBSBAWM, 1995, p. 30). Inicialmente, seis países participaram do conflito, os Aliados de um lado, com base na Tríplice Entente entre a Inglaterra, a França e o

[81] Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas das grandes potências haviam combatido, a Guerra da Crimeia (1854-6), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a França do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápidas. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses, ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914, não houvera na Europa guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil, embora no Extremo Oriente o Japão tivesse combatido (e vencido) a Rússia em 1904-5, apressando com isso a Revolução Russa. (HOBSBAWM, 1995, p. 25).

Império Russo e do outro os Impérios Centrais, que originalmente eram o império Alemão e o Austro-Húngaro. O império Otomano se agregou aos Impérios Centrais em 29 de outubro de 1914 e a Bulgária em 14 de outubro de 1915.

Segundo Hobsbawm (1998), a configuração do capitalismo industrial e financeiro na segunda metade do século XIX levou a uma nova expansão europeia, designada como imperialismo econômico ou neoimperialismo, cujas balizas cronológicas vão do ano de 1875 ao ano de 1914. Em 1914, ocorreu um choque entre os interesses das nações industrializadas europeias, uma vez que essas nações tinham como características principais as atividades em terras fora da Europa, visando expandir os interesses destes governos europeus. Conforme Hobsbawm:

> A Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial. (HOBSBAWM, 1995, p. 10).

Segundo Remond (2002), a procura por áreas fora da Europa apresentava-se como necessidade para a manutenção do crescimento capitalista, pois os mercados internos, não absorviam os excedentes de produção e havia a necessidade de garantir fornecimento de matérias-primas. O imperialismo estava na raiz da concorrência entre as economias industriais.

O afã das nações capitalistas em investir fora dos países de origem e em buscar saídas para seus produtos acabados teve como ápice o desenvolvimento dos impérios coloniais. O Estado, na busca do prestígio e pressionado pelas forças do capital, transformara-se em instrumento da burguesia industrial, mesmo em prejuízo dos outros segmentos daquela sociedade, que não auferiam os benefícios decorrentes da expansão colonial. Como exemplo, de tal movimento expansionista no Brasil houve, em finais do século XIX, a chegada de europeus belgas na localidade do Descalvado, que à época localizava-se no estado do Mato Grosso e que hoje compreende regiões dos

estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

> [...] a ação colonialista belga na fronteira oeste do Brasil, de 1895 a 1912, que teve no empreendimento agroindustrial de Descalvados o seu ponto de partida [...] Ao contrário do que é amplamente difundido pela historiografia, o caso das ações colonialistas belgas na fronteira oeste do Brasil mostra que, no período, de grande fluidez nas disputas de poder em escala internacional, a América do Sul e o Brasil também passaram por delicado período de pressão e de tensão em seu território, que poderia ter reproduzido aqui, em escala talvez diferente, o desenrolar do que ocorreu na África e na Ásia na "Era dos Impérios", na conhecida formulação de Eric Hobsbawm. (PEREIRA, 2012, p.163).

> Um dado a ser observado nas empresas criadas nesse período para atuar primordialmente no Brasil é que elas tinham as características de firmas que exerciam atividades nas colônias africanas, em particular no Estado Independente do Congo. Portanto, eram empresas com características colonialistas, e seus acionistas eram os mesmos experientes investidores de empresas que operavam no Estado privado africano de Leopoldo II, ou em outras colônias europeias na África e na Ásia. (PEREIRA, 2012, p.177).

> Os belgas tinham total autonomia naquele empreendimento, contando inclusive com uma força policial tacitamente autorizada a funcionar pelo estado de Mato Grosso. Além disso, Descalvados era um vice-consulado, o que permitia aos belgas estar protegidos por certas prerrogativas diplomáticas. (PEREIRA, 2012, p. 179).

Conforme Hobsbawm (1998), os governos nacionais tornaram-se os intérpretes da burguesia e promotores dos interesses das grandes empresas particulares. À medida que se aproximava o fim do século XIX, as questões de ordem financeira passaram a delinear cada vez mais o relacionamento entre os Estados.

Os interesses da burguesia eram confundidos com os de toda a coletividade do País e conforme a economia evoluía, aumentavam também os conflitos diplomáticos. Para Hobsbawm, "ocorreu a fusão da rivalidade política entre os Estados com a concorrência econômica entre grupos nacionais de empresários, o que contribuiu "[...] para a gênese da Primeira Guerra Mundial." (HOBSBAWM, 2009, p. 38).

O fato gerador para o início da Primeira Guerra foi o assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, e de sua esposa no dia 28 de junho de 1914, em Sarajevo, Capital da Bósnia e província do Império Austro-Húngaro. Nacionalistas sérvios assassinaram o casal de nobres em nome da luta pela emancipação bósnia e a sua união com a Sérvia. A posterior declaração de guerra do referido Império à Sérvia, em 28 de julho de 1914, pôs fim à relativa

tranquilidade europeia (KEEGAN, 1978).

A guerra desencadeada a partir de então mobilizou logo de início as principais potências europeias (KEEGAN, 1978). No decorrer de seus quatros anos de duração, um número impressionante de países participou do conflito.

> Ao todo, catorze países da Europa entraram no conflito. Em 1917, os únicos neutros na Europa são, no centro, a Suíça, e, na periferia, alguns países pequenos – os reinos escandinavos e a Espanha. Todos os demais foram arrastados a uma campanha cuja intensidade não pára de crescer.
> As dimensões do conflito, todavia, não se restringe ao continente europeu: ele estendeu-se aos outros por um processo duplo. De um lado, em razão dos laços que sujeitam os territórios coloniais às potencias europeias. É o caso da África, nove décimos da qual, em 1914, são possessões coloniais. As colônias seguem o destino das metrópoles, participam do esforço de guerra, fornecem combatentes e servem até de teatro de operações [...].
> Um outro fator determina a extensão do conflito a outros continentes além da Europa: a determinação de alguns Estados, por motivos semelhantes aos que ditaram a beligerância da Itália [...] que julgam obter maiores vantagens entrando na guerra do que ficando neutros [...].
> Depois da África e da Ásia, o continente americano. Ao todo, onze países do hemisfério ocidental tomam parte na luta. A participação da maioria continua simbólica e não é de molde a modificar o equilíbrio das forças. (REMOND, 1999, p. 24-25).

As Potências Centrais, assim denominadas pela posição geográfica central que ocupavam no continente europeu, eram constituídas pelos impérios Alemão e Austro-Húngaro e seus principais aliados, o império Turco e a Bulgária. Já as Potências Aliadas eram compostas pela França, o Império Britânico e Russo, Sérvia, Bélgica, Itália, Estados Unidos, entre outros (REMOND, 1999).

O conflito, inicialmente regional, foi se tornando global quando um sistema de alianças entre as nações empurrou os outros países europeus e as suas colônias para a guerra. Com a entrada dos Estados Unidos e posteriormente do Brasil, o conflito torna-se verdadeiramente mundial (COMPAGNON, 2014) e todo o mundo ocidental viu-se envolvido no confronto.

Os planos estratégicos dos dois blocos beligerantes foram sendo executados e os exércitos começaram a se movimentar. Comumente, todos os planos de guerra dos países beligerantes eram de que, deflagrado um conflito armado, este fosse breve, tão breve que muitos acreditavam em seu término até o final do ano de 1914. Nesse ano, raciocinava-se em função de uma guerra do século XIX, em que os riscos, tamanhos

dos efetivos militares e tempo em combate eram limitados (REMOND, 1999). Porém, a realidade se mostrou adversa a essa intenção[82].

A reverso da guerra relâmpago (Blitzkrieg)[83], que lhe seria posterior, na Grande Guerra o conflito foi determinado pelas trincheiras. Pouco depois de contidos os primeiros avanços da ofensiva alemã na frente ocidental, menos de dois meses do início dos combates, o que se seguiu foi a estagnação do conflito em uma enorme extensão de terra, indo do Canal da Mancha até a fronteira da Suíça, nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição (HOBSBAWM, 1995).

Segundo Compagnon (2014, p. 172), com o início da guerra de trincheiras, “a ilusão de uma guerra europeia que seria resolvida antes do fim de 1914 imediatamente se dissipou”. As trincheiras aumentaram o tempo de guerra, pois criaram uma situação de impasse entre os diversos exércitos beligerantes. A combinação entre trincheiras, metralhadoras e milhares de quilômetros de arames farpados, dispostos rentes aos parapeitos das trincheiras, tornavam os confrontos na frente ocidental verdadeiras carnificinas. As conquistas alcançadas neste tipo de guerra nem sempre condiziam com as expectativas e os esforços demandados. Apesar das diversas batalhas, entre as quais podemos destacar a de Ypres, na Bélgica, do Marne e de Verdun, na França, depois de estabelecida a guerra de trincheiras, nenhuma delas efetivamente, até praticamente os primeiros meses do ano de 1918, conseguiu ser decisiva no sentido de pôr um fim na guerra (HOBSBAWM, 1995 apud MARTINS, 2008).

A situação começa a ser direcionada em favor dos Aliados a partir de seis de abril de 1917, uma vez que conjuntamente ao enfraquecimento das Potências Centrais, dá-se também a incorporação de contingentes militares e a utilização dos recursos

---

[82] “O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois, movida pela necessidade, a Alemanha planejava uma campanha relâmpago (o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de blitzkrieg). O plano quase deu certo, mas não inteiramente”. (HOBSBAWN, 1995, p. 27).

[83] Esse tipo de guerra foi um produto da Primeira Guerra e foi desenvolvido pelo Exército Alemão e também é conhecido como “guerra de manobra”. É baseada na velocidade, surpresa e no deslocamento mental e físico. Taticamente, durante o ataque, o combatente militar procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe colapso da retaguarda para frente. Ao invés de “aproximar e destruir”, o lema é “passar e causar colapso”. Na defesa, a ideia é atrair o inimigo para então cortar a sua retirada. (LIND, 2005, p. 13).

materiais norte-americanos em quantidade quase ilimitada (HOBSBAWM, 1995). Julio Mesquita, do jornal *O Estado de São Paulo* faz, em 1917, após o Brasil abandonar a neutralidade com a Alemanha, a contabilidade planetária dos envolvidos no conflito europeu com a seguinte nota:

> As contagens mais recentes e mais dignas de crédito [...] estimam em 1.657 bilhões de habitantes a população de 57 Estados independentes no mundo, da minúscula Andorra a colossal Rússia. Desses 57 Estados independentes, 24 tinham renunciado à Alemanha até há pouco tempo. Ao lado da Alemanha e contra a Entente: apenas três Estados, a Austro-Hungria, a Turquia e a Bulgária. No que concerne à população, 1.330 bilhão de um lado e 148 milhões do outro. O restante correspondia aos neutros. Hoje, dado que o Brasil deixou a posição indecisa em que se encontrava e incluindo-se a Grécia entre os inimigos do campo liderado pela Alemanha, são 26 Estados independentes reunidos na Entente e, em âmbito planetário, 1.330 bilhão de homens que se opõem ao pangermanismo armado. (MESQUITA, 1917 apud COMPAGNON, 2014, p. 173).

A frente oriental, segundo Hobsbawm (1995), envolveu as áreas de combate entre os impérios Russo, Alemão, Austro-Húngaro, Itália, Sérvia e adjacências. A relação de forças entre os beligerantes, na Frente Oriental, tendeu mais para as Potências Centrais do que para as Aliadas. A Rússia, principal potência aliada nessa frente, mesmo conseguindo importantes vitórias, como contra os exércitos austro-húngaros – na ofensiva russa do ano 1916 – não conseguiu superar as forças alemãs (KEEGAN, 1999). O esforço de guerra russo foi demasiado, aliado às dificuldades de transporte, tanto terrestre quanto marítimo, de importação de produtos e materiais bélicos, já que, apesar da produção interna, o Império Russo necessitava da ajuda externa.

A Rússia foi a nação aliada que arcou com o peso principal de conter as forças das Potências Centrais e principalmente o exército alemão durante os primeiros anos de guerra na Frente Oriental. A partir de 1917, o relativo fracasso da ajuda aliada somado ao insucesso das ofensivas, ao cansaço Generalizado e às ideias bolchevistas contribuíram para que “o exército russo entrasse em colapso total” (KEEGAN, 1995, p.249). “A Rússia se via cada vez mais desestabilizada pela guerra que estava perdendo a olhos vistos que se mostrava difícil e irregular” (HOBSBAWM, 1995, p. 29).

No final de 1917, a Rússia deixa a Guerra, e no ano seguinte assina com a Alemanha um tratado de paz, o Tratado de Brest-Litovsk. Assim, com o fim das

hostilidades com a Rússia e a permanência dos seus exércitos em grande parte dos Bálcãs, a estratégia de uma grande ofensiva das Potências Centrais que solucionasse o impasse na frente ocidental parecia pertinente para a obtenção da vitória, porém o apoio norte-americano não só equilibrou as forças entre os blocos beligerantes, como conseguiu superar economicamente o colapso do Império Russo. A ofensiva das Potências Centrais no decorrer do ano de 1918 acabou sendo detida pelas forças aliadas e, um a um, seus membros foram capitulando e assinando os respectivos armistícios: a Bulgária no mês de setembro, o Império Otomano em outubro e os Impérios Austro-Húngaro e Alemão em novembro. Posteriormente, estas nações assinaram tratados de paz: Tratado de Neuilly com a Bulgária, o Tratado de Sèvres com a Turquia, o Tratado de Trianon com a Hungria, o Tratado de Saint Germain com a Áustria e o Tratado de Versalhes com a Alemanha (HART, 1963).

2.3 A grande guerra e a sociedade brasileira

A Primeira Guerra Mundial teve início em agosto de 1914 e foi uma conflagração bélica mundial ocorrida entre a Tríplice Entente, França, Inglaterra e Império Russo, e as Potências Centrais, Impérios Alemão, Austro-Húngaro e o Otomano. Entre os anos de 1914 e 1918, o confronto alcançou proporções mundiais, envolvendo nações de outros continentes, como Brasil, Cuba, Estados Unidos da América e Japão.

Segundo Compagnon (2014, p. 16-17), “a América Latina não sentiu na pele a Primeira Guerra Mundial, como ocorreu com a Europa, a América do Norte, a Austrália ou a Nova Zelândia.” O conflito atingiu o Brasil de forma marginal e periférica. Nem os cidadãos dos países beligerantes que residiam no País que foram convocados e chegaram ao *front*, nem os voluntários que se alistaram em um ou outro campo do confronto, e nem sequer a participação efetiva do Brasil junto aos aliados, no fim do conflito, enviando uma Divisão da Marinha para o patrulhamento ao longo das costas africanas, o envio de treze oficiais para as missões aéreas junto à Real Força Aérea

Britânica[84] ou à missão médica militar em Paris, nada serviu para cultivar a memória do conflito no País.

O torpedeamento do navio brasileiro Paraná pela Alemanha procedeu ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele País em 11 de abril de 1917 (BRASIL, 2015). Em 26 de outubro do mesmo ano, o Brasil declarou guerra à Alemanha nos seguintes termos:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
> Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
> Artigo único. Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providências constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 2015, p. 129).

A política brasileira em relação ao conflito passou pelos seguintes estágios: a neutralidade; o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha; a quebra da neutralidade em favor dos Estados Unidos e, a seguir, em favor da França, Rússia, Grã-Bretanha, Japão, Portugal, Itália e demais aliados; e, finalmente, a declaração de guerra aos alemães (VINHOSA, 2015).

As relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha eram bastante significativas no início do século XX. Por causa da guerra esse intercâmbio foi prejudicado, só readquirindo importância após 1920. “Desde o início do conflito, eram evidentes as simpatias de grande quantidade de brasileiros pelos Aliados, especialmente pela França, que exercia enorme influência sobre a intelectualidade brasileira.” (VINHOSA, 2015, p. 43).

A simpatia nutrida pela França e os seus aliados não alcançava a totalidade dos brasileiros, a população estava dividida. Nos anos que antecederam a guerra, a Alemanha gozara no Brasil de um prestígio crescente, e mesmo durante o conflito, as manifestações pró-Alemanha no País partiram de elementos significativos da intelectualidade e além destes, “outro setor de atividade no país de influência alemã

[84] Vinhosa anota que foram nove e não treze o número de aviadores enviados à Inglaterra. (Cf. VINHOSA, 2015, p. 171-172).

marcante era o militar", em que parte da oficialidade brasileira era influenciada pelo "[...] exército alemão, considerado um dos mais bem organizados na época." (VINHOSA, 2015, p. 42).

Como os diversos setores da sociedade, os militares estavam divididos e quando "eclodiu a Primeira Guerra Mundial, os oficiais brasileiros observaram, fascinados, os dois exércitos-modelos, o alemão e o francês, testarem homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas, um contra o outro." (McCANN, 2009, p. 214).

Até o ano de 1917, o Brasil adotou uma posição de neutralidade em relação aos atores do conflito mundial (BRASIL, 2015). Entretanto, o Brasil foi o único país neutro que protestou contra a invasão alemã à Bélgica, com uma moção apresentada em agosto de 2014 à Câmara dos Deputados pelo parlamentar Irineu Machado, na qual o Brasil se colocava contrário à ação alemã, por se tratar de clara violação de tratados e desconsideração das leis internacionais (FAGUNDES, 2015).

Segundo Vinhosa (2015, p. 26), "o público em geral no Brasil não tinha opinião definida sobre os certos e errados das questões que de repente arrastaram a Europa para a guerra em agosto de 1914", mas o conflito mundial suscitou um intenso debate que dividiu a opinião de intelectuais e políticos entre "aliadófilos", "independentes" e "germanófilos". Para McCann (2009, p. 215), "a Primeira Guerra Mundial aguçou nas elites brasileiras a consciência das fraquezas de seu país, mas não se formou de imediato um consenso sobre a linha de ação adequada".

Entre os intelectuais, eram evidentes as simpatias pelos Aliados. Destacam-se em tal grupo o diplomata Graça Aranha, o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, e a maioria dos diretores e donos dos grandes jornais do País (COMPAGNON, 2014). A fundação, em 17 de março de 1915, da Liga Brasileira pelos Aliados, no Rio de Janeiro, marcou claramente a preferência desses intelectuais pela causa das nações da Entente. "Entre os seus líderes constam os nomes de Graça Aranha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, o poeta Olavo Bilac e o médico, pedagogo e historiador Manoel Bonfim." (COMPAGNON, 2014, p. 76).

Em uma posição independente estava o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello e o sociólogo, ensaísta e político fluminense Alberto Torres, que ocupara os cargos de Presidente do estado do Rio de Janeiro, deputado

federal e membro do Supremo Tribunal Federal.

> [...] o ideal não seria a vitória da Alemanha tampouco a dos Aliados, mas, sim, um empate, após um prolongado conflito, que enfraqueceria as tendências imperialistas de todos, do que se beneficiariam consequentemente o Brasil e os demais países da América Latina. (VINHOSA, 2015, p. 35).

Segundo Compagnon, o diplomata e historiador Manuel de Oliveira Lima também fez eco em favor dos neutros. No período do conflito, morando na Europa, Lima produziu para o jornal *O Estado de S. Paulo* sessenta e cinco artigos em que:

> Se seus primeiros textos revelam uma emoção real e comparável à dos aliadófilos em face da sorte da Bélgica, Oliveira Lima passa rapidamente a oferecer uma visão mais original, que põe em evidência as dimensões econômicas da guerra, o custo do conflito para os beligerantes ou ainda a condição do proletariado inglês no âmbito da reestruturação da economia – cujas greves por melhores salários ele apoia. Oliveira Lima também apresenta as confraternizações do Natal de 1914, com ênfase no fato que as guerras são disputadas com mais frequência entre os governos do que entre os povos. O conjunto não dispensa a ironia, por exemplo, quando ele se espanta de ver a França laica e deliberadamente anticlerical tentar aproximar-se do Vaticano, ou a Inglaterra protestante cortejando a Quebec católica. Longe em se contentar com uma narração das notícias da linha de frente à maneira de epopeia, Oliveira Lima propõe antes uma visão distanciada do conflito, que ele analisa sob o prisma de sua dupla formação de historiador e de diplomata, e rejeita toda a leitura em termos de civilização e de barbárie. (COMPAGNON, 2014, p.98).

Entre os intelectuais pró-Alemanha, a voz mais veemente era a do deputado Dunshee de Abranches que, no início do conflito, ocupava o cargo de Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara. Abranches não deixava dúvidas a respeito do seu pensamento e posicionamento sobre o Brasil e o conflito europeu, quando afirmava que o que a guerra “[...] visava, acima de tudo, era a destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha e a sua incontestável supremacia no comércio mundial.” (VINHOSA, 2015, p. 34).

Entre os intelectuais declaradamente germanófilos, também estava o escritor José Bento Monteiro Lobato. Este era extremamente familiarizado com a língua e a cultura francesa, admirador da filosofia alemã e fascinado pelos Estados Unidos. Lobato escrevia cartas e artigos com enorme senso de provocação contra a propaganda aliada.

> Sou a favor da Alemanha. Considero-a o único país civilizado, sábio, correto, digno de viver. Aprovo incondicionalmente tudo que a Alemanha tem feito: a

> invasão da Bélgica, destruição da França, bombardeio de catedrais etc. Só lamento que ela não tenha feito isso tudo em escala maior, para acabar com os povos latinos, inclusive o nosso, que é latino da África, por meio de gás lacrimogênio, de gás mostarda, de gás do diabo. (COMPAGNON, 2014, p.197-198).

A luta do governo brasileiro para manter a sua neutralidade nos três primeiros anos, diante das ações da guerra, foi para Vinhosa "[...] um ato de heroica resistência contra as pressões inglesas." (VINHOSA, 2015, p. 61).

Olivier Compagnon (2014, p. 46) defende que na América Latina ocorreu um "consenso neutralista" entre os países em relação ao conflito europeu. Até o ano de 1917, países como Brasil e Argentina preferiam não se posicionar sobre o conflito por aparentes interesses econômicos.[85]

Entre os defensores da neutralidade do Brasil perante a Alemanha se encontrava o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Severiano Müller. O Chanceler Lauro Muller esteve à frente da diplomacia brasileira entre os anos de 1913 a 1917, durante a presidência de Hermes da Fonseca e depois durante parte do mandato do Presidente Venceslau Brás. Desde o início da guerra, em 1914, na Europa, Muller à frente do Ministério das Relações Exteriores defendeu a mais completa neutralidade do Brasil diante do conflito e que inicialmente foi instituída pelo governo brasileiro (FAGUNDES, 2015).

O Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, estabelece regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras. O documento é assinado pelo então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Hermes da Fonseca, e afirma que:

> Achando conveniente estabelecer as normas gerais que devem ser observadas no Distrito Federal, nos estados da União e no território do Acre para resguardar a neutralidade do Brasil em caso de guerra entre potências estrangeiras e sobre o modo de se proceder para com os navios de guerra e mercantes dos países beligerantes. Resolve que sejam cumpridas rigorosamente, sempre que o Governo Federal decretar a sua execução, as regras constantes da circular que a este acompanha, expedida pelo Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL, 2015, p. 21).

O posicionamento do ministro brasileiro Lauro Müller, que defendia a continuidade da neutralidade brasileira, ficou comprometido quando o governo alemão resolveu declarar, em janeiro de 1917, a guerra submarina irrestrita com a finalidade de bloquear o comércio aliado. Após o torpedeamento do vapor brasileiro Paraná por submarinos alemães, o governo brasileiro decidiu romper relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e o Ministro Müller optou por não manter a neutralidade brasileira. O rompimento de relações com a Alemanha não foi suficiente, e crescia a pressão para a entrada do Brasil na guerra. As acusações de simpatias de Müller com a causa alemã por causa da sua ascendência germânica imputadas pelo popular jurista Rui Barbosa, a pressão da imprensa contra o "perigo alemão" e a oposição da opinião pública à sua atuação no ministério levaram à sua saída da pasta em três de maio de 1917 (FAGUNDES, 2015).

À época da guerra, aparentemente, bastava não ser "aliadófilo" para, automaticamente, ser enquadrado como um "germanófilo". Tal situação aconteceu com o historiador Capistrano de Abreu, tradicionalmente classificado como simpatizante da causa alemã entre os brasileiros. Em setembro de 1915, Abreu faz uma análise desencantada de um conflito em que as fronteiras das certezas pelas razões dos combates parecem, de certa forma, igualarem-se na ferocidade da guerra.

> Eu digo: os artigos que defendem ou atacam os beligerantes são exercícios de estilo, passagens de bravura, logomaquias: a realidade são os milhões de turcos, de sérvios, de alemães, de franceses e de belgas que tombam a cada dia [...], persuadidos da justiça de sua causa. (ABREU, 1915 apud VINHOSA, 2015, p. 195).

Os oficiais do Exército se constituíam em outro grupo que discordava entre si pelas preferências dos exércitos em guerra na Europa, embora McCann afirme que o "Exército alemão seria o modelo para as Forças Armadas brasileiras até o fim da Primeira Guerra Mundial" (McCANN, 1984, p. 747).

Compagnon (2014, p. 101) observa que "[...] ainda que falte a esse respeito uma enquete detalhada", convém não considerar os militares brasileiros como uma "casta homogênea", porém, declaradamente um grupo de baixa patente da oficialidade do

---

[85] Cf. Compagnon (2014, p. 44-47).

Exército conhecidos como os “Jovens Turcos” era composto por germanófilos.

> No Brasil, uma parte substancial do exército parece igualmente ter se inclinado para os impérios centrais [...]. Em suas memórias, publicadas em 1961, o Marechal Estevão Leite de Carvalho (1881-1970) rememora os jantares que reuniam inúmeros militares no Club Germânia, no Rio de Janeiro, e os artigos assinados, sob pseudônimo, no *Jornal do Commercio* para tentar defender a causa alemã. Além disso, a revista *A Defesa Nacional* acolhe as opiniões pró-Alemanha de muitos oficiais, frequentemente os que passaram por Berlim durante a sua formação, como o coronel Amaro de Azambuja Villanova (1879-?), que rejeita as acusações de militarismo feitas contra a Alemanha e aproveita o contexto da guerra para lutar em favor do serviço militar obrigatório. (COMPAGNON, 2014, p. 101).

Esses “Jovens Turcos” eram os editores de um periódico independente chamado de “A Defeza Nacional”. Nas páginas de “A Defeza Nacional”, os militares costumavam publicar manuais, trechos de livros e relatórios militares traduzidos do alemão, escreviam artigos sobre armas, canhões e sobre a munição alemã, bem como analisavam a organização do exército germânico e sua participação em guerras e batalhas. Por isso, a revista era chamada de “jornal prussiano” e os jovens turcos, de “germanófilos”.

As acusações de germanofilia entre os jovens turcos vinham de oficiais brasileiros ligados à escola militar francesa e reforçados pelos interesses de industriais e políticos paulistas ligados à França, que defendiam o comércio de armas com os franceses e a vinda de uma missão militar francesa ao Brasil (McCANN, 2009). A rivalidade transparece em artigo publicado no terceiro número de “A Defeza Nacional”, de 10 de dezembro de 1913:

> Dentre os ataques que de algum tempo para cá vem sofrendo a chamada “escola alemã” é sem dúvida dos mais curiosos o que se lê em O Paiz, de 6 de novembro, com a epígrafe Sobre a Escola de Saumur. Não tivéssemos, porém, encontrado aí uma referência ao comentário do nosso primeiro número sobre O arreiamento para a cavalaria, a qual o seu autor aproveita para uma alfinetada, chamando-nos de jornal prussiano, mais uma vez o ardoroso escritor militar não seria contrariado no seu amor pela França. Antes de falarmos em escolas de equitação, que, pelo título, o artigo deu-nos a ilusão de ser seu assunto principal, seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, num artigo pró-França, por uma citação de Clausewitz, em inglês. E depois, em sua argumentação diz: “são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias de que necessitamos”.
> Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos

> logo da “Nation Armée”, da “Theorie de la grande guerre” e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Senhor Major Liberato se doutrina e teoria francesas compreendem tudo o que está traduzido para essa língua que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção.
> A respeito de doutrina, nós, aqui no Brasil, nunca tivemos nada adotado; e quanto às teorias de que necessitamos, devemos aceitar as boas, alemãs ou francesas, uma vez que venham recomendadas por longa experiência. Mas, mais que doutrina e teoria, o que precisamos é incutir no espírito dos nossos jovens oficiais a prática da instrução e do seu desenvolvimento progressivo de acordo com um método cuidadosamente traçado. [...]
> Outra coisa que é preciso desaparecer do campo das discussões quando se fala em França e Alemanha, é o ponto de vista duplamente falso em que nos colocamos, achando que na última dessas nações tudo nos é diverso, estranhável e incômodo, enquanto se pensa que na outra a questão muda inteiramente de figura. Não há tal; salvo si encararmos somente o lado militar, porque então não há coisa mais diversa da nossa do que a perfeita organização alemã, a prática da instrução que lá se observa e o honesto cumprimento de todos os regulamentos.
> A respeito dessa comparação, há de calar no espírito do Senhor Major Liberato a observação de que só não tolera a instrução alemã quem ainda não a praticou.
> De todos os oficiais que serviram naquele grande exército, não há um que diga que ela não corresponde ao nosso temperamento. Falássemos de certos regulamentos, como o processo criminal, o dos tribunais de honra, então sim, a coisa mudaria; mas, instrução de tropa – como método de tiro, formações para combate, etc. – desde que não fique provado sermos homens sem um braço ou sem uma perna, não há argumento contra a adoção da escola alemã no Brasil.
> Dizer-se que a nossa educação é toda ela francesa é uma asserção com que também não podemos concordar. Pelo menos, quem vai à França vê logo que entre os hábitos de lá e os nossos existe a mesma grande diferença que entre os alemães e estes. Há sim, aqui no Brasil, muitos costumes pedantes que são praticados como franceses, mas que levantariam protestos se fossem exibidos na França.[86]

Enquanto os oficiais conhecidos como “jovens turcos” eram deliberadamente pró-Alemanha, os oficiais que constituíam o alto comando do Estado-Maior do Exército, no período do Ministro da Guerra José Caetano de Faria (1914-1918), não se pronunciavam sobre as suas preferências entre os exércitos europeus, não havendo evidências sobre o posicionamento do Estado-Maior das preferências entre os beligerantes. O próprio Ministro da Guerra, durante o conflito, evita contratar qualquer missão estrangeira para atuar junto às tropas brasileiras para não criar vínculos entre o Brasil e uma potência europeia. Sobre a contratação de uma missão alemã ele orgulhava-se de ter contribuído para abortá-la e, ainda, opunha-se a qualquer outra

[86] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. “A Defeza Nacional”, 1913, p. 101-102.

missão estrangeira ao afirmar que a tropa não iria se sujeitar ao comando de oficiais estrangeiros (McCANN, 2009).

De 1899 a 1910, a “Revista Militar” do Estado-Maior do Exército preconizava a reforma do Exército, enquanto mantinha os oficiais a par das inovações militares, onde quer que elas ocorram. Publicou artigos abrangendo extensa gama de assuntos, desde o emprego da Artilharia de Tiro Rápido e da aviação, até o serviço militar de diversos países e a organização da Cavalaria mexicana. As guerras hispano-americanas, russo-japonesa e dos bôeres foram levantadas, porém a maior ênfase era atribuída ao exército alemão, que seria o modelo para o Exército Brasileiro até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1911, a “Revista Militar” foi substituída pelo “Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército” (McCANN, 1984).

Apesar das tentativas de distanciamento de declaradas preferências por algum país beligerante europeu, por parte do Estado-Maior do Exército e do Ministro da Guerra, estudos realizados sobre a revista Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército[87], durante o período que antecedeu a guerra, verificaram que “à luz da publicação supramencionada, o debate, entre 1911 e 1914, mostrou-se majoritariamente simpatizante para com a doutrina militar alemã, a despeito das publicações acerca do Exército francês.” (MATOS; ZARY, 2014, p. 70). Para os autores, tal influência ocorreu devido ao fato de que os militares que realizaram curso no Império Alemão, entre 1906 e 1910, estavam ocupando funções-chave no Estado-Maior do Exército nacional durante a década de 1910, e procuraram influenciar os demais militares, por meio de diversos artigos impressos, desde 1911.

Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha em 1917, o Ministro da Guerra General Faria foi substituído pelo General Alberto Cardoso de Aguiar e os oficiais germanófilos foram perdendo espaços para exporem as suas preferências. Aguiar possuía ligações com os paulistas, assim como o adido militar brasileiro na França, Coronel Alfredo Malan d’Angrogne. Os dois militares eram ligados aos interesses dos franceses e eram considerados como “aliadófilos” (McCANN, 2009).

[87] O Boletim do Estado-Maior do Exército foi lançado sob o controle do chefe do órgão e se constituiu em uma “publicação oficial de teor exclusivamente técnico-militar, que tinha como objetivo defender o aperfeiçoamento e a modernização do Exército.” (LUNA, 2011, p. 198).

2.4 O perigo alemão

O processo capitalista se intensificou durante o século XIX e o início do XX, unindo ainda mais o continente europeu e o americano, entrelaçando demandas e ofertas de mão de obra, produtos industrializados e agrícolas, estabelecendo novas condições para a circulação de ideias, pessoas e capitais. A necessidade das imigrações estava ligada à expansão capitalista, cuja busca pela unificação do mundo em suas bases resultou em integração consoante aos interesses do próprio capital. O aumento constante do fluxo de imigrantes europeus para a América do Sul a partir das últimas décadas do século XIX estava relacionado ao avanço do capitalismo financeiro e ao imperialismo (GONÇALVES, 2011).

Segundo Hobsbawm, essas imigrações coletivas atendiam também a uma necessidade dos impérios da época, que contavam com um excesso populacional que precisava de territórios para se estabelecer.

> [...] a grande expansão da década de 1850 marca a fundação de uma economia industrial global e de uma única história mundial. Para os dirigentes de meados do século XIX na Europa, como vimos, proporcionou uma oportunidade para tomar fôlego durante a qual os problemas (que nem as revoluções de 1848 nem a sua supressão resolveram) chegaram a ser esquecidos ou mesmo mitigados pela prosperidade e administração sadia. De fato, os problemas sociais agora pareciam mais contornáveis em virtude da grande expansão, da adoção de política e instituições adequadas ao desenvolvimento capitalista irrestrito, e da abertura de válvulas de escape – pleno emprego e imigração – suficientemente amplas para reduzir as pressões do descontentamento da massa. (HOBSBAWM, 1982, p. 83).

A imigração alemã para o Brasil se insere no processo capitalista imperialista europeu do século XIX e XX e está dentro do “contexto de motivações gerais da emigração europeia, causadas por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais”. Segundo Gregory, os governos passam a incentivar os deslocamentos dos seus súditos e cidadãos para aliviar as pressões geradas pelo “[...] crescimento do capitalismo industrial e a consequente decomposição dos liames feudais que geraram um ambiente de repulsão populacional diante de uma fronteira aberta e diante do sonho da América” (GREOGORY, 2013, p. 11). As taxas mais elevadas de migração

ultramarina ocorreram na década de 1880.

> O Brasil recebeu entre o final do século XIX e início do XX, aproximadamente, 4.500.000 imigrantes europeus e, destes, cerca de 223.000 eram alemães[88]. Muitos se deslocaram para o cone sul do continente, se fixando no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. (GREGORY, 2013, p. 11).

Os alemães emigraram para o Brasil e, com o tempo, passaram a se deslocar dentro do território nacional. Passaram a se dirigir, preferencialmente, para as regiões Sudeste e Sul do País, destacando-se, a partir de 1824, data da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No final da década de 1820, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra, em Santa Catarina e em Rio Negro, no Paraná. Além desses grupos, foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como:

> Nova Friburgo e Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1818 e 1845, Santo Amaro, em São Paulo, em 1828, Santa Izabel e Santa Leopoldina, no Espírito Santo, fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Teófilo Otoni e Juiz de Fora, em Minas Gerais, em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus, na Bahia, em 1818. (GREGORY, 2013, p. 12).

A intensificação da imigração só aconteceu após 1850, quando a colonização passou a ser responsabilidade dos governos provinciais. A iniciativa privada contribuiu na fundação de colônias em Santa Catarina destacando-se a Colônia Blumenau, em 1850, e Joinville, em 1851. Com relação ao Paraná, houve a migração para Castro, em 1855, Rio Negro, em 1887, e de lá foram para Lapa e outras colônias vizinhas. As imigrações de elementos de origem teutônica chegaram não somente do país que hoje conhecemos como a Alemanha, mas também de outras regiões da Europa como o império da Rússia, como exemplo, o município de Palmeira, que foi fundado com imigrantes teuto-russos. Foram separados por religião, sendo os católicos encaminhados para os núcleos de Pugas, Lago, Santa Quitéria e Alegrete e os protestantes para os lotes Papagaios Novos e Quero-Quero (GREGORY, 2013).

[88] Compagnon (2014, p. 57) numera, aproximadamente, 400 mil indivíduos de origem germânica nos três estados do Sul do Brasil, uns de nacionalidade estrangeira, outros nascidos ou tornados brasileiros.

Os alemães que chegaram ao início do século XX se estabeleceram em Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro, Ivaí, Irati e Cruz Machado. Mais tarde, no contexto de conflitos bélicos, Suábios da região do Danúbio migraram para Guarapuava, estabelecendo-se em Entre Rios e migrantes oriundos de Danzig dirigiram-se a Cambé e Rolândia (GREGORY, 2013).

Foram vários os motivos que incentivaram o recebimento das massas de imigrantes europeias. Pode-se citar a política de substituição da mão de obra para as lavouras de café, antes proveniente do tráfico dos escravos, pela mão de obra dos camponeses europeus e a fixação das populações de imigrantes em núcleos coloniais que foram criados para povoar os vazios do interior do Brasil (vazios demográficos) e as áreas de fronteiras com outros países (GREGORY, 2013). Dentro desse contexto, vários colonos de origem teutônica foram fixados na área da região do Contestado, que no final do século XIX estava em disputa com a Argentina, no que ficou conhecida como a Questão de Palmas.

Segundo Fernando Rodrigues (2008, p. 38), para membros da elite do País, a chegada dos imigrantes forneceu as bases de um projeto político e social e não somente respondia à questão da substituição da mão de obra escrava e da colonização dos “vazios demográficos”, como também responderia às demandas de avanço do Brasil para a “civilização” por meio do “branqueamento” da sociedade nacional. Os brasileiros eram considerados, pelos discursos científicos, sociais e políticos, produzidos no “mundo civilizado”, como uma população que apresentava tudo do que havia de mais imoral e incivilizado. No imaginário do século XIX e início do XX, acreditava-se que o progresso das nações dava-se em função da constituição racial do seu povo[89]. Acreditava-se que o imigrante alemão, considerado laborioso e organizado, venceria rapidamente a indolência e indisposição atribuídas ao trabalho do negro, sendo o migrante teutônico o fator de desenvolvimento e modernização para o Brasil.

Hobsbawm (2009, p. 253) afirma que “sob a influência do racismo generalizado do mundo burguês” os governos latinos “[...] sonharam com uma transformação biológica de suas populações que as tomassem receptivas ao progresso: pela imigração maciça de pessoas de origem europeia no Brasil e no Cone Sul da América

[89] Para aprofundamento sobre o tema, sugerimos ver Rogério Rodrigues (2008, p. 35-39).

do Sul.” A ideia do branqueamento progressivo do povo não se constituía em exclusividade brasileira. O autor afirma que:

> Nas repúblicas da América Latina, ideológicos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da “arianização” – ou seja, do “branqueamento” progressivo do povo através de casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina). Suas classes dirigentes eram, por certo, brancas – ou ao menos assim se consideravam – e os sobrenomes não ibéricos dos descendentes de europeus eram e ainda são desproporcionalmente frequentes nos integrantes de suas elites políticas. (HOBSBAWM, 2009, p. 18).

Mas não se pode afirmar que o modelo de colonização para as áreas despovoadas e fronteiriças, baseado em emigrantes europeus, especificamente aqueles de origem germânica, tenha sido uma decisão unânime e de sucesso em todos os setores sociais. Conforme Hobsbawm (2009, p. 124), “a identificação das nações com um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de migração em massa [...] homens e mulheres que se considerassem pertencentes a uma nacionalidade, onde quer que por acaso estejam.” Por estarem em colônias isoladas e sem o apoio de infraestrutura governamental, os emigrantes alemães tenderam a reafirmar a sua cultura, nacionalidade e a se orgulharem da sua origem, negando qualquer ligação com o Brasil.

Durante a Guerra do Contestado, McCann observa que os oficiais brasileiros viam essas massas de estrangeiros com desconfiança:

> O acerto de tal política (a da colonização europeia), baseada na crença de que os europeus trariam o espírito industrioso e os conhecimentos agrícolas supostamente faltantes nos brasileiros, era duvidoso na ausência de um programa concomitante de ensino e nacionalização. Quando procurava controlar as entradas e saídas de pessoas nas áreas rebeladas durante essa pequena guerra, as autoridades constataram que descendentes de levas anteriores de imigrantes, teuto-brasileiros nascidos no Brasil, ainda reconheciam a Alemanha como sua pátria; só falava alemão, e era difícil convencê-los de que eram cidadãos brasileiros. Embora isso preocupasse os oficiais nacionalistas do Exército, pouco se pôde fazer para abrasileirar a “zona colonial” até 1938, quando um governo central forte tomou providências para deter uma possível influência nazista. (McCANN, 2009, p. 173).

Durante o século XIX e início do século XX, os alemães colonizaram o Cone Sul da América, espalhando-se principalmente pelo Sul do Brasil, Uruguai, Paraguai e

Argentina. Diversos políticos, oficiais militares, intelectuais e jornalistas xenófobos viam essa massa de emigrantes com receio. Era corrente a referência aos germânicos instalados na América como o “Perigo Alemão”. Os discursos proferidos e os artigos escritos pelos membros de “A Liga Brasileira pelos Aliados” demonstram que os seus integrantes viam nessas colonizações um plano elaborado pelo Segundo Reich, para dominar aquela região, onde essa massa poderia se rebelar em uma eventual política agressiva da Alemanha em relação Brasil. Conforme Pires, o aliadófilo Irineu Machado afirmava em seus discursos que o Brasil era atacado por um perigo endógeno:

> É certo que em nosso país existem algumas aldeias, algumas pequenas cidades, e muitos poucos núcleos coloniais onde alguns milhares de alemães se segregaram da comunhão brasileira e, ignorando a nossa língua e falando exclusivamente a sua horrível língua natal, sonharam talvez iniciar entre nós os seus sistemas de espionagem, de absorção, de prussificação. Ah! Que belo esforço perdido, que ilusão, que utopia foi – o sonho teutônico dessa “Alemanha Austral!” (MACHADO, 1915 apud PIRES, 2015, p. 73).

Esses discursos são responsáveis pela construção do “mito do perigo alemão”, incorporado quase que imediatamente por segmentos da sociedade brasileira. Compagnon (2014, p. 58) atesta que “o fantasma de um secessionismo dos estados do Sul era recorrente no Brasil nos primeiros anos do século XX”, as colônias germânicas ao Sul se tornam alvos recorrentes dos aliadófilos nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial e o próprio Lauro Müller, que foi oficial do Exército, Presidente de Santa Catarina, Ministro das Relações Exteriores e filho de pais emigrados, sofreu as críticas do grupo que apoiava os Aliados por defender a completa neutralidade brasileira.

O medo da conquista do cone Sul da América pelo Segundo Reich, segundo Compagnon, também era sentido entre alguns argentinos. Um médico portenho, que se alistou entre os franceses, justifica que a causa da sua motivação foi o “perigo alemão”.

> O único risco sério que nos ameaçava era a Alemanha com a sua colonização hipócrita, orientada para a conquista. Conheço o Brasil, o estado de Santa Catarina, os confins da Argentina e do Paraguai [...] Meus compatriotas começam a se dar conta de que o perigo existia, ainda que sempre pensem nele como algo distante. [...] Dez anos depois do fim da guerra, se a Alemanha viesse a triunfar, tornar-nos-íamos todos alemães na América. (CARILLO, 1918 apud COMPAGNON, 2014, p. 91).

O escritor Graça Aranha estava servindo à diplomacia brasileira quando estourou o conflito na Europa. Aranha era, declaradamente, um “Aliadófilo” e foi um dos primeiros a alertar sobre o “perigo alemão” em terras brasileiras. Foi um entusiasta da participação do Brasil na guerra (VINHOSA, 2015). O diplomata criticava o posicionamento de neutralidade do Brasil, afirmava que aqueles que se desculpavam por não participar da guerra cometiam um crime contra a nacionalidade brasileira. Aranha denunciou os que não queriam a guerra:

> [...] alegavam que temiam dois perigos iminentes no caso de guerra contra a Alemanha; o primeiro seria a insurreição alemã no sul do Brasil. A ameaça de tal revolta, no entanto, “seria bastante para liquidarmos de uma vez o perigo alemão”. E, se os colonos alemães eram bastante poderosos para deter a marcha da nação brasileira, “é uma questão de vida e de morte para nós afastar esse perigo, extirpar esse espinho e nenhuma ocasião seria tão favorável como a guerra do mundo contra a Alemanha e no maravilhoso instante desse despertar do Brasil”. [...] Além de tudo isso, pela guerra, via outra vantagem para o Brasil, uma vez que os alemães seriam juridicamente “nossos inimigos e nós lhes poderíamos proibir o acesso ao território nacional”. E “imporia como quinhão da vitória a proibição da imigração alemã indefinidamente”. (VINHOSA, 2015, p. 153-154).

Segundo Bandeira (1994), integrantes da cúpula política e diplomática alemã, após a unificação da Alemanha no século XIX, desenvolveram a esperança de o país exercer alguma influência sobre o Brasil. Em 1889, somente quatro anos após a Alemanha se lançar à corrida neocolonialista, anexando os territórios de Togo, Kamaroun e de Tanganica, alguns integrantes do círculo diplomático de Berlim sugeriam que o país se engajasse no empreendimento de desestabilização do território nacional brasileiro. Atentaram que:

> [...] a perspectiva de que a derrubada da Monarquia no Brasil acarretasse o seu desmembramento em duas ou mais repúblicas, com a separação de São Paulo, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e ai um Estado alemão independente ou, pelo menos, sob forte influência alemã (BANDEIRA, 1994, p.29).

Conforme Hobsbawm (2009), os governos europeus tinham outras motivações além do aspecto econômico ou de territórios para alocar a sua população excedente. Infere-se desse raciocínio que os dirigentes germânicos também pretendiam as glórias oferecidas pelas conquistas militares, pois:

> Na verdade, nunca foi tão fácil encontrar um lugar para onde emigrar que entre 1880 e 1914 [...] Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas: e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura. (HOBSBAWM, 2009, p. 53).

Otto Von Bismarck, então o Chanceler da Alemanha, rechaçou qualquer possibilidade de participação alemã no evento por temer, em razão da Doutrina Monroe, complicações com os Estados Unidos e, possivelmente, com a Inglaterra. Segundo Bandeira, após a saída do Chanceler do governo, a ideia continuou a animar alguns diplomatas e a imprensa alemã, principalmente quando em 1893 irrompeu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que se alastrou por Santa Catarina. “A secessão não aconteceu, mas o interesse da Alemanha pelo Brasil durante o século XIX e início do XX cresceu.” (BANDEIRA, 1994, p. 30).

Bandeira (1994, p. 30) observa que o Cônsul da França em São Paulo, em 1896, denunciava o “progresso inquietante da influência germânica” nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde os núcleos de colonização constituíam em “verdadeiras pequenas cidades” da Alemanha e que Santa Catarina já estava “absolutamente germanizada” e ainda que, em breve, o Paraná e o Rio Grande do Sul “seguiriam o mesmo caminho”. Segundo Bandeira, o Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha calculava que, em 1907, a população germânica no Brasil equivaleria a 2% da população (BANDEIRA, 1994, p. 30).

> A Alemanha, inegavelmente, tinha interesses na América do Sul e, em particular, no Brasil, onde sua presença cada vez mais se acentuava, através da expansão das zonas de colonização alemã, cujos habitantes conservavam a homogeneidade étnica e cultural. E esse fato alarmou, sem dúvida alguma, tanto a França e a Grã-Bretanha quanto os EUA, cuja imprensa, em 1900, continuava a noticiar a suposta pretensão da Alemanha de apoderar-se do território do sul do Brasil. (BANDEIRA, 1994, p. 30).

Em 1905, em Santa Catarina, ocorreu o desembarque de oficiais alemães da canhoneira *Phanter* sem a devida autorização do governo brasileiro. Segundo apurado depois, o desembarque se deu com o objetivo de investigar o paradeiro de um desertor, que imigrara de Bremen para Itajaí. Essa ação dos militares germânicos confirmou as desconfianças dos brasileiros sobre o governo alemão. O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, protestou e ameaçou bombardear a canhoneira. A Alemanha

prestou todas as satisfações ao Brasil e o incidente terminou sem produzir consequências mais graves (BANDEIRA, 1994).

O crítico literário Sílvio Romero foi uma das primeiras vozes a alertar contra aquela suposta ameaça ainda no final do século XIX. Na sua visão, a diferença cultural e racial existente entre os alemães e os brasileiros tornava o imigrante germânico inassimilável, fomentando o isolamento desses núcleos imigrantes. As colônias, prósperas economicamente e isoladas da sociedade brasileira, buscariam a independência política, fracionando o território nacional. O autor denunciava que o desejo dos colonos alemães de se tornarem independentes estava intimamente relacionado ao plano pangermânico do Império Alemão, voltado para conquistar tanto colônias no sentido clássico, como os territórios ocupados na África, quanto a ocupar áreas despovoadas de países independentes, mantidas, dessa maneira, sob a influência econômica do Reich. Esta, segundo Romero, seria a categoria em que se encontrava a região Sul do Brasil (ROMERO, 1910 apud PIRES, 2015).

A tese do “perigo alemão” foi francamente desacreditada por vários intelectuais e escritores do País. O escritor e ex-oficial do Exército, Euclides da Cunha, em seu livro “Contrastes e confrontos”, escreveu, ironicamente, sobre o sucesso, ou a possibilidade de sucesso, dos que acreditavam no “pangermanismo”, no “perigo alemão” ou em uma possível “invasão alemã” em nossas terras.

Cunha publicou “Contrastes e confrontos” em 1907. O livro é uma coletânea de artigos e breves ensaios em que, entre outros temas, analisa a relação da Alemanha e do Brasil naquele momento. Para Cunha, a Alemanha, ocupada com a sua unificação, industrialização, organização territorial e organização militar, desprezou a ação colonizadora, porém, ocorreu a necessidade da expansão alemã: “[...] a Alemanha agita-se hoje num estonteamento. A dilatação territorial impõe-se-lhe como uma condição de vida, não já no sentido superior de um primado de ideias, senão também no sentido estritamente biológico da própria alimentação.” (CUNHA, 1975, p. 5).

Cunha (1975) acrescenta que à medida que vai crescendo o povoamento e o trabalho nas indústrias, o acesso à terra fica mais escasso para os camponeses. O autor acrescenta que:

> Daí o seu arremesso dos estaleiros [...] para o desimpedido dos mares, visando amplificar a pátria, insuficiente, com o solo artificial e móvel dos conveses de uma frota mercante, que é a segunda do mundo, exigindo, paralelamente, as garantias de uma marinha de guerra formidável. (CUNHA, 1975, p. 5).

Segundo Cunha (1975), a Alemanha partiu atrasada à corrida neocolonialista e que, sendo um país poderoso, aquele governo cobiçava os nossos estados do Sul, mas percebe que apesar dos formidáveis recursos financeiros, econômicos e militares de que dispõem, aos alemães, lhes falta um líder.

> Mas neste concorrer à partilha da terra, com todos os inconvenientes de quem chega tarde e encontra os melhores bocados noutras mãos, a política germânica tem sido, de fato, copiando-se a frase do lendário chanceler de ferro, uma política de gorjetas. Nem lhe disfarça este caráter decaído a maneira arrojada que a reveste. Em todos os seus atos – nos arrogantes ultimatos contra a frágil Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de Waldersée, em Pequim, ou nas tortuosidades e perfídias diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada para Bagdá, ou, ainda, no ganancioso alongar de olhos para os nossos Estados do Sul, a sua ânsia alucinada do ganho, pela pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos, podem assumir todas as formas, até mesmo o aspecto heróico: mas destaca-se com aquele traço inferior e irredutível. Falta-lhe um Witte, falta-lhe um Chamberlain, falta-lhe um Roosevelt, e – note-se esta ironia singular da história – falta-lhe um Delcassé, ou um Combes. (CUNHA, 1975, p. 5).

Segundo Cunha (1975), nas academias surgiram filósofos, militares e analistas traçando as perspectivas tão mais sombrias quanto possíveis sobre o futuro do país e do povo germânico. Para a salvação da região, lançam-se em vários, nas palavras de Cunha, “delírios” e, entre eles, a tomada à força (ou não) do Sul do Brasil. Ao escrever sobre o assunto, ironiza esses arroubos imperialistas de algumas autoridades alemãs.

> Mas, sobre todos estes expedientes, a medida que faz delirar a quantos filósofos, sábios, meio-sábios e sociólogos o fetichismo nacional de Kreisreidee agita entre o reportado von Bulow e o irrequietíssimo imperador, o ideal que estonteia os Wagner, Schmoeller, Hartmann, Vosberg, Schumacher, Voigt, Sering e toda uma legião de foliculários assanhados, é a posse do Brasil do Sul. Não lhes resta o vacilar mais breve: caímos na órbita da Alemanha, como o Egito na da Inglaterra, e na da Rússia a Manchúria. O Dr. Leyser – são em geral doutores estes pioneiros abnegados – não o disfarça no seu belo livro: “Hoje, nestas províncias (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) cerca de 30% dos habitantes são germanos ou seus descendentes: e, por certo, nos pertence o futuro desta parte do mundo. De feito, ali, no Brasil meridional, há paragens ricas e salubres, onde os alemães podem conservar a nacionalidade, e um glorioso futuro se antolha a tudo que se compreende na palavra – germanismus.” (CUNHA, 1975, p. 9).

Cunha (1975) afirma que as necessidades vitais germânicas, as suas capacidades militares e as suas intenções imperialistas junto ao Sul do Brasil, são “monstruosamente verdadeiras”, porém, completa o pensamento classificando-o de “bracejar estéril, exaustivo, inútil e entre miragens”[90]. Cunha (1975, p. 9) tranquiliza o seu leitor afirmando que “não nos assuste este imperialismo platônico... Um simples, o mais apagado lance de vista sobre o atual momento histórico, revela que a Alemanha não pode balançar-se, tão cedo, a empresas de tal porte.” E completa o raciocínio dizendo que:

> A sua política expansiva gira num círculo vicioso original; precisa de colônias e mercados estranhos para viver e vencer a concorrência de outros povos precisa dominar, sob todas as formas, esta concorrência, para conseguir aquelas colônias e mercados. Dificilmente se forrará aos entraves desta situação penosa. (CUNHA, 1975, p. 9).

A Liga Brasileira pelos Aliados considerava que os colonos de origem germânica, situados principalmente ao Sul do Brasil, eram as reservas do exército alemão em solo brasileiro, prontos a se sublevarem a qualquer momento para lutar pela secessão dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e sugeria, por meio dos jornais da época, a coerção desse grupo de imigrantes e dos seus descendentes pela força militar. Segundo Pires, essa agressividade se expressa na seguinte passagem:

> Contra a ação agressiva desses traidores – conscientes ou inconscientes, não importa – é que devem estar preparados o exército e a armada do Brasil a fim de os expulsar do seu meio, de os conter, de os repelir e de os esmagar na primeira oportunidade, se ousarem qualquer movimento armado em prol da criminosa causa germânica. (CARVALHO, 1918 apud PIRES, 2015, p. 78).

[90] Apesar de o escritor Euclides da Cunha ter descartado uma possível invasão alemã ao Brasil, Pires acredita que o receio de alguns intelectuais brasileiros diante do “perigo alemão” não era de todo infundado. Segundo Seyferth (1993 apud PIRES, 2015), por volta do ano de 1890, a ideia do pangermanismo e da superioridade racial dos alemães difundiu-se pelas colônias germânicas do sul do Brasil, por meio da propaganda da Liga Pangermânica, instituída na Alemanha ao final do século XIX. A associação defendia a tese do espaço vital, a superioridade germânica e o pertencimento ao Império Alemão de qualquer comunidade onde houvesse súditos do império. A retórica da Liga Pangermânica era reforçada por teóricos germânicos, que defendiam a colonização das repúblicas sul-americanas, publicando livros e artigos enunciando essas propostas. Dentre estes, menciona-se a obra de Otto Tannenberg, citada pelos defensores da existência do “perigo alemão”, *Gross-Deutschland die arbeit des 20*, publicada em 1911, contendo um mapa da América do Sul, com a região Sul do Brasil marcada como território alemão. As ações da Liga Pangermânica, somadas às teorias desses articulistas e às denúncias dos norte-americanos e britânicos das intenções imperialistas da Alemanha no continente sul-americano, contribuíram para reforçar as desconfianças em relação aos imigrantes alemães (PIRES, 2015, p. 73-74).

Os integrantes da Liga pretendiam que o governo brasileiro agisse de forma enérgica e com força militar contra os teuto-brasileiros. Também advogavam a necessidade do governo brasileiro proibir o desenvolvimento de atividades econômicas por alemães, sequestrando seus bens e dividendos, não somente contra os proprietários de origem germânica, mas contra qualquer forma de associação dos imigrantes, fossem laicas, religiosas, militares e civis (PIRES, 2015).

Os aliadófilos apelavam pela intervenção das Forças Armadas contra o "perigo alemão", e principalmente pela intervenção do Exército Brasileiro, confiantes de que "[...] deve estar preparado o exército [...] a fim de expulsar do seu meio, de os conter, de os repelir e de os esmagar na primeira oportunidade, se ousarem qualquer movimento armado em prol da criminosa causa germânica." (CARVALHO, 1918 apud PIRES, 2015, p. 78).

Quando irrompeu a guerra na Europa, ao fim do governo de Hermes da Fonseca, o Presidente negou ser um "germanófilo" e declarou-se um admirador da nação francesa ao afirmar que: "[...] minha formação pessoal é francesa: li os seus autores militares e foi neles que busquei ensinamentos como Ministro da Guerra." Além disso, ele afirmou que "o caráter do povo brasileiro e do soldado brasileiro assemelha-se mais ao do povo e do soldado francês do que ao de qualquer outro povo e qualquer outro soldado" (McCANN, 2009, p. 147).

Entretanto, se Fonseca se declarou um "francófilo", o seu sucessor, Venceslau Brás (1914-1918) se esforçou para manter, até a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em outubro de 1917, a sua posição de neutralidade sobre os participantes do conflito e sobre os alemães, os teuto-brasileiros e aos seus descendentes em território brasileiro.

Tendo os repetidos ataques aos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães como fator motivador, o governo brasileiro comunica aos representantes do II Reich no Brasil, em 11 de abril, que está rompendo relações com a Alemanha e expulsando o seu corpo diplomático. Imediatamente, graças à campanha orquestrada pela mídia e por parte dos parlamentares o "neutralista" Ministro Lauro Müller, das Relações Exteriores, é substituído pelo "aliadófilo" Nilo Peçanha (COMPAGNON, 2014, p. 140).

Aparentemente, o tratamento dado pelo governo brasileiro aos súditos alemães, aos imigrantes e aos seus descendentes estabelecidos em território nacional não tinha a reciprocidade alemã. A Alemanha dispensava tratamento adverso aos brasileiros que se encontravam naquele império, por época da revogação da neutralidade ao País, ocorrida em 28 de junho de 1917. Em 9 de agosto de 1917, uma nota verbal do governo suíço à legação do Brasil em Berna alertava que:

> Tornou-se extremamente difícil conseguir que os brasileiros obtenham licença para deixar a Alemanha. Vários esperam em vão há muitas semanas semelhante autorização. Assim sendo, a legação da Suíça em Berlim está forçada a prover ao sustento dos que na maioria estão sem recursos; pois que, apesar dos princípios geralmente reconhecidos de assistência aos indigentes em tais condições, o governo alemão recusa esse tratamento aos súditos de país inimigo ou de potência na situação do Brasil. (BRASIL, 2015, p. 98).

O Ministro Nilo Peçanha cientifica os acontecimentos ocorridos com os brasileiros na Alemanha e, em 17 de agosto de 1917, envia comunicação ao governo alemão, por seu representante suíço, em termos de ameaças aos súditos e imigrantes do império alemão residentes no Brasil. Informa que pretende que os brasileiros que se acham na Alemanha recebam o tratamento que gozam os alemães no Brasil “onde livremente exercem a sua atividade em vários ramos de comércio e indústria, no gozo de todas as garantias, como os nacionais.” (BRASIL, 2015, p. 99).

Peçanha informa que aproximadamente três mil alemães, entre eles, os comandantes, os oficiais e os marinheiros dos navios alemães confiscados estavam sendo tratados com desvelo, bem alojados e bem alimentados pelo governo. Peçanha exige reciprocidade por parte do governo alemão e ameaça medidas de represálias correspondentes às que oprimem a colônia brasileira na Alemanha (BRASIL, 2015). A resposta veio por meio de um telegrama do governo dos Países Baixos, em 25 de agosto de 1917, em que as autoridades alemãs negam veementemente os maus-tratos e as descortesias aos brasileiros.

Durante vários meses, o Ministério das Relações Exteriores solicitou informações sobre o paradeiro das dezenas de brasileiros aprisionados pelos submarinos alemães em sua guerra no Atlântico, sem obter daquele país nenhum tipo de resposta. Soube-se depois, em janeiro de 1918, em comunicação do *Bureau de Secours aux Prisonniers de*

Guerre, Seção franco-belga, da existência, nos campos de concentração de prisioneiros de guerra aliados na Alemanha, de brasileiros das tripulações de vários vapores brasileiros afundados pelos submarinos alemães. Em correspondência, a legação brasileira em Berna informa ao Ministro Nilo Peçanha que “parece que já vários brasileiros das tripulações dos nossos vapores afundados foram retidos como prisioneiros de guerra pelos submarinos alemães, e o seu número deve aumentar com o tempo e o prosseguimento da campanha submarina alemã.” (BRASIL, 2015, p. 189).

Apesar de os teuto-brasileiros e alemães estabelecidos no Brasil manterem uma importante movimentação econômica no País, principalmente no Rio Grande do Sul, em 16 de novembro de 1917 (DALMAZO, 2004), o Congresso brasileiro vota a lei de guerra que proíbe aos alemães estabelecidos em território nacional qualquer comércio e qualquer relação financeira com o exterior, encerra os contratos públicos que envolvam fornecedores alemães, proíbe aos alemães a obtenção de concessões de terra e determina uma fiscalização excepcional aos bancos e às companhias de seguros germânicas. Em 27 de novembro do mesmo ano, Peçanha expede documento do Ministério às legações dos países neutros, consoante às medidas de prevenção política aos súditos alemães que exercem funções consulares no Brasil, restringindo a liberdade de ação dos súditos alemães e retirando toda a autoridade funcional desses cidadãos (COMPAGNON, 2014).

A resposta alemã às limitações dos súditos germânicos no Brasil chegou em 22 de fevereiro de 1918, por intermédio da legação do Brasil em Berna, na Suíça e tratou-se de um decreto do Império Alemão, de 10 de janeiro de 1918, relativo às medidas de represália de caráter econômico que o governo alemão promulgou contra o Brasil, restringindo o emprego de bens dos que estavam na Alemanha e impedindo que cidadãos brasileiros saíssem do País com as suas fortunas (COMPAGNON, 2014).

2.5 A doutrina Monroe e o Brasil

Os princípios da Doutrina Monroe foram concebidos pelo Presidente dos Estados Unidos, James Monroe, e anunciados em sua mensagem ao Congresso norte-americano, em dezembro de 1823. A doutrina se opunha, inicialmente, às possibilidades de intervenções nos destinos dos países recém-independentes da América Latina e tentativas de recolonizações destes por parte das potências europeias.

> Julgamos propícia esta ocasião para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia. (MONROE, 1823).

Manifestando preocupação com as intenções da Espanha de reverter, com o apoio da Santa Aliança, o processo de independência latino-americano, os Estados Unidos decidem fixar limites à intervenção de potências europeias no Continente.

> Os últimos acontecimentos na Espanha [...] provam que ainda não há bastante tranqüilidade na Europa. A prova mais cabal deste fato importante é que as potências aliadas julgaram conveniente, de acordo com os princípios que adotaram, intervir pela força nos distúrbios da Espanha [...] (MONROE, 1823).

Note-se que os EUA declararam, no mesmo documento, evitar o envolvimento e intromissões nas disputas entre as potências europeias. “Jamais nos imiscuímos nas guerras que as potências europeias empreenderam por questões particulares; tal é a nossa política.” (MONROE, 1823). A partir da doutrina formulada pelo Presidente Monroe, em 1823, os Estados Unidos traçam uma linha divisória entre a Europa e o continente americano, estabelecendo a separação das respectivas zonas de influência.

> Não temos interferido, nem interferiremos em assuntos das atuais colônias ou dependências de nenhuma das potências europeias. Mas, quanto aos governos que proclamaram e têm mantido sua independência que reconhecemos, depois de séria reflexão e por motivos justos, não poderíamos considerar senão como manifestação de sentimentos hostis contra os Estados Unidos qualquer intervenção de alguma potência europeia com o propósito de oprimi-los ou de contrariar, de qualquer modo, os seus destinos. (MONROE, 1823).

Em sua fala para o Congresso, Monroe estabeleceu os Estados Unidos como protetores dos países latino-americanos e também se arvorava no papel de guardião do continente, em todas as questões que pudessem envolver qualquer porção do território americano, de Norte a Sul, tudo em nome da segurança do território e dos cidadãos norte-americanos.

> É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer porção de qualquer continente sem por em perigo nossa paz e nossa felicidade; ninguém tampouco acreditará que nossos irmãos do sul, entregues a si mesmos, o adotem voluntariamente. É também impossível, portanto, que consideremos tal intervenção com indiferença. (MONROE, 1823).

Para Hobsbawm (2001, p. 75), a Doutrina Monroe não tinha nenhum valor prático, pois, "[...] se alguma coisa protegia a independência latino-americana, era a marinha britânica." Os Estados Unidos não tinham poder militar suficiente no segundo quartil do século XIX para garantir os preceitos da doutrina (GALDIOLI, 2008, p. 68) e os países da América Latina eram, de fato, colônias comerciais da Inglaterra.

Segundo Hobsbawm (2001, p. 75), a Doutrina Monroe, em 1823, era mais uma "profecia" do que um fato. Os Estados Unidos jamais teriam interferido seriamente nos destinos das repúblicas latinas.

> Se a América Latina é a única parte do mundo que tem estado basicamente imune às guerras internacionais significativas por quase duzentos anos, isso não se deve à Doutrina Monroe, que foi "por décadas [...] pouco mais do que um blefe ianque", nem ao poder militar dos Estados Unidos, que nunca esteve em condições de coagir diretamente nenhum país da América do Sul. Até o momento em que este texto está sendo escrito[91], esse poder foi empregado habitualmente apenas contra os países anões da América Central e das ilhas do Caribe, e mesmo aí nem sempre de maneira direta. (HOBSBAWM, 2007, p.29).

A doutrina nasceu e se desenvolveu com três características principais, a unilateralidade, a ambiguidade e a adaptabilidade às circunstâncias, expressa posteriormente nos corolários (PEREIRA, 2012).

A doutrina não desapareceu após o governo de Monroe e, ao longo do século XIX e início do XX, teve o seu sentido reinterpretado por cinco corolários. Durante o século XIX, com as reinterpretações da doutrina formulada por Monroe, ela foi perdendo o aspecto defensivo para se tornar intervencionista. Ao fim do século XIX, os Estados Unidos passam a intervir diretamente nos destinos dos países da América Central, América do Sul, Caribe e Pacífico.[92]

Porém, foi o corolário acrescentado por Theodore Roosevelt que ganhou mais projeção. Além de distender os limites de atuação dos Estados Unidos, Roosevelt inaugura o "poder de polícia internacional" dos Estados Unidos. Em sua mensagem ao Congresso, em 1904, Roosevelt afirma que o País não tem pretensões de colonizar, invadir ou tomar territórios para si, mas poderia interferir em locais onde julgar serem os governos incapazes de administrarem o seu povo civilizadamente.

Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional.[93]

Roosevelt buscou legitimar, por meio deste corolário da Doutrina Monroe, as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios[94], mas à preservação do que seriam a civilização, a ordem, a

---

[91] O livro "Globalização, Democracia e Terrorismo" foi um conjunto de conferências e textos produzidos entre 2000 e 2006 e lançado em 2007.

[92] Os corolários foram Clay (1825), Polk (1845), Grant (1871), Olney (1895) e Theodore Roosevelt (1904) (AYERBE, 2004).

[93] Idem.

[94] "Os Estados Unidos [...] tinham o conceito de que em seu território, "[...] todas as áreas da América do Norte deviam ser integradas, mais cedo ou mais tarde, como parte dos Estados Unidos, inclusive o Canadá, que eles tentaram sem êxito separar do Império Britânico. Ao País parecia, portanto, problemático tomar territórios adjacentes que não se enquadrassem nesse modelo, principalmente por não terem sido colonizados, nem serem colonizáveis, por brancos ingleses – por exemplo, Porto Rico, Cuba e as dependências do Pacífico. Entre esses territórios, somente o Havaí, chegou à condição de estado." (HOBSBAWM, 2007, p. 31).

estabilidade e o progresso[95]. Durante o transcurso da Primeira Guerra Mundial, ainda perdurava a “política do porrete” nas relações internacionais norte-americanas (HOBSBAWM, 2007, p. 31).

Roosevelt, em decisão unilateral, considerou a América Latina como parte do sistema internacional de poder norte-americano. Em troca da proteção dada, as Repúblicas latinas deveriam reconhecer as suas obrigações e mostrar a sua submissão (PEREIRA, 2012).

O Brasil teve a sua independência declarada por Pedro, herdeiro do trono português. Por consequência dos laços familiares do príncipe com as monarquias europeias, após a independência do País, foi implantada a monarquia no Brasil. “O Império brasileiro identificava-se muito mais com o Velho que com o Novo Mundo, negando sua condição de americano. Aos olhos do Império, as Repúblicas americanas eram vistas como anárquicas e turbulentas.” (GALDIOLI, 2008, p. 76).

Durante o período do Império brasileiro, por força dos laços de lealdade com as famílias reais e as monarquias da Europa, a política externa do Brasil foi toda voltada para a Europa (MILANI, 2011). O distanciamento do governo imperial brasileiro em relação às nações republicanas latinas também se estendia aos Estados Unidos (GALDIOLI, 2008).

Segundo Galdioli (2008), o estreitamento das relações do governo brasileiro com os Estados Unidos se deu a partir da Proclamação da República no Brasil. Porém, Fonseca Junior diverge e afirma que a relação entre os dois países sempre existiu e ganhou impulso depois do advento da República, em 1889 (PEREIRA, 2012).

Pode-se observar como pontos importantes deste relacionamento na política externa entre os dois países o reconhecimento imediato da Doutrina Monroe pelo Brasil e o reconhecimento pelos Estados Unidos, em 1824, da independência do Brasil (GALDIOLI, 2008).

---

[95] “Quanto ao poder de polícia que o chamado Corolário Roosevelt acrescentava à Doutrina Monroe, considerava-o Rio Branco aceitável e natural, uma vez que aplicado somente aos países latinos “desorganizados” e “insolventes”, aos quais expressamente visava à intervenção saneadora de Washington.” Segundo Rio Branco, esse não era o caso do Brasil, que era estável e pagava as suas dívidas. (PEREIRA, 2012, p. 487).

A Segunda Revolta da Armada ocorreu entre 1893 e 1894, durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, quando um grupo de altos oficiais da Marinha exigiu convocação dos eleitores para realização de novas eleições. Nessa revolta, Floriano ganhou a reputação de nacionalista, disposto a lutar pela pátria e a defesa contra interesses estrangeiros. Porém, segundo McCann (2009), Floriano recebeu apoio dos Estados Unidos e de empresas norte-americanas para se manter no cargo. Em Washington, Salvador Mendonça, ministro da diplomacia brasileira, tinha um bom trânsito entre as autoridades do governo e os empresários daquele país, conseguindo convencer os americanos a intercederem a favor de Floriano. Baseado na Doutrina Monroe, os Estados Unidos deslocaram os seus navios para o Rio de Janeiro em apoio ao governo. Com mais navios e com maior poder de fogo e de manobra do que os dos rebeldes, estes, intermediados pelo comandante da divisão naval americana, desistiram de lutar.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, monarquista convicto, enquanto esteve à frente, de 1902 a 1912, do Ministério das Relações Exteriores, durante os governos dos Presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, a despeito do sistema republicano em vigor no Brasil, levou o título consigo e assinava “Rio Branco” nos documentos oficiais. Apesar de ser repudiado por republicanos radicais, que o enxergavam como um “monarquista” e pelos monarquistas, que o viam como um líder da restauração monárquica, Rio Branco dissipou essas hipóteses e anunciou, no Clube Naval, que “[...] se desprendeu da nossa política interna com o propósito de não voltar mais a ela [...] Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil [...]” (PEREIRA, 2012, p. 392, 312).

Com um novo Chanceler assumidamente monarquista e que tinha passado metade de sua vida na Europa, era de se pensar que o Ministério das Relações Exteriores fosse seguir as tendências do período imperial brasileiro e apontar as suas relações exteriores primordialmente para a Europa, mesmo porque o continente, em seu conjunto, era mais poderoso econômica e militarmente do que qualquer outro de então (HOBSBAWM, 2009). Aliar-se aos Estados Unidos, que à época ainda era uma potência emergente, seria uma temeridade, porém foi isso que Rio Branco fez.

A chegada de Rio Branco ao comando da Chancelaria deslocou o eixo

tradicional da diplomacia brasileira, apoiado, prioritariamente, nas potências europeias, para uma aliança mais profunda com os Estados Unidos. Segundo Fonseca Junior, essa aproximação teve dois momentos definidores: “[...] a criação da embaixada brasileira em Washington, em 1905; e a realização, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, da III Conferência Internacional Americana.” (PEREIRA, 2012, p. 564). Em reciprocidade, ainda em 1905, os Estados Unidos transformaram a sua legação diplomática no Rio de Janeiro na primeira embaixada na América do Sul.

Para Fonseca Junior, o ponto que marcou essa aproximação foi a tentativa de uma moção de reconhecimento à Doutrina Monroe, durante a IV Conferência Internacional Americana, em 1910, por parte da delegação brasileira. Apesar de não ter sido aprovado o gesto “[...] marcou simbolicamente um dos elementos centrais da ‘ideologia’ da aproximação: o apoio ao monroísmo.” Essa política diplomática em relação aos Estados Unidos define um novo paradigma nas relações exteriores brasileiras frente às Américas e ao mundo (PEREIRA, 2012, p. 566).

A aproximação do Ministério das Relações Exteriores de Rio Branco e Joaquim Nabuco (o primeiro Embaixador brasileiro em Washington), aparentemente um gesto de subserviência aos Estados Unidos, decorrem de várias facetas da área diplomática e entram em muitas áreas de interesses nacionais. Para não nos alongarmos nesse vasto assunto, fixaremos a análise da relação da Doutrina Monroe com a defesa nacional brasileira, que é o que nos interessa para o desenvolvimento desta dissertação.

Rio Branco teve a sua educação influenciada pelo modelo europeu e anunciava a sua admiração pelo Velho Continente de viva voz, porém, em intensidade semelhante que declarava a sua admiração à Europa, manifestava o seu temor, em relação ao Brasil, do imperialismo europeu. O barão viveu por 26 anos na Europa, chefiou o consulado brasileiro em Liverpool e a legação diplomática em Berlim e, nesses anos, presenciou a partilha da África, o avanço europeu na dominação da Ásia e as disputas imperialistas pelas potências europeias (PEREIRA, 2012).

A sua experiência europeia, que precedeu a Primeira Guerra, certamente influenciou as suas posições políticas diante das fraquezas apresentadas pelo Brasil. Preocupava-se com o fato de que o País tinha amplos territórios desabitados, que poderiam ser fruto da cobiça das potências europeias, a exemplo da África e Ásia. Para

agravar o seu desespero, era conhecedor do precário poder militar do País. Para Rio Branco, a paz não dependia apenas da vontade e do sentimento permanente de concórdia de um Estado, mas, principalmente, do ânimo, nesse sentido, por parte de outros países. Sabia também que acordos e leis internacionais eram facilmente desrespeitados (PEREIRA, 2012).

Rio Branco era tido como um diplomata pragmático e avaliou com precisão a importância da potência norte-americana e a sua parte de influência no poder mundial. Para ele, o monroísmo era um instrumento político-jurídico de defesa da América[96] e, como tal, não devia implicar indiferença do Brasil em relação aos perigos da Europa. Foi um defensor da reorganização e modernização das forças militares brasileiras, afirmava que:

O Brasil necessitava estar preparado militarmente para enfrentar as ameaças aos seus direitos e interesses. Os Estados vizinhos não eram os únicos que poderiam incidir tais ameaças à soberania nacional e à integridade do nosso território, mas também as potências europeias (PEREIRA, 2012).

Rio Branco incentivou a modernização das Forças Armadas brasileiras. Como Ministro das Relações Exteriores, a partir de 1902, tratou de cooperar buscando soluções práticas. Na preparação de suas Forças Armadas, negociou inicialmente estágios de oficiais brasileiros na Alemanha. Em abril desse ano, conseguiu o primeiro estágio no Exército alemão. Em seguida, passou a negociar a vinda de uma Missão Militar alemã para o Brasil (PEREIRA, 2012).

A medida proposta por Rio Branco obteve sucesso parcial, a missão militar alemã não veio[97], mas três turmas de oficiais – uma em 1906, outra em 1908 e a última em 1910 – foram estagiar na Alemanha, por dois anos cada uma, absorvendo o espírito da organização militar alemã e sofrendo definitiva influência do modelo militar germânico (CARVALHO, 2005).

Apesar de creditar, naquele momento, a defesa do Brasil à Doutrina Monroe, Rio

---

[96] “O processo de concentração capitalista europeu, antecipado em relação ao norte-americano, fez as potências industriais entregarem-se à disputa de áreas de influência, em especial na África e na Ásia. Nos Estados Unidos foi despertado o temor de que as nações mais fracas da América Latina fossem o alvo posterior da luta imperialista europeia.” (PEREIRA, 2012, p. 262).

[97] O Ministro Faria e o Presidente Hermes da Fonseca eram contrários a qualquer missão estrangeira no Brasil. (McCANN, 1982, p. 255, 256).

Branco não confiava plenamente nos Estados Unidos como um “defensor sem interesses” dos territórios brasileiros. Nesse sentido, manifestou-se em despacho, em 1904, aos agentes diplomáticos brasileiros em Buenos Aires:

> [...] Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a [...] colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população (bem como continuará a política imperialista) e já ali se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes. (PEREIRA, 2012, p. 392).

Na essência, a Doutrina Monroe era unilateral e existia para defender os interesses norte-americanos na América Latina e em outras regiões do planeta, não havendo garantias de que o Brasil seria socorrido pelos Estados Unidos, caso necessitasse. Existiam vozes dissonantes entre os diplomatas sobre a eficácia da doutrina para o Brasil. Segundo McCann (2009, p. 215), o diplomata aposentado Manuel de Oliveira aventou que o transcurso da Primeira Guerra “[...] poderia impedir os Estados Unidos de ampliar o alcance da Doutrina Monroe em detrimento da América Latina.”

Conforme Pereira (2012), a grande preocupação do Rio Branco era que as forças armadas brasileiras não estivessem aptas a defender o Brasil por terra e por mar. Quando, em 1892, negociou a Questão de Palmas (que internamente se transformou na Questão do Contestado) com a Argentina, enviou carta para Joaquim Nabuco, na qual Rio Branco demonstra o despreparo militar brasileiro:

> [...] sem esquadra, sem exército, sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso... Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência de nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações [...] A nossa esquadra não faz evoluções, como nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a guerra. (PEREIRA, 2012, p. 60).

Ciente do poder militar dos Estados Unidos, Rio Branco alertava que não somente o Brasil, mas mesmo unida, “a América hispânica não reunia condições para se contrapor aos Estados Unidos em razão da disparidade de forças.” (PEREIRA, 2012,

p. 271). Dizia que:

> [...] a tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles. (PEREIRA, 2012, p. 271).

Quando Rio Branco assumiu o comando do Ministério das Relações Exteriores, as relações do Brasil com alguns Estados da América do Sul eram problemáticas. Apesar de, em 1902, as relações com a Argentina estarem tranquilas[98], o Brasil sofria a desconfiança do Chile, da Colômbia, da Bolívia[99] e do Peru (PEREIRA, 2012). Com tantos litígios, o Chanceler voltou as suas atenções para as relações com os seus vizinhos, e ao mesmo tempo, procurou fortalecer as forças armadas.

> O pacifismo do Barão do Rio Branco era um pacifismo armado. Seu patriotismo sofria a influência do tempo, era suscetível, cioso, com algum prurido de hegemonia continental. Ao mesmo tempo em que o Barão afastava as possibilidades de conflito armado com as demais potências, eliminando [...] a questão de fronteiras espalhava-se no Brasil um espírito não propriamente de belicosidade, mas de sobranceria. (ARINOS, 1955; BURNS, 1966 apud McCANN, 1982, p. 33).

Contudo, se a política externa oficial da diplomacia estava voltada para a Doutrina Monroe e para os Estados Unidos, o mesmo não se pode afirmar de grande parte dos integrantes do oficialato do Exército Brasileiro. Os militares desconfiavam da eficácia do alcance da doutrina, desconfiavam dos Estados Unidos e eram, majoritariamente, pró-Alemanha, e não admitiam confiar a defesa do território a nenhum exército a não ser o nacional.

A revista “A Defeza Nacional” tinha entre os principais editores e colaboradores os chamados “jovens turcos” e era claramente pró-Alemanha. Quando a revista começou a ser publicada, em 1913, o seu corpo de editores era composto, inicialmente,

---

[98] As boas relações com a Argentina não foram duradouras, durante o período de 1905 a 1908, Rio Branco incentivou o projeto de reorganização de Hermes por temer uma guerra com o país. (McCANN, 2009, p. 145).

[99] Durante a questão do Acre, que resultou em 1903, no Tratado de Petrópolis, Rio Branco orquestrou um blefe para assegurar a região sem derramamento de sangue. Os Estados Unidos e a Inglaterra não intercederam porque o Brasil comprou a concessão de exploração do território do sindicato anglo-americano, “é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos”. (Cf. McCANN, 2009, p. 125-127).

pelos tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis. Todos esses oficiais estagiaram na Alemanha. Apesar desses oficiais serem, publicamente, germanófilos e de transcenderem, em sua admiração, os assuntos bélicos, a quaisquer assuntos relativos àquele país, eles não confiavam a outros, a não ser o próprio exército e ao povo, a defesa do território brasileiro (MATOS; ZARY, 2014). Também não confiavam a defesa do território à Doutrina Monroe.

> [...] Não nos devemos contentar de sermos um povo fraco que vive sobresaltado com os acontecimentos mundiaes, temendo, pela nossa fragilidade, o sacrificio de nossa soberania.
> Nós temos todas as condições para sahirmos desse papel humilhante e perigoso de testemunha impotente para evitar os perigos que ameacem a Patria, procurando ampara nas incertezas doutrinarias do pan-americanismo. (A DEFEZA NACIONAL, 1914, p. 375).

Embora os militares que compunham o Estado-Maior do Exército evitassem se posicionar a favor de uma ou outra potência, a sua tendência era claramente germânica. A revista Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército era uma revista militar, que publicava, oficialmente, o pensamento do Estado-Maior[100]. A revista publicou, em 1911, que "[...] a paz do mundo repousa nas bayonetas alemãs [...]"[101], porém, como os jovens oficiais de "A Defeza Nacional", os militares do Estado-Maior, não confiavam a defesa do País a outras nações.

> Dessa tremenda crise européa resultará todavia um salutar exemplo e advertência para as nações militarmente fracas, mas não obstante ciosas de sua autonomia e independência; principalmente na época que atravessamos em que a noção do direito parece periclitar na observancia tradicional das praxes da guerra. O Brazil, cujas tendencias pacíficas são por demais conhecidas, conserva e alimenta com especial carinho as relações de amisade que mantem com todas as nações, sendo que cada vez mais se estreitam os respectivos laços dos povos sulamericanos por entre expressivas demonstrações de perfeita solidariedade. Mas todas ellas têm o indeclinável dever de cuidar de sua própria defesa, sob pena de commeterem um grave erro. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1916, p. 5-6).

[100] Em artigo publicado na revista "A Defeza Nacional", de 10 de outubro de 1914, o chefe do Estado-Maior do Exército, o General Faria, afirmou que a revista "[...] Boletim Mensal do Estado-Maior, é uma revista official [...]".
[101] Refere-se ao Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército (1911, p. 24).

O Ministro da Guerra (1902–1906), Francisco de Paula Argollo, observa em seu relatório anual ao Presidente da República, em 1903, as dificuldades vivenciadas pelas tropas do Exército na Amazônia pela Questão do Acre. No relatório seguinte, Argollo demonstra a sua visão ao escrever sobre o precário estado do Exército, na qual “Os successos occorridos ultimamente nas fronteiras do Amazonas vieram, mais uma vez, patentear a inillaudivel necessidade de organisar o nosso exercito.” Em poucas linhas do relatório, Argollo atesta a ingenuidade dos brasileiros por não compreenderem os perigos ao quais os territórios estavam expostos, menciona as suas desconfianças sobre os tratados internacionais e relata a duvidosa eficácia da diplomacia brasileira. Aborda também a possibilidade de invasão pelas grandes potências baseadas em jurisprudências internacionais, como a Doutrina Monroe, qualifica o Brasil como um país “fraco” e lamenta que “vivíamos tutelados” pelos mais fortes.[102] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904, p. 3-5).

> Infelizmente ainda não chegámos a compenetrar-nos dos graves perigos a que se expõe uma nação que confia a garantia do seu território e o reconhecimento dos seus direitos unicamente aos principios da jurisprudencia internacional e a eficacia das notas diplomáticas.
> Os primeiros variam segundo as circumstancias , amoldando-se aos interesses dos fortes, a quem ninguém ousa contestar a liberdade de formula-los ou interpretal-os de accordo com as suas conveniencias de occasião; as segundas são inteiramente platonicas, qualquer que seja a habilidade ou capacidade do diplomata, desde que não haja certeza de que este póde dispor de força para, em *ultima ratio*, fazer prevalecer a logica dos seus argumentos.
> [...] Os paizes fracos vivem condemnados a uma aviltante tutela dos fortes, que julgam-se com o direito de aconselhal-os, dirigil-os e mesmo, admoestal-os, transformando, de facto, em verdadeira ficção. A sua independencia e autonomia.
> Nesses paizes a fraqueza, além do desprestigio que acarreta, constitue uma fonte permanente de despeza incalculavel, p0ela facilidade com que as mais simples questões, devido á intervenção dos representantes estrangeiros, tomam um caracter internacional, dando logar a que sua liquidação importe sempre em pesado onus para o Thesouro, verdadeiras extorsões mascaradas sob o nome de idemnização. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904, p.3-4).

Segundo McCann (2009), o Ministro José Caetano de Faria foi um oficial orientado exclusivamente para a defesa externa, com a legítima preocupação em transformar o exército em força de combate com qualidade europeia. As invasões de territórios na África e Ásia, que culminaram na Grande Guerra na Europa pelas nações

[102] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra.

imperialistas, fizeram o Ministro Faria refletir sobre o despreparo do Exército Brasileiro para combater os exércitos das nações poderosas. “[...] a guerra atual deixou em evidência a necessidade que tem cada nação de ser suficientemente forte para manter a sua soberania e a inviolabilidade do seu território [...]” (McCANN, 2009, p. 240).

Os altos oficiais que comandavam o Exército viam a Amazônia indefesa. Com todas as suas riquezas, ela era um alvo provável das grandes potências que já haviam repartido a África e a Ásia, incluída entre essas potências, os próprios Estados Unidos, que estavam se expandindo globalmente em um império ultramarino. A despeito da Doutrina Monroe, no Alto Comando do Exército, havia o pesadelo das potências sentadas ao redor de uma mesa, dividindo entre si a Amazônia e o interior brasileiro pouco habitado, caso a Nação não criasse uma postura marcial com um exército moderno e poderoso (McCANN, 1982).

2.6 O poder militar brasileiro e a guerra

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, General de divisão Antônio Nicolao Falcão da Frota, em seu Relatório do Gabinete do Ministro da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, do ano de 1891, informou que o efetivo militar do Exército Brasileiro, em 1889, era composto de 24.877 praças e que, em 1890, esse efetivo diminuiu para 20.487 praças. Relatou não somente a diminuição do efetivo, mas também a falta de materiais para o serviço, a falta e a precariedade de aquartelamento para os militares, o número insuficiente de oficiais para as instruções e para as necessidades do serviço, e as dificuldades para a instituição operar com a tropa envelhecida por falta de novos contingentes[103] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1891).

O Exército de 1905, conforme escreveu um oficial de Artilharia à época, era constituído basicamente de “soldados analfabetos, estúpidos, incapazes de entender uma disciplina que não fosse a do medo e a das punições violentas” e completou: “O

[103] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1891.

nosso Exército é uma composição do obstinado com o desiludido.” (SÁ, 1905 apud McCANN, 1984, p. 749).

Em relatório de 1910, o Ministro da Guerra, José Bernardino Bormann lamentava ser “[...] impossível reorganizar o Exército com o pessoal diminuto que o Congresso tem marcado na lei de fixação de forças”. Bormann ressaltou que o efetivo do Exército somente daria para guarnecer as fronteiras do Sul e alertou ser necessário à nação ter um exército eficiente para não ter a paz perturbada por outras nações beligerantes. Bormann constata que “todo o nosso pequeno Exército não constitui uma simples divisão dos exércitos das potências militares europeias.” O General demonstrou receio de que o Exército, em 1910, não estivesse preparado para proteger o território e se opor aos “exércitos com mais de cem mil homens em luta.”[104] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1891, p. 3).

Vinte e quatro anos passados da apresentação do Relatório de Frota, o Ministro de Estado da Guerra, General de divisão, José Caetano de Faria, em 1915, apresenta o Relatório do Gabinete do Ministro da Guerra ao Presidente da República, referente ao ano de 1914, no qual verificou que o orçamento daquele ano consignou verba referente ao efetivo de 18.000 homens, o que não significou ser esse o efetivo de combatentes do Exército, pois para aquele orçamento estavam incluídos os alunos das escolas militares, os amanuenses, as companhias regionais do Acre e as forças especiais dos estabelecimentos militares. Segundo Faria, o efetivo da tropa se constituía em menos de 17.000 militares[105], ou seja, o Exército, já pequeno em 1889, diminuiu o seu efetivo em 30% em 1914, ano que irrompeu a guerra imperialista na Europa (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1915).

Farias prossegue informando que, em algumas unidades militares, faltam instrutores e que, portanto, não funcionaram naquele ano. O Ministro relata que:

> Continuar a manter um excessivo numero de unidades que não podiam se instruir, que não podiam ter efficiencia alguma, por não permitir o minguado effectivo de que dispunham, era continuar uma illusão que qualquer perturbação de ordens pública iria desfazer, como aconteceu no Paraná e Santa Catharina, para onde os batalhões marcharam quase em casco [...] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1915, p. 5).

[104] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1891.
[105] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1915.

Faria sinaliza ao Presidente da República a situação calamitosa das forças do Exército e destaca que “é evidente que, cedendo assim á força das circumstancias, faz-se um grande sacrificio que não pode durar muito tempo, pois durante elle a defeza nacional estará em crise.” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1915). E adverte ao Presidente que a tropa, caso se fizesse necessário, não poderia assegurar a integridade territorial e a paz interna.

Segundo McCann (2009), a situação do Exército em 1915 era pior do que o Ministro descreveu. No papel, o Exército Brasileiro compunha-se de dez brigadas de infantaria, quatro de cavalaria e cinco de artilharia, mas nesse ano existiam de fato apenas quatro de infantaria, três de cavalaria e duas de artilharia, cujos regimentos e batalhões contavam com efetivo menor do que o estipulado. McCann anota os comentários feitos, em 1913, pelo Embaixador britânico no Brasil sobre as deficiências do Exército nacional:

> [...] como força combatente contra um exército realmente disciplinado podemos considerá-lo *quantité négligeable*, porém é útil ao governo no jogo da ‘política’, onde, de fato, tem o papel principal como meio para assegurar o controle da classe dirigente [...] Sequer me passa pela cabeça que o Exército Brasileiro, indisciplinado, despreparado, de degenerado sangue negro, comandado por oficiais tão presunçosos quanto ignorantes, tenha a mais ínfima chance contra qualquer força combatente comum. Seria até mesmo incapaz de sair-se bem contra os 7 mil policiais militares de São Paulo, que vinham sendo treinados por uma missão militar francesa desde 1906. (McCANN, 2009, p. 227).

Nas primeiras décadas do século XX, as melhores famílias evitavam entregar os seus filhos ao Exército, pois a instituição criara uma “imagem desagradável”[106]. A tendência de a camada média e superior se expressar militarmente se dava por meio da Guarda Nacional, das Sociedades de Tiros, nas unidades de Voluntários e nos batalhões patrióticos, que surgiam nas emergências e eram de curta duração. Todas essas organizações eram compostas de civis militarizados, que exigiam obrigação temporária e que dispunham de certo grau de prestígio social, porque quase todos os participantes eram oriundos das “classes bem aceitas”, isso é, brancos, educados e

[106] Os civis tinham ojeriza ao serviço militar. Talvez a causa fosse a lembrança do recrutamento forçado durante o Império e início da República, ou a prática mais recente dos políticos oligárquicos de mandarem alistar os seus inimigos. Os brasileiros preferiam fugir ou se esconder a submeter-se a áspera vida do serviço militar. (McCANN, 2009, p. 280).

com certa estabilidade profissional e financeira. (McCANN, 1984, p. 755).

Os redatores da revista “A Defeza Nacional” eram, em sua maioria, oficiais de baixa patente e não tinham percepções diferentes sobre o corpo de recrutas. Em 1913, escreviam: “[...] Os actuaes recrutas, em sua maioria quaes naufragos, semi-mortos physica e moralmente. Carreados por uma ultima inspiração salvadora ás fileiras do exercito, acaso representam a Nação?”[107].

Segundo McCann (1984, p. 761), o 1º Tenente Leitão de Abreu lamentou, em artigo para a revista “A Defeza Nacional”, “[...] que as tropas eram o refugo da sociedade e que a economia deixava para o Exército apenas os fracassados”, dizia ainda que as tropas tinham a “aparência de abandono da polícia colonial ou da milícia provincial”. Porém, o sentimento de ineficiência alcançou os outros círculos militares. A imagem que os oficiais faziam de si mesmos estava carregada de frustração. Abreu escreveu que “[...] os oficiais estavam abaixo do padrão europeu.”

Em seu Relatório de 1915, apresentado em 1916, Faria adverte ao Presidente da República que o efetivo do Exército é insuficiente até mesmo em tempos de paz. Nos cálculos feitos pelo Ministro, o efetivo de 17.000 homens do ano de 1914 seria menor, pois a guarda das fortalezas espalhadas em território nacional exigia um efetivo de mais ou menos 2.000 homens, ficando o Exército, em 1915, conforme o relatório do Ministério da Guerra, com um efetivo de, aproximadamente, 15.000 militares e menos de 3.000 para cada uma das cinco divisões do Exército. Faria reclama da falta de efetivo, da falta de execução da Lei do serviço militar obrigatório, do armamento, da munição, do fardamento, de viaturas e da remonta. Importante destacar que todas as contestações feitas por Faria, se faziam necessárias para a defesa do território e, sempre que o texto permitiu, alertou que uma guerra entre nações imperialistas ocorria na Europa.[108] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1915).

> [...] a guerra atual deixou em evidência a necessidade que tem cada nação de ser suficientemente forte para manter a sua soberania e a inviolabilidade do seu território, e mostrou ainda que as economias feitas com a defesa nacional são pagas com juros terríveis no dia em que o inimigo, por cobiça ou por ódio, invade o solo da pátria. (FARIA, 1916 apud McCANN, 2009, p. 240).

[107] Cf. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **A Defeza Nacional**, n. 2, 10 de novembro de 1913, p. 37.
[108] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1916. Cf. Estado-Maior do Exército (1915, p. 4, 6, 9, 15).

Faria, em seu Relatório do ano de 1917, referente ao ano de 1916, alerta ao Presidente de que os estados do Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Goiás “não têm guarnição federal permanente, existindo apenas pequenos destacamentos nessas regiões.” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1917, p. 8).[109]

Segundo Faria (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1917, p. 8), “a nossa situação actual obrigou a estabelecer provisoriamente quatro baterias na nossa costa do Norte, nos portos de Fortaleza, Cabedello, Natal e Maceió.” Embora não faça menção no Relatório aos motivos para estabelecer as quatro baterias ao “Norte”, pode-se aludir que Faria instalou ali essas guarnições para defesa desses portos, caso fosse o território atacado por inimigos vindos do Atlântico Norte.

De acordo com os Cadernos do CHDD, após o Presidente ter proclamado, em 1917, o estado de guerra entre o Brasil e o Império Alemão (BRASIL, 2015) a esquadra brasileira, formando as divisões Sul, Centro e Norte, intensificou o seu trabalho de patrulhamento da costa brasileira (VINHOSA, 2015). Após a quebra da neutralidade contra a Alemanha, ficou faltando o ato normal de declaração de guerra pelo governo brasileiro para o ingresso do País na guerra europeia. Vinhosa (2015, p. 110) levanta um questionamento: “que contribuição o Brasil poderia dar como beligerante?”

Para Nilo Peçanha, Ministro das Relações Exteriores em 1917, período em que o Brasil declara guerra à Alemanha, a contribuição do Brasil na guerra “[...] seria moral, política, e econômica, ficando excluída a cooperação militar por causa da exiguidade de efetivos da Marinha e do Exército nacionais.” Pandiá Calógeras, Ministro da Fazenda durante o governo de Venceslau Brás, criticava a ausência dos soldados brasileiros nos campos de batalha e afirmava que “[...] seria uma ofensa ao país, pois lançaria dúvidas sobre o valor militar e moral de seus filhos.” (VINHOSA, 2015, p. 114, 152).

O Brasil entrou na Primeira Guerra sem intenção aparente de empregar tropas (McCANN, 1984). Conforme Mendonça, a participação do Brasil na Primeira Guerra se limitou a algumas ações de apoio. Especificamente:

[109] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1917.

> [...] abertura dos portos nacionais à Esquadra Americana, patrulhamento conjunto pelas Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos no Atlântico Sul, envio de uma divisão naval para colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana, envio de um grupo de aviadores para treinamento na Inglaterra, envio de uma comissão para observação das operações de guerra e avaliação de material bélico na Europa, além de uma missão médica em assistência à população francesa. (VINHOSA, 1990 apud MENDONÇA, 2008, p. 48).

Segundo Compagnon (2014), a participação brasileira no esforço de guerra foi muito limitada, tanto por entrar tardiamente no conflito quanto em razões das limitações do Exército Brasileiro. A ausência do Exército Brasileiro nas frentes de batalha era justificada, por Graça Aranha, em virtude do "perigo Alemão" no Sul do País e a constante ameaça que representava a Argentina para o Brasil[110], especificamente no caso de uma aliança dela com os alemães (VINHOSA, 2015).

A despeito do propalado perigo representado pelos imigrantes alemães de se organizarem em um movimento revolucionário contra o governo brasileiro, de uma associação com o império Alemão contra os nacionais ou da coordenação de um movimento de secessão para o desmembramento dos estados do Sul do País em concordância com a Alemanha, Paul Claudel, Ministro Plenipotenciário da França no Rio de Janeiro, observou, em abril de 1917, que apesar das preocupações do governo, dos intelectuais e das autoridades brasileiras, com os imigrantes germânicos, ele, Claudel, não os considerava como um "perigo", mas se ocorresse essas impensáveis eventualidades, as forças do governo federal seriam insuficientes para contê-los.

> Se o Brasil [...] persiste na neutralidade, é porque foi forçado a isso por preocupação muito grave. [...] Não se vê que outra coisa se lhe poderia impor mais seriamente do que aqui se chama 'perigo alemão', constituído pela população compacta de raça germânica que habita os três estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina [...] devo dizer que a maioria dos brasileiros a quem revelei meus receios manifesta a mais soberba confiança. Para eles, os alemães do Sul são pessoas pobres, muito simples, privadas de chefes e absolutamente incapazes de um movimento revolucionário pelo qual, aliás, não teria no momento nenhum interesse. (COMPAGNON, 2015, p. 60).

[110] A desconfiança brasileira em relação à beligerância do vizinho argentino pode ter, juntamente com os receios advindos da percepção da fragilidade das forças armadas em defender o território nacional de um ataque inimigo durante a Primeira Guerra Mundial, ativado a necessidade de reorganização e modernização do Exército. Não vamos aprofundar o estudo da temática da rivalidade militar com os argentinos por não fazer parte do escopo desse trabalho.

Mesmo com fim da Guerra, em novembro de 1918, o Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, enxergava o perigo de uma secessão interna realizada pelos colonos germânicos no Sul apoiada pelo seu país de origem ou de uma invasão externa por uma potência estrangeira.

Em seu relatório ao Presidente, apresentado 1919, escreveu que: “As populações crescentes tendem a transpor, premidas pela necessidade, as divisas de cada paiz, procurando espaço em outro para assegurarem suas subsistencias e as dos seus descendentes.”[111] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1919, p. 3).

Afirmava que os países de origem dessas populações “se digladiariam tenazmente” para garantir a existência aos seus povos, de forma autônoma, poderosos economicamente e financeiramente soberanos.”[112] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1919, p. 4).

Discorreu que o Brasil, sendo um país fértil, despovoado e fraco militarmente, encontrava-se sujeito aos perigos em meio aos embates das nações poderosas, com as suas políticas imperialistas, que levaram ao início do conflito europeu em 1914, mas para Aguiar, uma invasão não se constituía em o “maior perigo”[113]. Para Aguiar, o maior perigo era interno (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1919).

Aguiar previa uma conspiração lenta e silenciosa dos colonos, que se organizariam economicamente, industrialmente, financeiramente e criariam as bases judiciárias para o seu desenvolvimento e a sua prosperidade, envolveriam os brasileiros em suas tramas, romperiam a unidade nacional e separariam os territórios do Brasil (provavelmente Aguiar se referia aos germânicos nos estados do Sul).

> [...] no choque de seus interesses individuaes que embaraçam a acção dos bons patriotas e entravam o progresso e a marcha evolutiva da paiz, cavando fundos sulcos de odio e lançando muitas vezes desapiedadamente o desanimo nos corações mais bem formados; na ameaça constante do afrouxamento dos laços que ligam estreitamento os Estados entre si e na possibilidade de se romperem esses elos por uma inconsequencia brusca dos homens, reside incontestavelmente, o maior perigo que o Brazil tem de enfrentar. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1919, p. 4).

[111] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1919.
[112] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1919.
[113] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1919.

Sobre o receio constante de um ataque externo ao Brasil, McCann (2009, p. 214) destaca a frase do General Antonio Ilha Moreira:

> Finda a guerra europeia, vencedores e vencidos [...] não hesitarão em desenvolver a política imperialista, e a América do Sul, o Brasil principalmente, cujas riquezas antes já despertavam a cobiça de vários sindicatos, servirá de apoio à guerra conquistadora.

Os redatores da revista “A Defeza Nacional” indagavam, em um editorial do periódico, o que aconteceria se o Brasil fosse atacado: “Iríamos pedir, confusos e humilhados, que estrangeiros viessem defender nossa honra, nossos lares?”. O editorialista continua as indagações: “Seriam as nossas tropas do Rio Grande do Sul, pobremente alojadas e uniformizadas, e algumas vezes até descalças, capazes de resistir a oponente melhor treinado, equipado e calçado?” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1917, p. 281-282).

Segundo McCann (1984), no fim da Primeira Guerra, os editores de “A Defeza Nacional” compreenderam, ainda que vagamente, que o sistema político, baseado nas famílias oligárquicas, estava montado contra a reforma e fortalecimento do Exército, porque tal reforma poderia por em risco o próprio sistema político. Os Estados desejavam um governo federal fraco. Ao final, eles concluíram que, para o Exército se modernizar, tanto a sociedade brasileira quanto o sistema político teriam que mudar.

Após serem noticiados sobre a declaração do estado de guerra entre o Brasil e o império da Alemanha, funcionários do governo brasileiro, militares, franceses, americanos e ingleses começaram a especular sobre a participação do Brasil no conflito. A imprensa americana noticiou que o Exército Brasileiro tinha uma reserva de mais 500 mil homens. O Ministro do corpo diplomático brasileiro em Londres, Antônio Vicente da Fontoura Xavier escreveu um artigo para um jornal inglês de grande circulação relatando que, na guerra, o Brasil tinha a possibilidade de resolver os problemas com alimentos para os Aliados e de levar 500 mil homens para o *front* de guerra (VINHOSA, 2015).

Calógeras enviou um relatório ao Presidente Venceslau Brás no qual dizia haver a perspectiva de que, com a cooperação brasileira nos combates, o Exército e a Marinha seriam totalmente aparelhados pelos Aliados, sem custos para o Brasil, pois

“Como o Brasil, segundo Calógeras, tinha possibilidades de desempenhar importante função do ponto de vista militar no conflito, seria altamente vantajoso para as potências aliadas financiá-lo.” (VINHOSA, 2015, p. 119). Calógeras estimou ser possível o Brasil compor uma força militar de 120 mil a 150 mil homens (ARARIPE, 1960 apud MENDONÇA, 2008).

A respeito das notícias alardeadas nos jornais europeus, americanos e nos meios diplomáticos, o major Malan D’Angrogne, adido militar na França, ponderou “[...] refiro-me incidentemente à indiferença com que foi recebida a entrada do Brasil na guerra. Ninguém se ilude com o concurso que podemos prestar: por enquanto, sob o ponto de vista militar, é nulo”. O Coronel Tasso Fragoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República, dizia não saber a razão destas especulações, foi mais impiedoso nas previsões e vaticinando: “[...] não irá à França um único soldado do Brasil.” (ARARIPE, 1960 apud MENDONÇA, 2008, p. 49).

O Embaixador norte-americano, Edwin V. Morgan, e o Ministro Plenipotenciário inglês, Arthur Robert Peel, tinham opiniões similares às de Malan D’Angrogne e Tasso Fragoso. Os americanos acreditavam que o principal serviço que o Brasil poderia prestar aos Aliados seria a abertura dos seus portos para serem usados por eles e a permissão de estabelecimento de bases em pontos convenientes para os Aliados ao longo da sua costa, porém, admitia que a grande contribuição do Brasil fosse o apoio moral (VINHOSA, 2015).

A concepção dos ingleses sobre a participação do Brasil na guerra variava entre pouco e nula. Para o Ministério da Guerra Inglês, a cooperação efetiva do Brasil como beligerante seria que as exportações de produtos sul-americanos, especialmente de antimônio e de outros minerais raros, embarcados em portos brasileiros poderiam ser mais controladas do que estavam. O almirantado inglês também se manifestou sobre a possibilidade de beligerância do Brasil mais ou menos nos mesmos termos do Ministério da Guerra Inglês, com a ressalva daquele almirantado de que seria “preferível que Brasil não entrasse em guerra com as potências centrais.” (VINHOSA, 2015, p.116).

Em relação aos planos de aparelhamento das forças armadas nacionais custeados pelos Aliados, alardeados por Calógeras, a Inglaterra respondeu que: “[...]

seria indesejável assumir novos compromissos com financiamentos com os Aliados, mormente em casos como o do Brasil". (VINHOSA, 2015, p. 115).

Sobre o envio de centenas de milhares de militares brasileiros ao *front* europeu, a resposta do Ministro Pell a Nilo Peçanha foi: "O transporte de soldados brasileiros para o teatro de guerra na Europa e sua manutenção não era de maneira nenhuma possível em virtude da escassez de navios." (VINHOSA, 2015, p. 115). A realidade é que a administração inglesa relegava o Brasil a um segundo plano e não lhes dava qualquer atenção especial.

Os "Jovens Turcos" da publicação "A Defeza Nacional", em 1916, em editorial, conclamaram os militares e brasileiros a saírem da ilusão e acordar para a realidade. Ironicamente escreveram: "A cada passo a Europa curva-se ante o Brazil e as aguias brazileiras deixam o mundo inteiro deslumbrado com as scintillações divinas do immensuravel talento." (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1916, p. 273).

McCann (2009, p. 246), comentando a ironia dos editores explica que "[...] a Europa não estava deslumbrada com os feitos de Rui Barbosa ou Santos Dumont.". Atribuiu a visão que os brasileiros tinham de si mesmos ao estilo imodesto da imprensa brasileira, que era autoilusivo, e completa a fala dos editores. "O povo não deve ser enganado para manter-se em cega presunção."

Aparentemente, o Ministro Pandiá Calógeras estava entre os iludidos com a condição bélica brasileira. O Ministro começa a se exasperar quando percebe que as forças armadas nacionais não têm condições de cumprir com os compromissos tratados até aquele momento entre os países Aliados.

O caso em que Calógeras demonstra a sua maior exasperação, quanto à situação das forças armadas brasileiras, se deu quando um diplomata brasileiro, na Europa, ofereceu uma divisão naval para colaborar com os esforços de guerra aliados nos mares europeus (VINHOSA, 2015) e a Marinha, a despeito das formalidades diplomáticas e governamentais, não conseguiu cumprir o exíguo prazo de dez dias para a sua preparação para a guerra.

> O governo atual [...] assumiu a tremenda responsabilidade, em plena guerra, de preparar nosso Exército para intervir na batalha [...] Pois bem, tal compromisso faliu miseravelmente. [...] De preparo profissional só se cogita em discursos vazios [...] Em entrevista não contestada declarou o Ministro da Marinha que, "dada a ordem de mobilização, em uma hora a Esquadra, pronta e com todos os sobressalentes precisos, poderia puxar fogos e sair barra afora no desempenho de sua missão". Há disso já oito meses e ela ainda permanecia, a poucos dias, em portos brasileiros, impossibilitada de se mover. (CALÓGERAS, 1933 apud MENDONÇA, 2008, p. 49).

Os navios da Divisão Naval da Marinha Brasileira, em termos de poder de fogo para aqueles combates, demonstraram-se uma nulidade. Segundo Vinhosa (2015, p.164), "todos os navios componentes da Divisão Naval haviam sido construídos antes de 1910, o que significa que em 1918 [...] Eram embarcações superadas, sem organização necessária e completamente despreparadas para a guerra."

"A Divisão Naval era totalmente inútil na guerra submarina, o combustível usado (carvão) estava ultrapassado e, ainda assim, era escasso. As munições eram do período anterior à guerra." (VINHOSA, 2015, p. 165). Uma testemunha da preparação da Divisão Naval em Operações de Guerra assim resumiu a questão.

> Organizada que foi a divisão [...] o almirante iniciou a fase preparatória para por os navios em estado de navegar e suportar as longas travessias que se anunciavam até a base que lhes havia sido designada: Gibraltar. Começou para ele, que arcava com a responsabilidade imensa de conduzir a bom termo esta espinhosa missão, um verdadeiro calvário: tudo eram dificuldades; não havia nos arsenais o material preciso para os reparos de urgência que se faziam necessários; o regime de economia se antepunha a todas as necessidades que surgiam e que era preciso sanar sem gastar e sem pedir [...] (VINHOSA, 2015, p. 165).

Almeida (2007) escreve interessante artigo em que analisa, em geral, a situação da Armada Brasileira e, em particular, a Divisão Naval que foi montada para auxiliar a Inglaterra por ocasião da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em outubro de 1917. O autor explica que com a impossibilidade e a relutância do Exército em enviar tropas nacionais para o teatro de guerra europeu todo o esforço de participação militar brasileira no conflito recaiu sobre a Marinha de Guerra.

Em 1917, a Marinha de Guerra contava com três divisões navais[114]: Divisão

[114] Conforme Almeida (2007, p. 10), um navio de guerra era todo o navio destinado ao serviço militar naval de uma nação, sendo o conjunto de navios chamado de Armada. Uma força naval era uma reunião

Naval do Norte, do Centro e do Sul. Essas divisões navais eram as responsáveis pelo patrulhamento do litoral brasileiro e da bacia do Rio Amazonas. As divisões navais contavam com navios construídos entre o final do século XIX e início do XX, sendo que em 1917 eles já estavam defasados em relação às armadas dos países beligerantes.

À época em estudo, os navios de guerra eram classificados em quatro classes, dos mais pesados e com mais poder de fogo para os mais leves e com menos poder de combate. Os navios de 1ª classe, os mais poderosos, pesavam entre 7 a 8 mil toneladas e os de 4ª classe eram todos os navios abaixo de mil toneladas (ALMEIDA, 2007). As três divisões navais brasileiras contavam com 21 navios de guerra, que além de defasados para aqueles combates que se desenhavam, ainda estavam obsoletos ou inoperantes.

Segundo Almeida (2007), os navios de guerra do Brasil que comporiam a Divisão Naval em Operações de Guerra foram retirados das divisões responsáveis pelo patrulhamento da costa brasileira, destes apenas seis, caso necessitasse, podiam combater com alguma eficiência.

Todavia, a Marinha de Guerra não padecia somente com a obsolescência dos seus navios. Havia outras dificuldades que pareciam irremediáveis, apesar de o comando da Marinha e o seu Estado-Maior terem tentado superar. Conforme Almeida (2007): os navios brasileiros não estavam equipados para travarem a guerra submarina contra os alemães; os navios mais poderosos da Divisão Naval em Operações de Guerra eram impotentes contra a tecnologia mais avançada das naves dos adversários germânicos; os militares embarcados não estavam preparados eficazmente para operarem os instrumentos e as máquinas dos navios, que traziam as orientações em seus manuais na língua inglesa, que era desconhecida por quase a totalidade da tripulação; a falta de carvão de boa qualidade (e a dificuldade para adquiri-lo) tornava quase que impossível a correta alimentação das caldeiras; e os problemas constantes das caldeiras e condensadores foram motivos que diminuíram a eficiência e a confiabilidade dos navios.

Apesar das dificuldades enfrentadas e tendo conseguido partir para a missão,

---

de navios de guerra em operações, ao passo que um esquadrão era parte de uma força naval composta de duas ou mais divisões, congregando três ou mais navios.

com oito meses de atraso, por falhas no serviço médico, irrompeu entre as guarnições dos oito navios da divisão uma epidemia de “gripe espanhola” que matou aproximadamente dez por cento dos 1.515 que embarcaram e incapacitou outros trezentos para a missão (VINHOSA, 2015).

Depois de promover o “combate das toninhas”[115], de abrir fogo contra um navio de guerra norte-americano, de atrasar 24 horas para o encontro com o encouraçado inglês *Britânia*, para entrarem juntos em Gibraltar e, no ponto de encontro, o *Britânia* haver sido posto a pique por um submarino alemão, a Divisão Naval conseguiu chegar ao porto de Gibraltar em 10 de novembro de 1918. A guerra encerrou-se, oficialmente, em 11 de novembro daquele ano. Apesar de não participar do conflito, a Divisão Naval visitou portos na Inglaterra, na França e na Itália, e ao regressar ao Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1919, foram recebidos com grandes manifestações populares de carinho e admiração (VINHOSA, 2015).

Foi enviada para a França, em fevereiro de 1918, uma missão militar, composta por vinte e oito oficiais do Exército, que tinha o objetivo de estudar as inovações tecnológicas ocorridas nos equipamentos bélicos durante o conflito, comprar os materiais convenientes e colher ensinamentos que pudessem ter aplicação ao Exército Brasileiro (RODRIGUES, F., 2008).

Essa equipe foi denominada “Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França” e alguns dos oficias ficaram à disposição do Exército Aliado e foram autorizados a servir em qualquer ponto de combate (VINHOSA, 2015, p. 169). Segundo Fernando Rodrigues (2008), esse primeiro contato despertou nos oficiais brasileiros interesses pela Missão Militar Francesa.

Entre os militares que integraram a comissão brasileira na França estava o Major Tertuliano de Albuquerque Potiguara, que teve atuação decisiva na Guerra do Contestado, no cerco de Santa Maria. Na França, em outubro de 1918, Potiguara, voluntariamente, lutou junto às forças daquele país, em meio a um grupo de elite, integrando o 70º Batalhão de Caçadores francês, no ataque a St. Quentin. Ele foi ferido e continuou combatendo até que a vitória francesa estivesse garantida. Por esse ato de

[115] O Cruzador Bahia abriu fogo contra um cardume de toninhas, acreditando se tratar de um submarino alemão. (VINHOSA, 2015, p. 169).

bravura, foi condecorado pelo Exército francês com a Cruz de Guerra e Palma do Governo Francês, Legião de Honra da França e a Cruz de Campanha. Foi o único militar brasileiro a ser promovido duas vezes por ato de bravura, uma no Contestado e outra na guerra da França.[116]

O Brasil enviou ainda um grupo de dez aviadores para treinamento e combate na Inglaterra. As autoridades inglesas entenderam que os pilotos brasileiros foram para se instruir, o governo brasileiro insistiu que eles foram para combater. Para lá seguiram nove aviadores navais[117]. Durante o treinamento dos aviadores, ocorreram dois acidentes por erros dos alunos, sendo que um dos acidentes vitimou o piloto brasileiro e um piloto inglês. A participação da aviação brasileira na guerra compreendeu quatro fases: inicialmente, teve-se instrução básica de voo; seguiu-se o treinamento em patrulha de curto alcance; depois, treinaram missões de bombardeio em patrulha; por fim, os aviadores foram integrados ao 10º Grupo de Operações em Guerra da Royal Air Force, em Plymouth (MENDONÇA, 2008; VINHOSA, 2015).

A contribuição mais importante dada aos Aliados pelo Brasil foi o envio de uma missão médica militar à França, em maio de 1918, para dar assistência médica ao povo francês[118]. Segundo Vinhosa (2015), foi um ato difícil de ser explicado, principalmente por causa da própria crise na saúde pública no País. Foi instalado, em Paris, o Hospital Brasileiro, um moderno centro hospitalar com a melhor clínica cirúrgica que se poderia pretender à época, com 300 leitos, 100 médicos, enfermeiras, estudantes de medicina e com a guarda sendo feita por soldados brasileiros. Os gastos dessa missão foram totalmente custeados pelo governo brasileiro. Em agosto de 1919, apesar de diversos protestos, o governo mandou os médicos militares retornarem ao Brasil e doou a instalação e os materiais que dela faziam parte para a Escola de Medicina da Universidade de Paris.

Com o fim da guerra, alguns autores consideraram a participação do Brasil nula, e que “só teoricamente tomou parte da guerra [...] outros consideraram que o Brasil, mesmo de forma limitada, desempenhou uma função significativa entre os Aliados.”

[116] Cf. Estado-Maior do Exército. Arquivo Histórico do Exército, Fé-de-Ofício nº XX-34-02.
[117] Compagnon (2014, p. 17) anota que foram treze os pilotos enviados à Inglaterra.

(VINHOSA, 2015, p. 175).

Apesar de ter tido uma atuação militar inexpressiva, o Brasil foi o único país da América do Sul a participar da guerra europeia. Experimentou a desilusão com a civilização europeia, desconstruindo aquele modelo civilizador (COMPAGNON, 2014), e construiu um novo modelo representado pelos estadunidenses. Com isso, definiu a consolidação da política externa voltada para os Estados Unidos e se aliando aos seus preceitos doutrinários (PEREIRA, 2012).

[118] O Envio da Missão Médica atendeu ao pedido do ministro Paul Claudel, da legação francesa no Brasil. Em 18 de junho de 1918, em nota ao ministro das Relações Exteriores Nilo Peçanha, Claudel, solicita uma missão médica brasileira em Paris. (BRUM, 2014, p. 308).

3 O EXÉRCITO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

3.1 Transformações, reorganizações e modernizações

A proposta deste capítulo é analisar o Exército Brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX, o seu processo de reorganização frente ao contexto político nacional e internacional e a sua trajetória de modernização de 1905 a 1920. Entendemos ser essa uma tarefa árdua. O escopo inicial desta dissertação é debater sobre a principal motivação para ideia, no início do século XX, que seria necessário modernizar, reorganizar e transformar o Exército. Essa onda transformadora culminou com a chegada da Missão Francesa ao Brasil. Os estudos existentes apontam para duas vertentes como agentes motivadores destas modernizações[119]: A Guerra do Contestado ou a Grande Guerra. Rogério Rodrigues (2008) e McCann (2009) apontam que um fato apoiou o outro, porém com a predominância de importância de um sobre o outro, seja a guerra no Contestado, seja a guerra europeia.

Propõe-se, para melhor desenvolvimento do capítulo, o aprofundamento do debate em torno dos conceitos “modernização”, “transformação” e “reorganização”, pois percebemos que os poucos estudos que existem sobre as transformações do Exército tratam esses termos como sinônimos, de forma vaga e sem precisão, dificultando o entendimento do tema.

> [...] as Forças Armadas de diferentes países sul-americanos começaram a desenvolver processos de **modernização**, baseados fundamentalmente na aquisição de novos sistemas de armas que foram incorporados a suas respectivas forças e nas estratégias adotadas para enfrentar novos cenários internos e externos. Os exércitos, em particular, passaram de simples **modernizações** a estágios superiores de mudanças de uma maior complexidade que foram denominadas de **transformações**. Estas transformações, que na prática foram traduzidas em mudanças orgânicas, de

[119] Para os estudos da Guerra do Contestado como agente motivador das transformações e modernizações do Exército, no início do século XX, apontamos a tese “Veredas de um grande sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro” (RODRIGUES, R., 2008) e para a Primeira Guerra Mundial como o agente motivador para essas transformações e modernizações o livro Soldado da Pátria: história do Exército Brasileiro - 1889-1937 (McCANN, 2009).

> estrutura e de doutrina, permitiram a incorporação de novos conceitos que influíram e orientaram, em grande parte, as mudanças ou **transformações** indicadas. (GUSMÁN, 2013, p. 17, grifo nosso).

Serão utilizados, principalmente, os artigos “Os três pilares de uma transformação militar” (COVARRUBIAS, 2007) e “Nuevas amenazas y transformación de la defensa: el caso de latinoamérica”[120], de Covarrubias[121] para nortear o entendimento desses conceitos. Observa-se que Covarrubias (2007) estuda e define esses conceitos a partir do referencial militar norte-americano no artigo intitulado “Os Três Pilares de uma Transformação Militar”. O texto analisa a transformação das Forças Armadas norte-americanas sob a administração do Presidente George W. Bush e do ex-Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, partindo do recorte temporal da Guerra Fria e estendendo os estudos para os exércitos latino-americanos conforme as especificidades de cada instituição e país. As definições teóricas do autor poderão ser utilizadas para essa dissertação por entendermos que podem ser aplicadas ao Exército Brasileiro do início do século XX[122].

Covarrubias (2007) entende que o problema da transformação dos exércitos começa com o exato entendimento do termo a ser empregado, pois “para os que têm uma visão mais política os conceitos de reformar, modernizar ou transformar são sinônimos, enquanto que para os especialistas são absolutamente diferentes.” Para o autor, esses desentendimentos são absolutamente normais quando se define o discurso político até o processo técnico com mais profundidade, particularmente nas sociedades onde os segmentos militar e o político, como se entende que é o caso brasileiro do início do século XX, estavam distanciados e em muitos casos havia intensas diferenças de pontos de vista.

Segundo Covarrubias (2007), para começar qualquer mudança nas organizações militares, é fundamental saber como a instituição se compõe e quais são as suas bases

---

[120] COVARRUBIAS, J. G. **Nuevas amenazas y transformación de la defensa**: el caso de latinoamérica. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado (UNED). Disponível em: <http://iugm.es/uploads/tx_iugm/Transformacion_castellano_.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[121] As teorias do autor fundamentam o Plano de Trabalho do Exército Brasileiro 2015/2035, que resultou no documento “Processo de Transformação do Exército”, produzido pelo Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[122] Ao decorrer do texto será explicado porque considero compatível comparar os dois casos tão afastados no tempo.

de apoio. Um dos problemas é a falta de compreensão dos fenômenos que envolvem o Exército. Essa falta de compreensão é maior nos segmentos políticos, dado o seu distanciamento das coisas e dos pensamentos militares. Para superar essa questão, é fundamental compreender que o Exército foi criado para cumprir a tarefa que a sociedade lhe legou, que o Estado lhe dotou com uma estrutura jurídica para garantir as legalidades das ações da instituição e que esse Estado lhe proporciona certas capacidades e meios para que cumpram as suas obrigações constitucionais, sempre de acordo com a estrutura jurídica vigente naquele momento histórico.

Estes componentes: composição, base de apoio, organização jurídica, missão e obrigações constitucionais atuam entre si e, ao serem modificados, influenciam os outros componentes. Portanto, as opções de reorganizar, modernizar ou transformar estão profundamente ligadas ao alcance do que se necessita realizar. Outro problema se encontra na necessidade de um modelo de estudo para compreender os componentes essenciais que envolvem as forças militares (COVARRUBIAS, 2007).

A evolução das Forças Armadas é comum e está ligada à sua dependência tecnológica. Desde as primeiras armas pré-históricas até as armas mais avançadas, os exércitos, necessariamente, têm que evoluir assim como a população e os seus componentes também evoluem.

Nesse sentido:

> [...] é impossível pensar num dispositivo militar estático sem evolução. Isso significaria que os exércitos atuais tornar-se-iam organizações primitivas. Da mesma forma, o mesmo tem acontecido com a sociedade global onde os avanços e mudanças se constituem em rotinas. Consequentemente, a tecnologia tem tido um grande impacto nos campos estratégico e tático. Dessa forma, se produz uma cadeia de circunstâncias que iria provocar impactos e algumas mudanças necessárias. (COVARRUBIAS, 2007, p. 17).

Todos os países na América Latina também têm tido seus respectivos processos de desenvolvimento. Não necessariamente adotam algum título ou nome específico que poderia comprometer a sua substância ou independência. São processos chamados comumente de “modernização” que levam a cabo a reestruturação do dispositivo militar (COVARRUBIAS, 2007). Porém, percebe-se que, para este autor, não se pode igualar “transformação” com os outros conceitos, pois:

> Transformación no es sólo tecnología (modernización) sino que también es cambio en la doctrina y estructura de las fuerzas, no es sólo mejorar las formas de combatir sino que también es desarrollar nuevas formasde combatir, No se trata de reemplazar toda la estructura militar existente sino que combinar lo emergente con lo existente.[123]

Segundo Covarrubias, os três conceitos diferem entre si e cada um tem um alcance. Estes conceitos são: adaptação, que consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo com as tarefas previstas; modernização, que é a otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma e a transformação, que é o desenvolvimento das novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. “A **transformação implica** em **mudanças muito mais radicais** já que envolve **mudanças nas missões** e tem um **alcance não somente técnico, mas também político e envolve toda a sociedade**.” (COVARRUBIAS, 2007, p. 18, grifo nosso).

Entende-se que, apesar da possibilidade da representação dos conceitos por um “triângulo”, pois segundo o autor, “Adaptación, Modernización y Transformación son etapas de un mismo proceso, que básicamente está dividido en corto mediano y largo plazo”[124], a “transformação” tem um alcance mais profundo e não se pode estabelecer relação de igualdade entre os outros dois. “O que está claro, mais do que digressões complexas, que ‘transformar’ é uma reforma profunda e representa uma quebra no *status quo*. É mudar a orientação. Em suma, é empreender um novo caminho.” (COVARRUBIAS, 2007, p. 21).

> Se entiende por Transformación al proceso que se anticipa a los cambios naturales en asuntos de competencia militar y cooperación a través de una combinación de conceptos, capacidades, individuos y organizaciones explotando las ventajas de la nación y protegiéndose de las vulnerabilidades asimétricas y finalmente la necesidad de “sustentar la posición estratégica.[125]

Para Covarrubias, a necessidade de transformação no setor de defesa de um país ocorre quando surgem novas ameaças que não podem ser combatidas pelas

---

[123] COVARRUBIAS, J.G. **Nuevas amenazas y transformación de la defensa**: el caso de latinoamérica. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado (UNED). Disponível em: <http://iugm.es/uploads/tx_iugm/Transformacion_castellano_.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016. p. 8.
[124] Idem, p. 7.
[125] Idem, p. 4.

formas tradicionais operadas pelo antigo sistema defensivo. A partir do momento que essas ameaças são detectadas, há de se desenvolver novas capacidades necessárias para enfrentá-las.[126] Transformar transcende o significado de adaptar ou modernizar. Transformar não consiste em fazer mais do mesmo. Transformação é um processo de longo prazo, que consiste em desenvolver capacidades necessárias para cumprir missões ou desempenhar funções novas em combate.

Guzmán (2013) se propõe a analisar a premissa “transformação” de Covarrubias em harmonia com as proposições de Clausewitz, uma vez que diversos dos seus postulados sobre o processo de transformação prevalecem até hoje.

Para Ferezin (2013), considerando a influência de Clausewitz e da escola militar germânica sobre os integrantes do Exército Brasileiro no início do século XX será oportuno desenvolver esse argumento nessa dissertação, pois, segundo Hobsbawm, “a Alemanha era, incontestavelmente, um gigante em ciência e erudição, em tecnologia e desenvolvimento econômico, em civilidade, cultura e artes, e não menos em poder.” (HOBSBAWM, 2009).

Gusmán (2013) afirma que Covarrubias se baseia em três fatores para explicar uma transformação militar: a natureza dos exércitos (ou forças armadas); o ato jurídico-legal; e a capacidade operacional para o cumprimento das missões. Enquanto que a tríade na qual Clausewitz se apoia para explicar o fenômeno da guerra são: o povo, o governo e o exército. Nas duas concepções, os governos se fazem presentes na direção dos exércitos por meio das regulações jurídico-legais, o que está em consonância com Hobsbawm, pois “os assuntos militares sempre foram interesse especial dos governos, desde que assumiram a direção de exércitos permanentes.” (HOBSBAWM, 1995, p. 42).

Para Clausewitz, é o governo que, por meio da política, tem a premissa de decidir quando se deve fazer a guerra, contra quem, bem como mantê-la ou terminá-la. O governo é responsável politicamente pela direção da guerra e os militares são os responsáveis pela condução estratégica das batalhas, se o nível político transcende no tempo, o estratégico ceifa vidas antes ou durante o conflito. Então, cabe ao governo os

[126] COVARRUBIAS, J.G. **Nuevas amenazas y transformación de la defensa**: el caso de latinoamérica. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado (UNED). Disponível em: <http://iugm.es/uploads/tx_iugm/Transformacion_castellano_.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016, p. 1.

meios necessários para manter a força operacional em tempos de paz e ao militar cabe conduzir o seu emprego e a sua operacionalização em tempo de guerra. Para Clausewitz, a vitória em guerras repousa principalmente na diplomacia, enquanto a tecnologia tem uma importância menor. Considerando a velocidade das inovações tecnológicas à sua época, é compreensível que, para Clausewitz, a tática e a estratégia, assim como o adestramento da tropa, eram suficientes para vencer as batalhas ou guerras, já que os avanços eram em sua maioria de índole tática (GUSMÁN, 2013).

Para Covarrubias, isso se inverteu. A tecnologia da guerra passa a ter avanços de amplo alcance e de curta duração, em que:

> [...] as mudanças são tão rápidas, que a adaptação, modernização ou transformação das forças armadas deverá ser uma atividade permanente e não resultante de planos adotados periodicamente que quando alcançam os objetivos planejados podem estar obsoletos mais uma vez. (COVARRUBIAS, 2007, p. 24).

Com a velocidade dos avanços tecnológicos, torna-se primordial a constante evolução das forças armadas e “consequentemente, a tecnologia têm tido um grande impacto nos campos estratégico e tático.” (COVARRUBIAS, 2007, p. 17). Produz-se, então, uma sequência de fatos e circunstâncias que tem impacto na tática e, por sua vez, na estratégia a ser empregada, que vão impactando as instituições e as obrigando às contínuas alterações.

A representação do conceito de “transformação” é consubstanciada pelo ordenamento jurídico, em que as leis, os decretos e as políticas de Estado normatizam o desempenho dos exércitos e fundamentam as transformações. A política (governantes) continua tendo a primazia para discutir as demandas que orientam os processos de transformações e definem os objetivos a serem alcançados. É à estratégia (os militares) que cabe definir quais as capacidades devem ser desenvolvidas, mantidas ou suprimidas. Para alcançar tais objetivos, deve haver uma estreita interação entre a política e a estratégia, que possibilite alcançar os objetivos determinados (GUSMÁN, 2013).

Para vencer as guerras, a tecnologia desempenha papel preponderante na teoria de Covarrubias, função que era atribuída aos militares na teoria de Clausewitz

(GUSMÁN, 2013). Como consequência, a transformação está ligada à estratégia e, por dedução, tem um alinhamento com uma política determinada a esse fim. Não se compreende uma estratégia de transformação se não estiver esboçada e implementada desde a paz e que seja coerente com determinado objetivo político, elaborado em tempos de paz, com o propósito de ganhar a guerra.

Segundo Guzmán (2013), as teorias de Clausewitz e Covarrubias são concorrentes em sua concepção última: a guerra é a continuação da política por outros meios. O autor conclui que "como consequência, encontramos os dois primeiros elementos da transformação que coincidem: o governo (Clausewitz) e a norma jurídica (García Covarrubias), [...] e o Exército (Clausewitz) e as capacidades (García Covarrubias)." (GUSMÁN, 2013, p. 27).

Atualmente, o Exército Brasileiro utiliza os conceitos teóricos "adaptação", "modernização" e "transformação" sugeridos por Covarrubias para projetar o futuro da instituição. O Livro Branco de Defesa Nacional preconiza que:

> Para atender às demandas estratégicas, constatou-se a necessidade de que o Exército não apenas se adapte e modernize, mas adote o conceito de transformação. Transformação significa desenvolver capacidades diferenciadas para cumprir novas funções, sejam elas decorrentes do atual ambiente operacional, ou funções ainda não identificadas. (BRASIL, 2012, p. 124-125).

Conforme o documento "Processo de Transformação do Exército", produzido em 2014 pelo Estado-Maior do Exército, o conceito de "transformação" surgiu na década de 1970 e combina com "dinâmica do progresso gradual e com a necessidade de, periodicamente, se romper paradigmas na busca da plena capacidade de superar oponentes e cumprir missões."[127]

Para o Estado-Maior do Exército, a modernização incide sobre as estruturas físicas da Força, trazendo-a do passado para o presente; já a transformação altera as concepções, projetando a Força para o futuro. Ao adaptar os preceitos de Covarrubias, o Estado-Maior concorda com o autor em seus termos e denomina as influências alemã e francesa, ocorridas durante as primeiras décadas do século XX, como "ciclos de

[127] Trata-se do documento "Processo de Transformação do Exército", produzido pelo Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

evolução” do Exército Brasileiro.

> Em nosso Exército, a continuada carência de recursos impôs o surgimento de uma cultura que atribui alta relevância à capacidade de adaptação, para ajustar as estruturas e procedimentos existentes, com a finalidade de continuar cumprindo as tarefas previstas. Na tentativa de amenizar essa situação, uma das aspirações legítimas da Força, comum a todos os níveis decisórios, tornou-se a busca pela modernização, para otimizar as capacidades operacionais com base em novos equipamentos e procedimentos. Contudo, no cenário atualmente vivido pelo Exército, e para o futuro próximo, a adaptação e a modernização não proporcionam todas as respostas para as demandas operacionais que se apresentam, pois partem do pressuposto que as atuais formas de atuação são adequadas. A solução para a necessidade de manter o preparo e o emprego do Exército à frente dos novos desafios é, então, encontrada no conceito de transformação, pois exige o desenvolvimento das novas capacidades para cumprir novas missões.[128]

Na atualidade, o Estado-Maior entende que o conceito “reorganização” (nova organização) está incluído dentro do processo de transformação das estruturas orgânicas militares.

No início do século, foi publicada a Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908. No Título IX, o Artigo 105 trata “Da Reorganização do Exército” nos seguintes termos: “Para o cumprimento do disposto nos artigos anteriores, o exército será organizado sobre as seguintes bases: 1. O exército permanente constará: a) das forças de 1ª linha ou exercito activo e sua reserva; b) das forças de 2ª e sua reserva.” (BRASIL, 1908, p.26-27).

Percebe-se que a “reorganização” do Exército está embutida no artigo 105, da Lei nº 1860, e não significa que todos os artigos da Lei nº 1860 tratam da nova organização da Força. O texto do Estado-Maior (2014) exemplifica o significado da “reorganização” da seguinte maneira:

> A partir de 1971 uma nova organização foi implantada na Força, com a transformação das divisões de infantaria em divisões de exército, das divisões de cavalaria e da divisão blindada em brigadas de cavalaria mecanizada e blindada; e das infantarias divisionárias em brigadas de infantaria motorizada e blindada. Nos dois anos seguintes, 18 regimentos de infantaria foram transformados em 25 batalhões de infantaria motorizados e blindados, foram criados cinco batalhões de infantaria de selva e, também, por transformação,

[128] Trata-se do documento “Processo de Transformação do Exército”, produzido pelo Estado-Maior do Exército, p. 8-9. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

> três batalhões de infantaria paraquedista. Ainda neste mesmo período, 16 regimentos de cavalaria foram transformados em oito regimentos de cavalaria mecanizados, três de cavalaria blindados e cinco de carros-de-combate. A artilharia passou por grandes transformações com a criação, a partir de antigos regimentos, de grupos de artilharia de campanha e autopropulsados, além da criação e reorganização de grupos de artilharia antiaérea.[129]

Entende-se que o termo “organização” ou “reorganização” não tem, em termos militares, o mesmo entendimento para as palavras no mundo civil, onde os mesmos são sinônimos. Enquanto que para o Glossário das Forças Armadas, os termos “organização” ou “reorganização” derivam do substantivo “orgânico” que significa “unidade ou elemento pertencente a uma organização de modo permanente, sendo por ela controlado e administrado.”[130] Uma unidade militar é uma organização que integra a estrutura operacional ou administrativa do Exército. As unidades militares também podem ser denominadas como “unidades orgânicas” ou “corpos militares”, mas comumente as unidades são conhecidas como “organizações militares”. Nesse sentido, a “organização” advém de um órgão e não à ação ou ao resultado de se organizar.

A redação do Regulamento de Administração do Exército (RAE) dá o seguinte significado para as unidades militares: “Art. 9º Organização Militar (OM) é toda organização do Exército que possua denominação oficial e Quadro de Organização (QO) ao Quadro de Lotação de Pessoal Militar (QLPM), com respectivo Quadro de Distribuição de Efetivos (QDE).”[131] Dessa forma, uma “reorganização do Exército” feita pelo governo poderá transformar, criar, extinguir, alterar ou organizar os Grandes Comandos Administrativos, as Divisões de Exército, as Brigadas e as diversas unidades militares enquadradas em sua área de responsabilidade. Covarrubias define como “adaptações” as reorganizações que consistem em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo com as tarefas previstas.

O *Diccionário Téchinico Militar de Terra* define o termo “organização” da seguinte forma: “Estado de um corpo organizado, conjuncto de partes que o constituem e que regem suas acções; modo pelo qual uma instituição, um serviço está organizado.”

---

[129] Trata-se do documento “Processo de Transformação do Exército”, produzido pelo Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016, p. 10.
[130] Idem, p. 187.
[131] Trata-se do Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3), 1990. p. 5. Disponível em: <http://bibliotecamilitar.com.br/wp-content/uploads/2016/02/rae.pdf>. Acesso em: 23 jul 2016.

(ALBUQUERQUE, 1911, p. 281). O *Diccionário Téchinico Militar de Terra* não tem os significados para os verbetes “transformação”, “modernização” e “adaptação”.

Conforme o Glossário das Forças Armadas[132] para termos militares, a “reforma”, é uma “atividade da função logística da engenharia que consiste nos trabalhos para melhorar a eficiência de um recurso físico já existente, sem aumentar-lhe a capacidade física.”[133] Enquanto para o verbete “modernização” o glossário traz o seguinte significado: “1. Modificação introduzida no material ou sistema, ou sua total substituição, com a finalidade de atualizá-lo e readequá-lo às necessidades operacionais. 2. Atividade de pesquisa e desenvolvimento que incorpora melhoramentos tecnológicos a material, em fase de utilização, objetivando um melhor desempenho operacional.”[134] Os termos “transformação” e “organização” ou “reorganização” não foram encontrados no glossário[135].

O termo “modernizar”, para o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, significa: “Fazer mudanças em ou organizar (-se), utilizando sistemas, métodos, mecanismos ou equipamentos modernos.” Para “transformar”, o dicionário apresenta os seguintes significados: “1. Fazer adquirir ou adquirir novo aspecto, nova forma, novo caráter”; e “2. Fazer mudar ou mudar de uma condição a outra.” O termo “Organização”, segundo o mesmo dicionário, tem para os nossos estudos os seguintes significados: “4. Conjunto de diretrizes, normas e funções que contribuem para o bom funcionamento de qualquer empreendimento”; e “5. Arrumação ordenada das partes de um todo.” (MICHAELIS, 2016).

As nações ocidentais testemunharam intensa corrida armamentista entre os anos de 1880 e os últimos anos da Grande Guerra. Para Hobsbawm (1995, p. 19), “o mundo

---

[132] “Esta publicação contém, basicamente, termos, palavras, vocábulos e expressões de uso operativo nas Forças Armadas, com ênfase no emprego combinado, a fim de contribuir para a integração entre as Forças e incrementar a interoperabilidade nas atividades de planejamento e execução das operações militares. Ressalta-se que foram incluídas algumas palavras de uso geral da administração, que têm aplicação em situações operativas. Não foram inseridos termos, palavras, vocábulos e expressões que têm o mesmo significado no ambiente militar e na sociedade civil de maneira geral, pois eles poderão ser encontrados em dicionários da língua portuguesa.” (BRASIL, 2007, p. 13).

[133] Idem, p. 225.

[134] Idem, p. 165.

[135] Cabe ressaltar que as definições dos conceitos transformação, modernização e reorganização remontam à década de 1970. Os militares do início do século XX, em seus documentos, os utilizavam com imprecisão. O que se pretende, ao apresentar documentos recentes, é demonstrar que as ideias defendidas por aqueles militares já eram correntes à época privilegiada por este estudo.

estava repleto de uma tecnologia revolucionária em avanço constante, baseada em triunfos da ciência natural.” Os Estados Modernos estavam munidos de arsenais cada vez mais cheios de tecnologia. Todos os governos das nações poderosas estavam desenvolvendo material bélico de alta tecnologia, sobretudo a artilharia e a marinha e eis o porquê o meio século transcorrido entre 1880 e 1930 seria a idade de ouro da diplomacia de canhoneira (HOBSBAWM, 1995, 2009).

Segundo Hobsbawm (2009), Napoleão, ao invadir o Egito, em 1798, opôs o exército francês ao egípcio com equipamentos militares comparáveis. A vitória de Napoleão, nessa guerra, não se deu por causa das inovações bélicas, mas devido a maior agressividade dos seus soldados, crueldade e, acima de tudo, organização. Hobsbawn estende às potências europeias em suas conquistas coloniais, até as últimas décadas do século XIX, a mesma situação dos franceses no Egito. As conquistas coloniais ocorridas em fins do século XIX em função da superioridade bélica militar das potências europeias sobre países mais pobres e mais atrasados, que poderiam ser facilmente vencidos, era algo relativamente novo.

> Durante o século XIX, alguns países – sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte – conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. (HOBSBAWM, 2009, p. 159).

Já Covarrubias, trabalhando com outro recorte temporal, afirma que as inovações tecnológicas bélicas são primordiais para traçar novas estratégias militares e faz o seu recorte temporal no período da Guerra Fria, quando as evoluções na tecnologia foram bastante dinâmicas. Com base nos estudos de Hobsbawm, entendemos que podemos fixar o nosso recorte temporal para as grandes evoluções tecnológicas militares entre a corrida armamentista do século XIX e a guerra de 1914, período em que está compreendida a Segunda Revolução Industrial. Em tal período, as grandes transformações tecnológicas para a guerra tornavam armamentos, munições, técnicas e estratégias obsoletas em pouquíssimo tempo.

Como exemplos é possível citar os casos da Armada brasileira e o Forte de Copacabana. O primeiro, em poucos anos deixou de ser uma das frotas bélicas mais

modernas do planeta para se tornar inoperante tendo em vista as necessidades da guerra de 1914 (VINHOSA, 2015). O segundo foi considerado, do início de sua construção em 1908 até 1914, a praça de guerra mais moderna da América do Sul. Quando foi entregue, já não servia ao que se propôs – a defesa da Capital contra as ameaças europeias vindas pelo mar.

Pode-se entender que, para o pensamento militar, do fim do século XVIII até a década de 1880, a estratégia sobrepunha a tecnologia e, nesse tocante, a pouca importância dada às inovações tecnológicas bélicas fariam com que os sentidos dos termos “transformação”, “modernização” e “reorganização” tivessem pouco valor ou estivessem mais próximos às análises de Clausewitz do que as de Covarrubias. Nesse sentido, afirma Hobsbawm (2009, p. 3): “Que atenção os observadores leigos ou sérios da segunda metade dos anos 1870 teriam dado aos avanços revolucionários da tecnologia que já estavam em gestação ou nascendo à época?”

Porém, entendemos que, com as intensas evoluções tecnológicas alcançadas entre as nações poderosas, a partir de 1880, as ações empregadas para fundamentar as transformações conjunturais do Exército Brasileiro, nas duas primeiras décadas do século XX, estejam mais próximas das interpretações fornecidas pela teoria de Covarrubias, e que seja plenamente plausível utilizá-las nesta dissertação, pois “além de inegável e triunfante, a tecnologia moderna era extremamente visível.” (HOBSBAWM, 2009, p. 13).

Dos processos que o Exército Brasileiro sofreu durante as duas primeiras décadas do século XX, privilegiamos a análise de quatro aspectos: as mudanças no ensino militar; o estabelecimento do serviço militar obrigatório; a modernização dos equipamentos bélicos; e a reorganização (ou adaptação) da estrutura organizacional da instituição.

3.2 A transformação no ensino militar

Nas duas primeiras décadas do século XX, as lideranças do Exército, apesar do baixo orçamento e das dificuldades financeiras do País, empenharam-se em reformar a instituição e modernizá-la, conforme os avanços bélicos internacionais. Os ministros desse período (1898 a 1922) programaram uma série de medidas que visavam afastar os oficiais da vida política e dos cargos burocráticos e, principalmente, combateram o bacharelismo dentro das escolas de formação de oficiais, visando eliminar a natureza teórica e acadêmica do ensino militar para lhe dar orientação mais prática e profissional (McCANN, 2009).

A República brasileira modificou tardiamente o ensino militar. “A tradição, a falta de iniciativa e o desinteresse pelas transformações mundiais fazem com que o exército repita a sua experiência imperial até 1907. Os oficiais ainda se dividem em científicos e tarimbeiros [...] as promoções são frequentemente políticas [...]” (CARONE, 1973, p.339). Para amenizar a situação e dar uma roupagem republicana ao Exército, o governo provisório adotou algumas medidas para resolver algumas poucas questões. Criou um decreto de reforma compulsória[136], favorável aos oficiais republicanos, para expurgar o Exército dos militares monarquistas, com isso elevou os soldos dos oficiais, transformou a Escola Militar da Corte em Escola Militar da Capital Federal e Escola Superior de Guerra[137] e criou a Escola Militar do Ceará. As reformas do ensino militar introduzidas, por decreto[138], pelo Ministro Benjamin Constant, direcionaram o ensino militar para o positivismo, tentando transformar o militar em “soldado-cidadão” (CARONE, 1973). Nas Escolas Militares, se ministravam os cursos de Infantaria e

---

[136] BRASIL. Decreto nº 108-A, de 30 de Dezembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-108-a-30-dezembro-1889-526060-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

[137] A instituição de formação de oficiais do Exército, situada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, comumente conhecida como Escola Militar da Praia Vermelha, oficialmente, nunca teve esse nome. No local funcionou a Escola de Aplicação do Exército (1855-1858), Escola Militar de Aplicação (1858-1860), Escola Militar (1860-1881), Escola Militar da Corte (1881-1889), Escola Militar da Capital Federal (1889-1898) e Escola Militar do Brasil (1858-1905). (Cf. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, jan-mar de 1961, nº 158).

[138] BRASIL. Decreto nº 330, de 12 de Abril de 1890, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

Cavalaria, e na Escola Superior de Guerra os cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior.

Segundo o Prof. Dr. Fernando Silva Rodrigues, em comentários sobre as escolas militares no início da República:

> Pelo Regulamento de 1889, existiam três escolas militares: Escola Militar da Corte (Praia Vermelha, RJ), Escola Militar do RS (Porto Alegre) e Escola Militar do Ceará (Fortaleza). No ano seguinte, essas escolas seriam fechadas, reabertas, reorganizadas ou extintas definitivamente.
> A finalidade da escola era oferecer um ensino teórico, como era previsto nos currículos anteriores, mas também o ensino prático. Ao que parece, entretanto, o ensino prático nas Escolas Militares não foi efetivado, predominando a parte teórica, pela inexistência de uma estrutura física apropriada para a modalidade.
> O Regulamento de 1890 foi claramente voltado para a educação científica e estabeleceu um currículo no qual predominou bem mais o ensino teórico em detrimento do ensino prático. A ideia de soldado como um cidadão armado e com um dever social é marcante a ponto de esse regulamento ficar conhecido como "Regulamento Benjamin Constant" devido à influência do Ministro da Guerra na composição do novo estatuto, no qual se defendia a visão do soldado como cooperador do progresso.
> Com o regulamento de 1890, mudou-se o nome da Escola Militar da Corte para Escola Militar da Capital Federal.[139]

Segundo Carvalho (2005, p. 38), a ideia de desenvolver a ideologia do "soldado-cidadão" foi criada por civis republicanos, durante a Questão Militar e incentivada por jornalistas e intelectuais, com a finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial. A ideologia coadunou com o positivismo civilista de Benjamin Constant e dos seus alunos da Escola Militar da Corte, que a usaram para justificar a tomada do poder e a derrubada da Monarquia em 15 de novembro de 1889.

A ideia do "soldado-cidadão"[140] seria retomada, em 1922, pelos tenentistas como justificativa da sua ação (CARVALHO, 2005). Pode-se entender que, pela teoria de Covarrubias (2006), a reforma do ensino militar preconizada por Constant será uma "transformação", pois os seus aspectos filosóficos implicaram em profundas mudanças, com alcances políticos e mudando a natureza da instituição, em caráter duradouro.

---

[139] Comentários anotados durante a correção desse trabalho pelo Prof. Dr. Fernando Silva Rodrigues, (2016).

[140] "O 'soldado-cidadão' implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, por ser militar". (CARVALHO, 2005, p. 39).

Embora a ideia do soldado-cidadão representasse tendências sociais renovadoras, a ideologia enfraquecia a instituição. Contra esse enfraquecimento um grupo de oficiais das primeiras décadas do século XX (principalmente os “jovens turcos”) preocupou-se em dotar o Exército com novos regulamentos que previam a sua profissionalização e o afastamento dos oficiais da política e dos cargos públicos.

Os oficiais renovadores propunham que o Exército se transformasse em um órgão nacional dedicado completamente à preparação da defesa do País e, para tanto, afirmavam que os envolvimentos políticos dos oficiais os desviavam do objetivo para os quais foram formados e solapavam o princípio de disciplina e hierarquia. Defendiam que, aos moldes do Exército alemão, o Exército deveria ser o órgão máximo da defesa nacional, sob a direção do Alto Comando, e estes por sua vez deveriam estar submetidos à autoridade do Presidente (CARVALHO, 2005). Começava a era do soldado profissional.

Ao final do Império, havia três escolas militares situadas nas cidades de Porto Alegre, Fortaleza e Rio de Janeiro. Após a Proclamação da República, foram fundadas em Realengo, bairro da cidade do Rio de Janeiro, e na cidade de Rio Pardo, localizada no interior do Rio Grande do Sul, duas escolas preparatórias e táticas, para ministrar o ensino aos militares que ingressariam na escola de oficiais na Praia Vermelha. Em 1898, as escolas de Fortaleza e Porto Alegre foram fechadas e a escola militar de Porto Alegre foi transferida para a cidade de Rio Pardo. O currículo dessa escola dava bastante ênfase às manobras de campanha e ao treinamento de tiro, mas, tanto em Rio Pardo quanto em Realengo, os alunos aprendiam português, francês, inglês, geografia, história, álgebra aritmética, geometria, história natural, cavalaria e artilharia (McCANN, 2009).

Em 1895, o Ministro da Guerra, General Bernardo Vasques, percebeu que o ensino militar estava em decadência. Segundo Vasques, nenhuma das escolas destinadas à formação do oficial produzia os resultados desejados. Eram numerosas, reproduziam os mesmos programas e o currículo era demasiadamente teórico, especulativo e filosófico, com pouca ou nenhuma relação com a instrução militar. Observou-se que a quantidade de matérias inúteis à formação do militar aumentava o seu tempo nas escolas e diminuía o seu tempo com a tropa (McCANN, 2009).

O Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898-1902), tentou reorganizar a educação militar e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. A política monetária restritiva do Presidente Campos Sales (1898-1902) impediu a implantação do “Projeto Mallet”, porém as suas iniciativas forneceram as bases para as reorganizações futuras (McCANN, 2009).

No Relatório do Gabinete do Ministro da Guerra ao Presidente de 1903, o Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo, apresentou o mesmo posicionamento que Vasques, ao observar que “o ensino militar necessita de uma reforma definitiva”, referindo-se ao regulamento de ensino de 1890, conhecido como “Reforma Benjamin Constant”. Constatou que o regulamento referido não corrigiu os defeitos dos anteriores e perturbou ainda mais o ensino militar. Sugere a limitação de praças à promoção a “alferes-alumno”, a criação de um quadro especial para os futuros oficiais oriundo de praças e a modificação do currículo escolar. Fez observações sobre as péssimas condições das estruturas físicas da Escola Militar do Brasil, notou a necessidade do retorno da Escola Preparatória de Tática do Rio Grande do Sul para a cidade de Porto Alegre e pediu a reformulação do currículo escolar do Colégio Militar[141] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1903).

No ano seguinte, em seu relatório ao Presidente, Argollo foi mais contundente em suas críticas ao ensino militar do que no ano anterior. Inicia o assunto nos seguintes termos: “Uma das causas que mais profundamente affectam o organismo do nosso exercito, enfraquecendo-o, é a defeituosa organisação dos estabelecimentos de ensino militar”. Uma das mais profundas reclamações feitas pelo Ministro ao ensino militar era quanto ao praticado na Escola Preparatória, de onde saíam os alunos para as armas de Engenharia e Artilharia (armas científicas). Para Argollo, os alferes-aluno daquelas escolas ficavam pouco tempo entre a tropa e gozavam de regalias superiores aos dos alunos das armas de Infantaria e Cavalaria (armas combatentes) e praças oriundos da tropa. Ao fim de cinco anos de curso, ficavam um ano praticando os conhecimentos adquiridos em construções de estradas, linhas férreas e telegráficas[142] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904). Argollo observou que:

[141] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1903.
[142] Trata -se do Relatório do Ministro da Guerra de 1904.

> Terminado este periodo de seis annos, mo mínimo, tem-se formado um official inteiramente estranho á verdadeira profissão militar, sem o habito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendencia a discutir e criticar as ordens que recebe, e que por todos os meios procura esquivar-se a uma vida cujos misteres considera pouco compatível com o seu preparo theorico e o seu titulo scientifico. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904, p. 7).

Argollo concordava que os oficiais que se formavam na Escola Militar do Brasil saíam bem preparados em todas as ciências e aptos a tratar de qualquer assunto referente aos conhecimentos adquiridos, mas, para ele, não era para isso “que foram creados e são mantidos os estabelecimentos de ensino, cujo unico fim deve ser formar verdadeiros soldados e profissionaes competentes.” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1904, p. 8). Para Argollo, “a tarefa da educação e instrução militar era a radical transformação moral e intelectual do indivíduo”. O problema militar do Brasil ia muito além das reformas, organizações e regulamentações. Para o Ministro, a educação militar, como estava constituída, era incapaz de transformar civis em militares (McCANN, 2009).

O currículo da Escola Militar da Praia Vermelha era fundamentalmente teórico, em detrimento à prática e ao conteúdo militar. Das dezoito matérias oferecidas, apenas cinco poderiam ser classificadas como militares; o que era ensinado já estava defasado ou já não servia mais aos campos de batalhas. Em uma escola destinada a preparar oficiais, os seus integrantes nada ou pouco aprendiam sobre armas, estratégias e os seus usos. Os professores tinham a liberdade de organizar e ministrar os seus cursos como bem entendessem. As aulas eram ministradas oralmente, com poucas experimentações ou aplicações dos assuntos estudados. Não havia laboratórios de química ou de física, tudo era ensinado abstratamente, com giz e quadro-negro. O método de ensino de economia política era o de repetição de frases do professor pelos alunos. O estilo erudito dos professores e o conteúdo dos seus cursos não serviam para o fim de desenvolver oficiais capazes de liderar um exército moderno em guerras (McCANN, 2009).

Em 1904, Argollo determinou aos comandantes das instituições militares que sugerissem as modificações possíveis nos currículos e regulamentos escolares. Após receber o resultado dos estudos com as alterações que os comandantes das escolas e

o Chefe do Estado-Maior julgavam pertinentes a serem modificados, percebeu que a principal falha ainda perdurava: os estudos dos conhecimentos teóricos sobrepunham aos do ensino militar. Argollo concluiu que se as escolas não se voltassem completamente aos estudos destinados a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Estado-Maior, abandonando o ensinamento voltado para o cientificismo e o bacharelismo, melhor deixar como estavam, pois, “toda reforma que conservasse na Escola um curso de bacharel em Matemática e Ciências Físicas combinado com os cursos técnicos militares, sem dúvida alguma, teria como consequência, na prática, o sacrifício do ensino profissional.” (RODRIGUES, F., 2008, p.72).

Durante o comando do Ministro Argollo na pasta do Ministério da Guerra, ocorreu a revolta da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha. Em 10 de novembro de 1904, uma agitação tomou conta da Capital, que deu origem à Revolta da Vacina e teve a escola como o seu principal foco. Conspiradores militares, apoiados por movimentos positivistas, tentaram tomar o poder das oligarquias cafeeiras para levar a nação à “renovação por meio da destruição da ordem vigente e da mudança do cenário político”. Os conspiradores não conseguiram a adesão dos alunos da Escola Preparatória de Tática de Realengo, mas conseguiram instigar aproximadamente 300 alunos da Praia Vermelha. Durante as arruaças nas ruas, alguns alunos da Escola Militar foram detidos, a escola foi bombardeada pela Marinha e os estudantes se renderam no dia seguinte[143]. Sem o apoio dos alunos da Escola Militar, a revolta durou mais um dia, acabando em 15 de novembro. Em virtude da revolta a escola foi fechada, muitos dos alunos insurrectos foram mandados para as guarnições do Rio Grande do Sul e lá foram julgados e expulsos do Exército (McCANN, 2009).

A extinção da Escola Militar do Brasil dividiu a formação dos alunos em quatro escolas, que voltaram a se reunir em 1913, na Escola Militar do Realengo. A Escola de Guerra de Porto Alegre era a responsável por receber os novos alunos que ingressavam no sistema de ensino para oficiais do Exército e lá era ministrado o ensino inicial teórico e prático das armas de Infantaria e Cavalaria. Os cursos tinham a duração

[143] DIÁRIO DA REVOLTA. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/pdf/M4.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

de dois anos e logo após a sua conclusão, os alunos seguiam para a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, na cidade de Rio Pardo, para mais dez meses de estudos destinados à aplicação e ao treinamento dos estudos profissionais. Findo o curso, o aluno era declarado “Aspirante-a-Oficial”. Ao serem desligados da escola, os aspirantes eram distribuídos em alguma unidade militar no País ou poderiam ingressar na Escola de Artilharia e Engenharia em Realengo, no Rio de Janeiro (TREVISAN, 2011; RODRIGUES, F., 2008).

Os alunos que seguiam para a escola em Realengo frequentavam mais dois anos de estudos para o curso na arma de Artilharia e três anos para o curso na arma de Engenharia. Após a fase inicial, o aluno seguia para a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, em Santa Cruz, ainda no Rio de Janeiro, para prosseguir os estudos, e então somavam mais dez meses de preparação prática e de aplicações das teorias aprendidas[144].

Como efeito da revolta, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada e no fim do ano de 1904, o Congresso autorizou a reorganização das suas disciplinas e cursos. Em 1905, foi publicado em novo regulamento para as escolas militares de ensino do Exército, inspirado nas propostas feitas em 1900 por Mallet[145]. Segundo Fernando Rodrigues, as mudanças mais importantes foram:

> Primeiro: matrícula exclusiva de praças de pré na Escola inicial (Escola de Guerra) que já tivessem pelo menos seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército; segundo, ter revelado aptidão para o serviço militar e ser de conduta irrepreensível, o que seria atestado pelo respectivo comandante de corpo; terceiro, ter a precisa robustez física, provada em inspeção de saúde a que seria submetido na Escola, antes da matrícula; quarto, ter mais 17 e menos de 22 anos de idade; quarto, ser solteiro ou viúvo sem filhos; quinto, não seria mais permitida a matrícula de oficiais; sexto, a extinção do título de alferes-aluno, substituído, pelo título de aspirante-a-oficial, pois, profissionalmente o aluno terminava os estudos militares necessários que o habilitavam a exercer as funções de oficial do posto de tenente; e por último, criação da patente de aspirante-a-oficial, elo entre a escola e a tropa, cuja ordem hierárquica dentro do quadro de oficial do Exército seria disposta ao aluno que concluísse a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, por ordem de merecimento intelectual. (RODRIGUES, F., 2008, p. 82-83).

[144] Idem.
[145] Idem, p. 137.

Percebe-se que entre os principais objetivos do novo regulamento, tentava-se atingir problemas de indisciplinas registrados, de forma recorrente, na Escola Militar na Praia Vermelha[146]. Uma disciplina mais severa foi imposta aos alunos, sem o estabelecimento de mudanças profundas na Educação militar. A conjuntura internacional impunha mudanças ao Exército e ao País. O progresso industrial sobre o armamento, a arte militar, o transporte, a mobilização de pessoal e a mobilidade dos novos Exércitos exigia transformações mais profundas na renovação do sistema de ensino do Exército. Em acréscimo, o novo "regulamento determinava um processo seletivo mais homogêneo, base para a profissionalização da Instituição." (RODRIGUES, F., 2008, p. 83).

Para Fernando Rodrigues, o Regulamento de 1905 visou à eliminação do "doutorismo" e do "bacharelismo", buscou implantar um ensino militar mais profissional valorizando a prática e a experimentação e diminuindo o ensino teórico. Para tanto, "houve a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um Batalhão de Infantaria, unidade de tropa destinada, numa guerra, às ações de combate." (RODRIGUES, F., 2008, p. 84).

Porém, conforme McCann, o regulamento de 1905 não foi posto em prática. Os oficiais continuaram a lecionar e ministrar os treinamentos privilegiando a teoria. As memórias do General Francisco Paula Cidade, um dos editores de "A Defeza Nacional", eram de que as instruções, os exercícios de ordem unida, as linhas de atiradores, as estratégias e noções táticas remontavam à Guerra do Paraguai (McCANN, 2009).

Segundo Pereira (2012), como parte do esforço para essa reforma do ensino militar, o Exército, em 1906, com a intermediação e o empenho do Barão do Rio Branco junto às autoridades alemãs, enviou seis oficiais de baixa patente para estagiarem no Exército Alemão por dois anos, como treinamento, a fim de se habilitarem como instrutores nas instituições de ensino de formação do Exército Brasileiro. Além das turmas enviadas em 1906, em 1908 e em 1910 (McCANN, 2009; RODRIGUES, F., 2008).

A primeira turma de oficiais que estagiou na Alemanha não impressionou o Alto

[146] Já haviam sido registradas rebeliões dos alunos da Escola Militar do Brasil nos anos de 1895 e 1897. (McCANN, 2009, p. 134-135).

Comando do Exército. As modificações foram lentas, até atingirem o ensino militar. A formação da tropa, por meio do alistamento militar obrigatório, conforme o modelo alemão, foi o tema mais debatido pelo Exército naqueles anos. Um dos entraves para a introdução da Educação Militar conforme o modelo germânico foi a dispersão das escolas militares em quatro unidades separadas. Em 1908, Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, conseguiu levar os cursos ministrados na Escola de Rio Pardo para Porto Alegre e, no ano seguinte, os dois cursos que estavam no Sul do País foram para a Escola Militar de Realengo. Porém, somente em 1911, durante a presidência de Hermes da Fonseca, que todos os cursos foram reunidos em Realengo (TREVISAN, 2011; RODRIGUES, F., 2008).

> A redução do número de escolas tomou como base a questão da pouca verba orçamentária destinada para o Ministério dos Negócios da Guerra. Além disso, o tema já havia sido discutido pelo Marechal Hermes da Fonseca no ano de 1907, quando era Ministro da Guerra. [...] Pelo novo regulamento para os Institutos Militares de Ensino quanto à parte didática, isto é, aos programas de ensino, as Escolas ficavam subordinadas ao Chefe do Estado-Maior do Exército, e, sob o ponto de vista administrativo e disciplinar, ficavam subordinadas ao Ministro da Guerra. (RODRIGUES, F., 2008, p. 105).

Após a reunificação das escolas, o Ministro da Guerra, Emygidio Dantas Barreto, em seu relatório anual ao Presidente da República, teria afirmado que:

> Para attender ás conveniencias mais palpitantes da instrucção militar superior, determinastes que lançasse as minhas vistas para tão importante serviço e por esse motivo acabo de nomear uma commissão de officiaes competentes, a fim de rever os regulamentos das escolas de estado-maior, de guerra, artilharia e engenharia e de applicação, bem como adopção, acho que deve ser solicitada, uma vez terminado semelhante trabalho[147]. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1911, p. 6).

Em 1913, ocorreu uma reforma nos regulamentos das escolas de ensino superior, que tentou dar a maior importância possível à capacitação prática do oficial. A proposta incluiu a diminuição do tempo de aulas teóricas para as armas de Artilharia e de Engenharia, com grades curriculares fechadas, nas quais os professores deveriam se ater aos assuntos oferecidos nessas grades, considerados essenciais para a profissão militar. A reforma no ensino de 1913 rompeu com as estruturas de formação

anteriores ao criar cinco cursos, sendo um deles de dois anos, comum a todos os estudantes. Após a conclusão desse curso inicial, o aluno era direcionado para um dos demais quatro cursos existentes. Esse novo regulamento ampliou os estudos dos “infantes” e “cavalarianos” com carga maior de cálculo e mecânica, e introduziu a disciplina de organização da arma, tática e higiene militar. Para os “artilheiros” e “engenheiros”, os conteúdos de geometria analítica e descritiva, a física, a química, o cálculo e a balística tiveram a sua carga horária reduzida. Para evitar o fracasso dessas iniciativas, o regulamento previu mecanismo de vigilância para que os professores, efetivamente, cumprissem as determinações (TREVISAN, 2011).

A Reforma de 1913 visou atender às novas necessidades de conceitos de guerras que se desenrolavam no ambiente internacional, com a preparação do militar mais voltada para a prática do que para a teoria. Segundo Trevisan (2011), as renovações do Regulamento de 1913 somente foram possíveis pela presença, de forma atuante, dos militares que estagiaram no Exército Alemão. O modelo militar alemão, apesar das muitas resistências encontradas, foi uma alternativa contra as dificuldades apresentadas na Guerra de Canudos e, depois, na Guerra do Contestado. Aos poucos, e de forma sistematizada, os estagiários foram introduzindo nos quartéis os regulamentos e a dinâmica verificados em seus estágios europeus.

A chegada do General José Caetano de Faria, Chefe do Estado-Maior do Exército, a pasta do Ministério da Guerra, em 1914, seria garantia que as modificações e reformas prosseguiriam. O Ministro somente não transigia com uma missão estrangeira para o Exército (TREVISAN, 2011).

> [...] a continuidade da ação reformadora do Exército de 1907 a 1918 envolvendo o Mal. Hermes da Fonseca e o Mal. Caetano de Faria é a expressão de continuidade inspirada no Grande Estado-Maior Alemão, mola propulsora da hegemonia militar prussiana conquistada entre 1817 e 1914. (GRUNENNVALDT, 2005 apud RODRIGUES, F., 2008, p. 105).

No ano de 1915, foi publicado no Boletim do Exército, nº 410, o decreto 11.497, de 23 de fevereiro onde constavam algumas mudanças na estrutura da Força. Essas mudanças levaram o título de “remodelação do Exército Nacional”. A redação do

---

[147] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1911.

decreto traz no § 3º, do art. 6º, que “Ao Estado-Maior do Exército compete, durante a paz, o preparo do Exercito para a guerra [...] o cuidado constante pelo progresso da instrucção das forças [...]” e dá competência aos inspetores das “Inspecções das Armas e Serviços”[148] a autoridade para fiscalizar “os progressos da instrucção”. Nesse sentido, o Exército cria instrumentos fiscalizadores para atuarem junto às instituições de ensino militar, previstos no Regulamento de 1913.

Em 1918, foi elaborado um novo regulamento. Esse regulamento refletia o momento vivido no cenário internacional. Os principais conceitos que foram perseguidos eram “recolher e adaptar ao Exército Brasileiro as lições aprendidas durante a Grande Guerra; aprofundar o ensino técnico-militar, buscando cada vez mais o profissionalismo e; adotar os procedimentos e normas defendidas pelos ‘jovens turcos’.” (RODRIGUES, F., 2008, p. 66).

Nesse mesmo ano, ocorreram grandes transformações na estrutura da Força, com reformas conceituais e doutrinárias de combate. À frente dessas transformações estavam os oficiais que estagiaram no Exército Alemão. Porém, essas mudanças estavam restritas aos interiores dos quartéis, enquanto as escolas de ensino militar estavam isoladas das grandes transformações empreendidas no Exército em 1918. Consolidadas as mudanças na tropa, no primeiro trimestre de 1918, as atenções dos oficiais reformistas se voltariam para o ensino militar e para a formação do oficial (TREVISAN, 2011).

Segundo Trevisan, os militares editores de “A Defeza Nacional” observaram que a Reforma de 1918 era um desdobramento adaptado dos regulamentos de 1905 e 1913 e criticaram as modificações superficiais que alteraram o currículo escolar. Uma modificação importante nesse regulamento, direcionado ao ensino, foi o aprofundamento ao conhecimento prático, banindo o ensino puramente teórico (TREVISAN, 2011).

Outras modificações relevantes foram: a subordinação didática das escolas deixou de ser do Ministério da Guerra e passou para o Estado-Maior; a exigência de

[148] “As inspecções são ógãos por intermédio dos quaes o Alto Comando e seus órgãos essenciaes exercem, sobre todos os commandos e forças, sua acção preventiva e fiscalisadora para certificarem-se [...] dos progressos da instrucção [...]”. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército.

concurso, com uma prova prática, para a função de instrutor (TREVISAN, 2011).

Para exercer a função de instrutor, a partir de 1919, o candidato tinha que passar por um rigoroso exame preparado pelo Estado-Maior. Antes desse período, as nomeações para o corpo docente da escola se baseavam em apadrinhamento ou favoritismo. Os oficiais selecionados no concurso foram designados para a Escola Militar de Realengo, no final do ano de 1918, e foram apelidados de “indigenistas”, participantes da “Missão Indígena”, para contrapor a ideia de uma missão estrangeira que estava por chegar. Nas palavras de um dos instrutores, o Segundo-Tenente Odylio Denys, “a missão condensou os ensinamentos dos ex-estagiários do Exército alemão, e adaptando-os ao nosso meio, conseguiu romper a crosta de atraso e comodidade que cobria a rotina tradicional do Exército.” (McCANN, 2009, p. 251-252).

Por influência dos militares “germanófilos”, o ensino militar sofreu mudanças estruturais e acadêmicas em 1919. Trevisan definiu essas mudanças em cinco pontos, a saber:

> O primeiro deles era a definição de “Curso de Armas”, realizada na Escola Militar para a preparação dos oficiais subalternos das Armas Básicas; o segundo criava os “Cursos de Aperfeiçoamento de Armas”, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinados a completar a formação do oficial e a prepará-lo como “instrutor” de pequenas unidades, o terceiro ponto determinava a criação dos “Cursos Técnicos de Artilharia e Engenharia”, para habilitar tenentes dessas duas Armas para funções técnicas; o quarto item criava o “Curso de Estado-Maior”, a ser cumprido em instituição própria, e o último [...] criava o “Curso de Revisão” na Escola de Estado-Maior, destinado a “manter em dia o preparo dos oficiais superiores”. Instituiu ainda a Escola de Aviação do Exército e os cursos de Administração e Veterinária. (TREVISAN, 2011, p. 133, 136).

Para Fernando Rodrigues, a mudança no regulamento em 1919 foi, além de um aprimoramento do Regulamento de 1918, a consolidação das ideias dos “jovens turcos” na formação dos oficiais do Exército Brasileiro. O Regulamento atingiu os objetivos buscados desde os ministérios de Mallet e Argollo: um ensino mais prático do que teórico e com uma rígida disciplina militar (RODRIGUES, F., 2008).

Quando a guerra na Europa se encaminhava para o desfecho, aumentou a pressão dos grupos paulistas, interessados na contratação da Missão Militar Francesa,

---

Decreto 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, que faz a remodelação do Exército Nacional. Boletim do

junto ao governo central. O Ministro Faria concordou com a aquisição de Artilharia e material de aviação francesa, mas procurou preservar as doutrinas germânicas adaptadas ao Exército, defendidas pela revista “A Defesa Nacional”. A Escola de formação de oficiais do Exército era a principal instituição de ensino responsável pelas características básicas que moldavam os futuros oficiais, sobre as quais se construíam o ensino, o treinamento e a experiência posteriores. O Exército estava se transformando desde 1904, quando ocorreu o fechamento na Escola Militar da Praia Vermelha, para atingir um equilíbrio adequando entre a instrução militar profissional e a educação. As mudanças da educação militar, nos regulamentos de 1913, 1918 e 1919, perseguiam a meta de ajustar o equilíbrio entre a instrução profissional e o ensino geral na medida certa (McCANN, 2009).

O Exército Brasileiro era uma instituição ultrapassada no cenário mundial e buscava, nas primeiras décadas do século XX, a sua transformação organizacional, educacional e tecnológica, tendo que, para isso, contar com o auxílio de outra organização militar estrangeira como tutora nesse processo (LOURO, 2011). Apesar da preferência dos militares pelos alemães, com a sua derrota na Primeira Guerra, optou-se pelos franceses.

Conforme Fernando Rodrigues, em 28 de maio de 1919, o governo brasileiro contratou a Missão Militar Francesa de Instrução, com a finalidade de reorganizar o ensino e as instruções no Exército. Mas os militares brasileiros tiveram que esperar por quase um ano para receber os primeiros instrutores franceses. Somente em março de 1920 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros franceses, chefiados pelo General Maurice Gamelin. O General Chefe da Missão foi posto à disposição do Chefe do Estado-Maior, como assistente técnico para a instrução e a organização do Exército Brasileiro. As orientações francesas estavam direcionadas, principalmente, para a direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Intendência e a Escola de Veterinária, além da Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior) (RODRIGUES, F., 2008).

Para a definição das atribuições e alcances do trabalho de cooperação da Missão Francesa, o Exército publicou a “Súmula do papel e das condições de

---

Exército Nº. 410, de 23 de fevereiro de 1915.

funcionamento da Missão Francesa". Assim, o Estado-Maior informou aos oficiais brasileiros os encargos da Missão.

> 1º - Ação direta na instrução do Exército Brasileiro, mediante o Comando Superior das Escolas que lhe são confiadas [...]
> 2º - Ação pessoal do General Chefe da Missão, investido das funções de Assistente Técnico junto ao Estado-Maior do Exército [...]
> [...] As questões de instrução, isto é, de formação de um exército para a guerra, estão intimamente ligadas à de organização e material. A Missão Militar Francesa, por intermédio de seu Chefe, assistente técnico do Estado-Maior brasileiro, tem, por conseguinte o encargo de emitir a respeito dessas questões a opinião própria, baseada nas experiências da última guerra; sem ter, bem entendido, de imiscuir-se no tocante à disciplina e Administração do Exército Brasileiro. (TREVISAN, 2011, p. 133).

A Súmula publicada no Exército ainda especificava a função de cada oficial estrangeiro integrante da Missão e detalhava as responsabilidades de cursos e disciplinas e a cada oficial francês em cada uma das escolas. O Estado-Maior destacou, nesse documento, que a Missão Francesa estava de acordo com os princípios, já consolidados, de perseguir o ensino essencialmente prático e baseados na resolução de casos concretos (TREVISAN, 2011).

A principal função do General Gamelin era a de criar uma doutrina que ligasse os conhecimentos práticos, oferecidos nas escolas organizadas pelos franceses, dando sentido aos ensinamentos, assim como de montar um quadro sugerindo um novo funcionamento orgânico e institucional para o Exército. Nas escolas, geridas pela Missão Francesa, os cursos giravam em torno do conceito de modernização, pois o que os oficiais franceses faziam era expor os armamentos e equipamentos (notadamente os de produção francesa), a partir das experiências do Exército Francês na Grande Guerra (TREVISAN, 2011).

A proposta de Gamelin para amarrar os ensinamentos das salas de aula à prática era a de habituar os oficiais a encarar a doutrina militar empregada nas questões táticas, criando uma espécie de efeito reflexo. O meio encontrado para sistematizar esse reflexo entre a doutrina e a prática nos militares brasileiros seria por meio dos exercícios dirigidos realizados nas grandes manobras militares. As grandes manobras foram realizadas em 1920 e em 1922, nas quais os oficiais presenciaram a transmissão sistemática, prática e objetiva dos ensinamentos aprendidos nas salas de

aulas. Para Trevisan, os resultados foram surpreendentemente satisfatórios, em que os militares passaram a “[...] viver, em tática, o caso concreto, tão próximo da realidade quanto podiam montar aqueles que os tinham vivido nos campos de batalhas da Grande Guerra.” (TREVISAN, 2011, p. 163).

A Escola de Realengo não foi afetada pela Missão Francesa, tornando-se um reduto dos oficiais brasileiros “germanófilos” que se encastelaram ali pela Missão Indígena[149]. Os alunos de Realengo sofriam a integral influência dos jovens militares de formação alemã, enquanto os tenentes “antigos”, os oficiais intermediários e superiores passavam pelas escolas onde predominavam os oficiais franceses (RODRIGUES, F., 2008).

3.3 A transformação no serviço militar

Durante todo o período do Império, os soldados, geralmente, eram recrutados à força e, ao chegar ao Exército, se tornavam “voluntários”. As condições de tratamento as quais esses soldados eram submetidos eram as piores possíveis (McCANN, 2009). O recrutamento forçado, os castigos corporais, as instalações militares, somados às condições as quais os soldados eram submetidos criaram aversões na população civil contra o serviço militar[150]. Essas condições se tornaram os maiores empecilhos para que se instaurasse o sistema de alistamento militar no País. O Exército sempre recrutou os seus soldados entre as classes pobres. Um decreto de 1835[151] determinava que os claros da tropa devessem ser preenchidos por meio do recrutamento forçado, caso não fosse possível fazê-lo por meio do voluntariado. O serviço militar, para os voluntários, era de seis anos e para os recrutados, nove (CARVALHO, 2005).

O recrutamento forçado foi, em tese, modificado em 1874. A Lei nº 2556, de 26 de setembro daquele ano, instituiu o sorteio militar para todos os cidadãos

---

[150] Para aprofundar sobre o assunto ver Fernando Rodrigues (2008, p. 111).
[151] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Decreto de 20 de novembro, em Coleção de leis do Império, 1835.

considerados aptos e aboliu os castigos corporais. O alistamento ficava a cargo dos párocos das cidades e vilas, mas as juntas de seleções não funcionavam, em parte, porque os cidadãos não registravam os seus filhos ao nascerem e isso impossibilitava a realização das listas de recrutamentos (McCANN, 2009).

A lei concedia o privilégio de não servir aos que podiam pagar pela isenção ou para os que apresentassem substitutos em seus lugares. A lei também desobrigava o serviço militar aos bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e aos trabalhadores em comércios (CARVALHO, 2005).

Segundo McCann (2009, p. 29), apesar da Lei de 1874, que tornava o alistamento obrigatório, o serviço militar continuou a ser forçado e o Exército era obrigado a alimentar as suas fileiras de soldados com indivíduos que estavam presos, pois “na verdade, o serviço militar era parte do sistema penitenciário do Império”.

As camadas médias e altas da população viam com ojeriza o serviço militar das praças nos quartéis, os proprietários agrícolas não aceitavam perder os seus empregados para o serviço militar obrigatório e eram contra o recrutamento forçado, que, ao longo do século XIX, deixou péssimas recordações entre a população.

Conforme Ferreira (2014, p. 58), ocorreram muitas resistências. As hostilidades e as ameaças contra membros das juntas foram tantas que:

> [...] levou as autoridades à conclusão de que não valeria mais a pena tentar impô-la. Tudo isso fez com que a nova lei se tornasse letra morta ainda na década de 1870, e mais de quarenta anos se passariam até o Exército ser atendido em sua principal demanda.

A Constituição de 1891 determinou que “todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais. [...] Fica abolido o recrutamento militar forçado.” Todavia, segundo McCann (2009), o recrutamento continuou forçado, “recolhendo os pobres, pois não estipulava outro modo de obter soldados” e os castigos físicos, apesar de formalmente abolidos, continuaram a ser utilizados nos soldados como ferramenta disciplinadora. “As principais fontes de recrutamento eram: nordestinos afugentados pelas secas, desempregados das cidades grandes, criminosos enviados pelas polícias e inaptos para o trabalho.” (CARVALHO, 1977 apud KUHLMANN, 2001, p. 60).

Uma tentativa para atrair os jovens das camadas médias e alta para o Exército foi a criação da Confederação Brasileira de Tiro, em 1906. Aos sócios das sociedades, após a conclusão de um rápido curso e se considerados aprovados, seriam incluídos na reserva do Exército (FERREIRA, 2014). Porém, essa ação não surtiu efeito. Para McCann, as linhas de tiros foram os propulsores para a aprovação da lei do serviço militar obrigatório pelo Congresso. Os integrantes dos Tiros e os tenentes, que os instruíam, encetaram uma campanha de relações públicas em favor do projeto do Serviço Militar Obrigatório, apresentado à Câmara dos Deputados em 1906 (McCANN, 2009).

A obrigatoriedade do Serviço Militar foi instituído pela Lei nº 1860, em 4 de janeiro de 1908. Essa lei regulou o alistamento, o sorteio militar e reorganizou o Exército. Em seu primeiro artigo, a lei determinou que "todo o cidadão brazileiro, desde a idade de 21 á de 44 annos completos, é obrigado ao serviço militar [...]."[152]. A lei previu a criação das Juntas de Alistamento Militar, que deveriam funcionar, ao menos uma em cada município brasileiro. Anualmente, as juntas deveriam compor uma lista dos brasileiros que tivessem completado vinte anos de idade no ano anterior. As fichas deveriam informar a profissão, sinais característicos do alistado, idade, naturalidade e filiação. As juntas eram compostas por dois oficiais da reserva, reformados, da segunda linha do Exército ou militares honorários, nomeados pelo Comandante do Distrito Militar daquela jurisdição, ou por um inspetor militar e do prefeito da cidade. Não havendo oficiais dessas origens no município, poderiam ser solicitados, por intermédio do Ministério da Justiça, alguns oficiais da Guarda Nacional para formar as juntas[153].

A lei previa uma Junta de Sorteio para cada estado da federação, com a seguinte composição: um presidente da Junta; um comandante superior da Guarda Nacional; um auditor de guerra; três oficiais de 1ª linha; e um médico militar. As Juntas de Sorteio deveriam recepcionar, guardar e registrar as listas de recenseamentos e também realizar os sorteios. Os sorteios seriam anuais e as juntas decidiriam os pedidos de revisão e os pedidos de isenções. As autoridades superiores também deveriam

[152] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908.

denunciar à Junta as infrações percebidas no processo. Quem se sentisse lesado em seus direitos, poderia apelar ao Supremo Tribunal Militar. As publicidades das listas dos sorteados eram feitas por meio da afixação nas portas do prédio onde a Junta funcionava e pela imprensa local. Somente os incapacitados física ou mentalmente e os religiosos estavam isentos do serviço militar, porém estes perderiam os seus direitos políticos. Para os defensores do alistamento e do sorteio, a aprovação e a publicação da lei foi um fator positivo, mas ainda seria necessário vencer o pavor da sociedade ao serviço militar[154].

Todavia, de acordo com Ferreira (2014), a Lei nº 1860, de 1908, teve praticamente o mesmo destino da sua antecessora de 1874: ela não foi respeitada e o costume prevaleceu sobre a legislação. O Exército continuou dependendo do voluntariado por mais alguns anos. Isso significava que a instituição continuaria abrigando desempregados, famélicos, desassistidos, presos do Norte e do Nordeste, analfabetos e doentes (McCANN, 2009).

Para os militares “germanófilos”, o serviço militar obrigatório, a exemplo do que acontecia na Alemanha, era visto como um elemento importante da defesa nacional, que deveria ser desenvolvido em tempo de paz. Esses militares contaram com apoio da Revista “A Defesa Nacional” para expor as suas críticas e ideias (RODRIGUES, F., 2008).

Em 1913, em editorial do primeiro número da revista “Boletim Mensal do Estado Maior do Exército”, o Alto Comando, defendeu uma verdadeira transformação da Força, por meio do aperfeiçoamento moral e intelectual do efetivo militar, sobrepondo, inclusive, a modernização do material bélico. Para conseguir o objetivo, o editorial sustentou que era preferível “um núcleo de soldados bem instruídos e preparados, onde todos os cidadãos possam receber verdadeira instrucção militar” a ter pequenos e deficientes grupos, sem coesão, espalhados pelo território nacional[155].

A Remodelação do Exército de 1915, durante o comando do General Faria na

---

[153] CASTRO, Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945). In: XII Encontro Regional de História. Usos do Passado. Associação nacional de História – ANPUH: Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, p. 2-3.
[154] Idem.
[155] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, n. 1, v. 5, jan. 1913. p. 12.

pasta do Ministério da Guerra, baseava-se em duas ideias fundamentais: a estrutura do Exército deveria possibilitar a incorporação de reservistas sem destruir a coesão das unidades; e que o Exército em tempo de paz fosse capaz de estar em prontidão sem criar novos quartéis. A estratégia do Ministro se fundamentava, principalmente, na seguinte ideia: o inimigo provável seria sul-americano e não europeu ou norte-americano, e viria por terra (McCANN, 2009).

Além dos militares, os membros da elite política, principalmente os que estavam assustados com os rumos da Grande Guerra, também passaram a defender a aplicação da Lei do Alistamento e do Sorteio. Em 7 de julho de 1916, foi fundada a Liga da Defesa Nacional, que incluía alguns representantes das elites política, econômica e intelectual do País, como Miguel Calmon, Pedro Lessa, Coelho Neto e Olavo Bilac, que promoveria uma campanha pelo serviço militar. Apenas em 10 de dezembro de 1916, foi realizado o primeiro sorteio, no Quartel-General do Exército, em solenidade aberta ao público a que compareceram o presidente da República, o Ministro da Guerra, o poeta Olavo Bilac e outras autoridades. Quando o primeiro nome foi sorteado, de Alberto Garcia de Maltas, do município de Santa Rita, todos gritaram vivas à República e ao Exército[156].

3.4 A modernização do exército

Os “Jovens Turcos” foram alguns dos responsáveis, juntamente com o poeta Olavo Bilac, pela intensa campanha para promover a modernização do Exército Brasileiro no início do século XX. A opinião sobre o Exército, entre os oficiais, era de que a instituição mantinha-se atrasada; havia vários tipos de armamentos, o que dificultavam as manutenções e as instruções, as instalações militares e os quartéis não atendiam às necessidades; os orçamentos eram baixos. Entendiam que se necessitava de novos regulamentos, de armamentos modernos e dotar as fábricas da indústria

[156] CASTRO, Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945). In: XII Encontro Regional de História. Usos do Passado. Associação nacional de História – ANPUH: Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, p. 5.

bélica com novos equipamentos (RODRIGUES, F., 2008).

Esses oficiais também acreditavam que o número de unidades militares deveria ser reduzido para permitir a cada uma delas efetivo que possibilitasse instrução adequada aos soldados e que se pudesse permitir preparação apropriada para os oficiais de comando em tempos de guerra. Também os serviços administrativos deveriam ser descentralizados, para que o aprovisionamento fosse feito localmente, economizando recursos financeiros e melhorando a qualidade dos calçados e fardas (McCANN, 2009).

Segundo McCann, durante os anos de 1899 e 1910, a “Revista Militar” do Estado-Maior do Exército manteve os oficiais a par das inovações militares que ocorreram em todas as partes do mundo. O citado periódico publicou artigos sobre o emprego da Artilharia portuguesa e da organização da Cavalaria mexicana, porém a maior ênfase foi dada às inovações bélicas feitas pelo Exército Alemão, considerado, pela alta administração do Exército Brasileiro, como um modelo a ser seguido[157].

As publicações sobre as inovações militares versavam sobre câmbios ocorridos nos exércitos de todo o mundo. Apesar disso, a maior ênfase era dada às novidades do Exército Alemão. No Estado-Maior do Exército, não havia apologia aos germânicos, já a baixa oficialidade, por meio das publicações na revista “A Defeza Nacional”, apontavam a sua destacada preferência pelos alemães, por meio da reprodução de manuais, trechos de livros e relatórios militares traduzidos da língua alemã; escreviam artigos sobre armas, canhões e sobre a munição, bem como analisavam a organização do exército germânico e sua participação em guerras e batalhas.

Percebe-se que tanto os militares mais “antigos” quanto os mais “modernos” perseguiam os avanços tecnológicos bélicos que ocorriam no mundo, acreditando que ali estaria a resposta para o atraso do Exército Brasileiro. Contudo, se para alguns “a ênfase das mudanças estava na tecnologia” (COVARRUBIAS, 2007, p. 22), para outros, a tecnologia não era suficiente para que houvesse uma inovação militar e sim como a tropa empregaria essa nova tecnologia. Para que a modernização tecnológica

[157] A Revista Militar publicou 106 artigos sobre o Exército alemão, 47 sobre o francês, 38 sobre o norte-americano, também 38 sobre o japonês, 37 sobre o inglês e 19 sobre o português. Dos países sul-a Revista Militar do Estado-Maior do Exército manteve os oficiais a par das inovações militares mericanos, foram publicados 40 artigos sobre o Exército argentino e 30 sobre o chileno. (McCANN, 1984, p. 747).

ocorra, segundo Adamsky, é necessária a “confluência de armamentos, conceitos operacionais organizações e a visão de uma nova forma de combater.” (ADAMSKY, 2010 apud LOURO, 2011, p. 15).

O contato entre os exércitos de diferentes países, como aconteceu com os jovens oficiais enviados à Alemanha entre 1906 e 1910, acabou por realizar troca de informações entre eles, levando algumas das partes a adotar as práticas do outro por meio da “importação de instrumentos e métodos militares pela imitação dessas organizações”. Essa tentativa de igualar-se é mais frequente nas organizações militares em menor estágio de desenvolvimento, que buscam se igualar, ou até mesmo superar os exércitos dos países em estágio mais avançado de desenvolvimento tecnológico. Nesse caso, o Exército Brasileiro tentava imitar o Exército Alemão (ADAMSKY, 2010 apud LOURO, 2011, p. 15).

O fardamento, em 1889, era inspirado nos exércitos francês e alemão. A cor predominante era o azul e, às vezes, calças brancas. Apesar do uniforme não ser operacional[158], estava em consonância com as fardas usadas na Europa. As divisas eram usadas na parte inferior das mangas das camisas e aos militares era permitido o uso de cabelos compridos, barbas e bigodes (McCANN, 2009).

Os armamentos individuais, em fins do XIX, eram os fuzis Comblain de retrocarga (nos fuzis de retrocarga a munição é adicionada pela parte de trás da arma, tornando o municiamento mais rápido e dinâmico) de pólvora negra, que disparavam projéteis de 12 mm a distância de até 1200 metros, mas em alguns quartéis ainda usavam fuzis de antecarga Miniés (estes eram municiados pela boca do cano da arma tornando a alimentação e o carregamento mais lento e impreciso), mais rústicos. Essas armas eram de meados do século XIX e foram usadas nas batalhas da guerra contra o Paraguai (McCANN, 2009).

A Cavalaria usava carabina de repetição Winchester, modelos dos anos de 1872 e 1876, adaptadas para atirar com os cartuchos 12 mm e revólveres Nagant, de fabricação belga. Em geral, os oficiais usavam pistolas Gerard de 8 mm. A Infantaria fixava baionetas em seus fuzis, enquanto que a Cavalaria usava sabres e lanças

[158] O uniforme com as cores azul e branco destacavam o militar no terreno fazendo que se tornasse um alvo fácil para o inimigo.

quando seus componentes estavam montados (McCANN, 2009).

A Artilharia de campanha usava peças La Hitte, Paixahans, Whitworth e Krupp de calibres variados, sendo alguns de antecarga. Os canhões Whitworth e Krupp eram peças pesadas de 130, 80 e 75 mm. Os Fortes eram armados com canhões Parrot, Armstrong, Whitworth, Krupp e foguetes Congrève. Os tiros dos canhões não alcançavam mais de 4,8 km. As armas, por serem bastante diversificadas, causavam transtornos para a sua manutenção e transportes de munições e sendo todo o armamento importado, imprimia forte dependência frente às nações produtoras de armas (McCANN, 2009).

O uso tático para a operacionalidade dessas armas remontava as experiências da Guerra do Paraguai. A ação ofensiva se baseava em quatro etapas: bombardeio da artilharia, contato visual com o inimigo, ataque e perseguição. A ação defensiva se dava com a manutenção de observadores avançados, linha de resistência, forte posição central, fortalecimento da retaguarda e contra-ataques organizados nos 203 tipos de toques de cornetas. Os manuais táticos eram antigos e defasados, alguns remontavam a Guerra da Tríplice Aliança (McCANN, 2009). Esse tipo de tática foi usado contra os rebeldes da região do Contestado.

Vale recordar o General Setembrino, já mencionado anteriormente. Durante sua passagem pela Diretoria de Administração da Guerra, na função de Diretor, em 1916, preocupou-se, principalmente, com a melhoria do fardamento dos militares, introduzindo diversas modificações e substituições. Setembrino não emulou os fardamentos de um único exército estrangeiro, mas copiou ou adaptou o que acreditava ser melhor para as condições nacionais. E, em alguns casos, como as cartucheiras, buscou soluções nacionais. Das modificações feitas, Setembrino se orgulhou das relativas às oficinas de correeiro. Ele transformou uma pequena oficina, destinada a reparos dos arreamentos, em amplo pavilhão onde diversos operários produziam todos os materiais em couro que o Exército necessitava (CARVALHO, 1950).

Desde o fim da guerra do Paraguai até a Primeira Guerra, o Exército importava o seu armamento e os três arsenais de guerra[159] se limitavam a fazer uns poucos reparos

[159] Os arsenais de guerra se localizavam no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pernambuco. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2540>. Acesso em: 18 out. 2016.

aos armamentos existentes. A experiência do bloqueio naval britânico aos portos alemães, em 1914, que impediu a chegada ao Brasil de armas e equipamentos militares comprados aos alemães[160], convenceu os oficiais do Exército Brasileiro de que o País precisava produzir o seu próprio armamento. Assim, se não se podia fabricar as próprias armas, por falta de equipamentos e tecnologias necessários, deveria ser possível produzir, ao menos, a própria munição (McCANN, 2009).

Entretanto, a fabricação das munições no Brasil teria que esperar mais alguns anos para superar profundas e enraizadas dificuldades, a começar pelo preço final do produto que, comprado no mercado internacional, era mais barato. Mesmo com a produção nacional, o País ainda dependeria de outras nações para a obtenção do material para a produção dos projéteis. Segundo os editores da revista “A Defeza Nacional”, havia a necessidade de desenvolver as indústrias de base no Brasil, pois “a segurança nacional reclama que se desenvolva a nossa fábrica ao ponto de nos emanciparmos do estrangeiro.” Tais editores acenavam com a ameaça da superioridade da Argentina, que era mais avançada na fabricação de munições do que o Brasil (McCANN, 2009).

Em meados de 1918, o Exército restaurou uma fundição em São João de Ipanema, no interior de São Paulo. O objetivo era de desenvolver a própria produção de ferro e aço para não depender da iniciativa privada nacional. Além disso, a instituição conseguiu do governo o monopólio da fabricação de explosivos para assegurar um mercado que permitisse que as suas fábricas operassem em níveis de produção elevados, atingindo-se maior economia de escala e constante faturamento (McCANN, 2009). Porém, ficou claro aos oficiais que, sem o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica de base, o Brasil jamais poderia desenvolver uma indústria bélica independente das nações desenvolvidas.

[160] O Brasil comprou e pagou parte de trinta baterias de canhões 75 mm e um estoque de metralhadoras. O equipamento foi perdido pelo impedimento do bloqueio naval britânico ao porto de Hamburgo. (McCANN, 2009, p. 240).

3.5 As reorganizações do exército

Para Edmundo Campos Coelho, durante o Império, o Exército era desprestigiado pelo governo. O autor observa que havia um processo por ele denominado de "política de erradicação do Exército" e que, por meio dessa política, o Exército era desprestigiado pela elite imperial por meio de baixos soldos, baixos efetivos e péssimos padrões de recrutamento e a criação da Guarda Nacional. Essas seriam as causas do golpe de 1889[161]. Coelho assim define a questão:

> O que Huntington chamou de política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu esta política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no 2º Império e durante a República Velha. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu de hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha. A política de erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do conformar-se ou perecer. Por efeitos de fatores diversos, a elite política praticou no Império, de forma particularmente agressiva. (COELHO, 1976, p.34).

O Exército que a República herdou do Império tinha efetivo pequeno. Era composto por aproximadamente 13.500 homens espalhados pelo território brasileiro em cinquenta batalhões e regimentos, com aproximadamente 300 militares em cada um, com um corpo de oficiais de 1.595 homens. As guarnições, inclusive os Fortes, eram controladas por três quartéis-generais de brigadas, dois ficavam no Rio de Janeiro e um em Curitiba. Os quartéis e fortes estavam distribuídos em 16 estados, sendo que das 53 organizações militares, 18 estavam no Rio Grande do Sul (McCANN, 2009). Em 1888,

[161] Ferreira apresenta um interessante contraponto em artigo sobre a teoria da "erradicação do Exército". Segundo o autor, "[...] podemos afirmar que mesmo que o Exército imperial tenha sido organizado segundo uma orientação conservadora, [...] com todas as limitações que isso implicou − tais como a não universalização do recrutamento, a não abolição dos castigos corporais e mudanças restritas ao corpo de oficiais, entre outras − falta uma base de conhecimento empírico mais consistente sobre esse quadro burocrático para podermos formular um modelo de análise sobre o Exército antes daquela guerra, ainda, que, [...] esse modelo seja restrito a momentos e aspectos circunstanciais da Instituição militar". FERREIRA JR, Alcemar. A Fênix Imperial: o Exército Brasileiro nas décadas de 1850 e 1860. ANPUH –

os militares eram distribuídos por “Dous batalhões de engenharia, cinco regimentos de artilharia de campanha, cinco batalhões de artilharia de posição, doze regimentos de cavallaria, 36 batalhões de infantaria e um corpo de transportes”[162] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1891).

Percebe-se a presença acentuada de militares no Rio Grande do Sul. Entende-se que a concentração de militares naquele estado estava relacionada ao deslocamento de tropas para a região durante a Guerra da Tríplice Aliança e, posteriormente, ao receio de uma invasão argentina pelo sul do País.

O Comandante do Exército era o Ajudante-General. O militar ocupante desse posto controlava diretamente a guarnição da antiga Corte Imperial e da província do Rio de Janeiro. As ações de administração do pessoal, planejamento e execução das operações estavam a cargo do Ajudante-General (McCANN, 2009).

Havia também diversas colônias militares que eram administradas pelo Exército. Essas colônias estavam instaladas no interior do País, localizadas preferencialmente perto das fronteiras e povoadas principalmente por imigrantes europeus. As colônias eram estratégicas, pois fortaleciam a presença do governo em áreas reivindicadas por outros países e alavancavam o povoamento nas fronteiras (McCANN, 2009).

Foram criados, através do decreto nº 431, no ano de 1891, sete distritos militares no País, distribuídos pelo território nacional. No mesmo decreto, foram extintos os comandos de armas, de brigadas e também as repartições de encarregado do pessoal e material do Exército junto aos governos dos Estados, criadas em 1890[163] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1892).

O General Mallet foi o Ministro da Guerra do Presidente Campo Sales no período de 1898 a 1902. O Ministro pretendeu dotar o Exército com alguma modernização, seja recompondo as unidades, melhorando as instalações militares ou melhorando o armamento da instituição. Porém, os seus projetos esbarraram nas políticas econômicas restritivas de Campo Sales. Segundo McCann (2009), Mallet forneceu a base intelectual para as iniciativas de reformas até a Primeira Guerra Mundial.

XXIII Simpósio Nacional de História– Londrina, 2005, p. 7. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0033.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

[162] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1891.

[163] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1892.

Era prática usual e constante do governo imperial e republicano, ao cortar despesas, visar preferencialmente as pastas militares (VINHOSA, 2015). Conforme Vinhosa, o Presidente Campos Sales justificou que a política de paz do País o autorizava a procurar nos ministérios militares os cortes necessários ao governo.

> A paz externa, a tranquilidade interna e a tendência geral dos espíritos em busca dos processos pacíficos para a solução dos problemas internacionais oferecem-nos feliz oportunidade para não sobrecarregarmos o Tesouro Federal com encargos extraordinários que só se legitimam lá onde as circunstâncias forcem o pé de guerra ou a paz armada.
> Duas importantes modificações foram feitas na administração do Exército: o seu efetivo acha-se realmente reduzido a 15.000 homens, colocando assim rigorosamente dentro da consignação orçamentária, e está organizado o seu Estado-Maior, reforma decretada pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, agora posta em execução com o competente regulamento[164]. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1892, p. 4).

Durante o seu governo, Campo Sales insistiu sobre a necessidade de saneamento econômico nas finanças do governo e, ao negar dotações orçamentárias maiores ao Exército, evocava a política de paz que o governo promovia no campo interno e no estrangeiro. O Presidente reconhecia que a política de contenção orçamentária imposta ao Exército promovia alguns embaraços à instituição, tais como a impossibilidade de ministrar instruções à tropa, sem interrupções, a prática que lhe era necessária para o aperfeiçoamento contínuo ao militar. Segundo Vinhosa, Campos Sales declarava que o tamanho e os gastos do Exército eram condizentes: “Uma vez que a tranquilidade no interior é garantida pela índole pacífica dos brasileiros [...] e a paz externa é o resultado do bom estado das nossas relações internacionais.”[165] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1892, p. 156).

Em 1895, o Ministro da Guerra General Bernardo Vasques entendeu que o Exército era uma organização antiquada e com o funcionamento desconexo entre várias unidades administrativas. Naquele ano, o General nomeou uma comissão para propor regulamentações visando à criação do Estado-Maior do Exército, com inspirações no Exército alemão. O Ministro buscava compor um Exército bem organizado, treinado e equipado, capaz de mobilização rápida, buscando na população

[164] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1892.
[165] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1892.

as reservas por meio do serviço militar obrigatório[166] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1892).

Vasques, em seu relatório de 1895, aponta algumas dificuldades impostas ao Exército:

> Quasi todas as repartições, todos os serviços complementares da administração da guerra, teem organizações antiquadas, que não condizem com as exigencias dos progressos da sciencia militar e de todos em completa desconnexão, pela circumstancia de terem sido uns reogarnizados e outros conservados com a primitiva organização.
> [...] Foi certamente por isto e no intuito de colher elementos, que possam servir de orientação á reorganização do Exercito, que cada vez se torna mais urgente, á vista das transformações por que tem passado todo o armamento de guerra nos ultimos tempos, que o Governo transacto resolveu mandar á Europa o General de Brigada João Vicente Leite de Castro, com a incumbencia de estudar o assunpto, visitar quarteis e estabelecimentos militares a assistir ás manobras que porventura alli se realizarem, colhendo dados sobre tudo quanto for de interesse a similhante respeito, afim de serem adoptadas as medidas de reconhecida utilidade.[167] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1895, p. 5-6).

Vasques demonstrou a urgência das reformas e reorganizações nas diversas repartições do Exército, salientando que uma transformação seria necessária, pois a "Organisação antiquada não corresponde mais ás necessidades das organisações militares modernas". Nesse mesmo relatório, o General apelou aos poderes federais para uma quase que completa reorganização do Exército, de pessoal e de material.[168] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1896, p. 4).

O Ministro Mallet esteve à frente da pasta da Guerra quando foi iniciado o processo de reorganização do Exército Brasileiro. Mallet pretendeu modificar a composição das unidades militares, reformular a educação militar, praticar as experiências em campo, regulamentou a Intendência Geral de Guerra, regulamentar os comandos dos distritos militares, a Direção Geral de Artilharia, a Direção Geral de Engenharia e a Direção Geral de Saúde. Ainda durante sua gestão ministerial, foram criadas a nova Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra, as já referidas Colônias Militares e os Institutos Militares de Ensino. Foram construídas diversas fortalezas no

[166] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1892.
[167] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1895.
[168] Trata-se do Relatório do Ministro da Guerra de 1896.

litoral brasileiro e efetuadas melhoras nas já existentes[169].

Durante a administração do Ministro Hermes da Fonseca (1906-1909), foram solucionados alguns desajustes na instituição. O principal deles dizia respeito ao funcionamento dos distritos militares e sua inadequação para receber as tarefas administrativas advindas da adoção do serviço militar obrigatório. Era urgente habilitar oficiais e praças de modo a torná-los aptos a receber o fluxo contínuo de recrutas que, anualmente, ingressariam e seriam licenciados do Exército. Para tanto, propôs uma nova distribuição das unidades do Exército pelo território nacional, substituindo os sete distritos militares por treze regiões militares de inspeção. As regiões de inspeção, analogamente aos distritos militares, também correspondiam a uma divisão de exército e deveriam ser, preferencialmente, comandadas por oficiais generais (FERREIRA, 2014).

A Lei nº 1880, de 4 de janeiro de 1908, em seu Título IX também tratou da reorganização do Exército estabelecendo: a) o Comando; b) as armas; c) os serviços.

Cabe citar importante trecho da mesma:

> Art. 108. Além do commando em chefe, que é exercido pelo Presidente da República [...] o exercito terá também o commando hierachico, que é exercido pelos officiaes á testa de grandes e pequenas unidades.
> Art. 109. O ministro da Guerra é orgão immediato do comando superior, sendo orgãos immediatos, isto é, dependentes daquelle:
> a) o estado-maior;
> b) as inspecções.
> Art. 110. O Ministro, como auxiliar do Chefe do Estado, participa das funcções do commnado, ficando a sua funcção, em época normal, adstricta a subscrever os actos do Presidente da República e a presidir o exercito, de accôrdo com o art. 49 da Constituição federal.
> Art. 111. OP estado-maior comprehende a repartição e os serviços de estado-maior nas unidades estrategicas e inspecções permanentes.
> Art. 112. A repartição do estado-maior funccionará sob a direcção do chefe do estado-maior e se constituirá com as seguintes divisões:
> a) gabinete;
> b) departamento de estado-maior;
> c) departamento dos serviços auxiliares. [...]
> Art. 117. O territorio do Brazil fica dividido em 21 regiões de alistamento, correspondentes aos Estados e ao Districto Federal, as quaes serão subordinadas aows inspectores permanentes.
> Art. 118. Ficam creadas 13 regiões de inspecção, assim distribuidas:

[169] VASCONCELOS, Cláudio B. de. Mallet, João Nepomuceno de Medeiros. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-república/MALLET,%20Jo%C3%A3o%20Nepomuceno%20de%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016, p. 5-6.

a) Amazonas e territorio do Acre;
b) Pará e Aricary;
c) Maranhão e Piauhy;
d) Ceará e rio Grande do Norte;
e) Parahyba e Pernambuco;
f) Alagôas e Sergipe;
g) Bahia e Espirito Santo;
h) Rio de Janeiro e Minas;
i) Districto Federal;
j) S. Paulo e Goyaz;
k) Paraná e Santa Catharina;
l) Rio Grande do Sul;
m) Matto Grosso.

Art. 120. Ficam adoptados, como typo de organização das diversas armas de que se compõe o exercito de 1ª linha, as grandes unidades, as brigadas, os regimentos, os batalhões e o corpo de saúde, devendo as grandes unidades ser organizadas quando o Governo julgar conveniente.

O exercito activo comprehende as grandes unidades, corpos de tropa e unidades independentes, cuja existencia é permanente.

Das unidades componentes de cada arma

a) A infantaria:
15 regimentos ou 45 batalhões de linha;
12 batalhões de caçadores e 13 companhias;
5 companhias de tres secções de tres metralhadoras;
12 secções de tres metralhadoras.
b) A artilharia comprehende:
5 regimentos de tres grupos de tres baterias de quatro peças de artilharia montada;
5 baterias de obuzeiros de seis peças cada uma;
3 grupos de artilharia a Cavallo, de tres baterias de quatro peças;
2 grupos de artilharia de montanha, de tres baterias de quatro peças;
3 batalhões de artilharia de posição, de seis baterias;
6 batalhões de artilharia de posição, de duas baterias;
6 batalhões de artilharia de posição independentes;
5 parques, 15 columnas de munição.
c) A cavallaria comprehende:
9 regimentos de linha, de quatro esquadrões;
3 regimentos independentes, de quatro esquadrões;
5 regimentos independentes, de quatro esquadrões;
5 regimentos, para serviços de brigadas de infantaria, de dous esquadrões;
7 pelotões de estafetas e exploradores para outras unidades;
d) A engenharia comprehende;
5 batalhões de quatro companhias das brigadas de infantaria;
17 pelotões de engenharia.
e) o trem comprehende:
5 esquadrões, mas não constituindo arma especial; seus officiaes e praças pertencem á cavallaria.[170]

[170] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Decreto nº 1859, 4 de janeiro de 1908, pp. 27-29.

Com essa grande reorganização, Hermes da Fonseca tentou estender para todo o Exército as mudanças que tentava implementar enquanto comandante do 4ª Distrito Militar. Ele reformulou as condições administrativas da instituição reduzindo os tamanhos das diretorias de artilharia, engenharia, saúde e contabilidade e as anexou ao secretariado da guerra, que assumiu o trabalho administrativo que era responsabilidade do Estado-Maior. Este deveria ficar livre para supervisionar o controle das tropas, estudar a defesa do País, comprar armas e planejar as campanhas (McCANN, 2009).

Hermes procurou sintonizar o Exército Brasileiro com as tendências mais modernas no plano militar internacional. Estreitou as relações diplomáticas com a Alemanha com a intenção de adotar no Brasil o modelo de instrução militar daquele país, então considerado modelar. Em sua gestão foram criadas as brigadas estratégicas, depois renomeadas divisões de infantaria. Durante a gestão do General Caetano de Faria no Ministério da Guerra, foram criados o campo de manobras de Gericinó, o 1º Distrito de Artilharia da Costa, o Serviço Rádio Telegráfico do Exército e foram dados os primeiros passos para a criação da Aviação Militar e do Serviço Geográfico Militar[171].

Ainda durante sua gestão à frente do Ministério da Guerra, Faria contribuiu para reorganizar todas as estruturas da força militar, reorganizou essa que ficou conhecida como “remodelação do Exército Nacional”. Introduziu o Ministério da Guerra e os Grandes Comandos entre os órgãos imediatos ao comando superior, denominando-os de “Órgãos do Alto Comando”, dando-lhes a seguinte hierarquia: o Ministério da Guerra, o Estado-Maior, as Inspeções de Armas ou Serviços e os Grandes Comandos[172].

McCann (2009) afirma que a reorganização de 1908, sob o comando de Hermes da Fonseca, não saiu do campo abstrato. No papel, o Exército se organizava com dez brigadas de infantaria, quatro de cavalaria e cinco de artilharia, mas, de fato, em 1915, existiam somente quatro brigadas de infantaria, três de cavalaria e duas de artilharia, sendo que os seus efetivos eram menores do que estipulados pela lei de 1908.

O plano de reorganização do Exército, em 1915, foi elaborado pelos oficiais de

[171]VASCONCELOS, Cláudio B. de. Faria, Caetano de. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-república/FARIA,%20Caetano%20de.pdf>. Acesso em: 25 ago 2016, p. 4.

“A Defeza Nacional” e proposto a Faria, que passou a chefiar tal remodelamento pelo Estado-Maior. Uma das importantes mudanças promovidas pelo Ministro na organização militar do Exército foi transformar o modelo das grandes unidades em organização divisional. Faria acreditava que um Exército composto por unidades variadas, distribuídas segundo critérios aleatórios que não os que seguissem as estratégias de defesa, poderiam por em risco a defesa do território, quando posta em prontidão (McCANN, 2009).

Uma das tarefas da reorganização foi a de reagrupar as unidades do Exército. As cinco brigadas estratégicas e uma brigada provisória mista, bastante criticada pelos oficiais redatores de “A Defeza Nacional”, foram substituídas por cinco divisões e sete regiões militares. Com essa medida, houve diminuição dos custos e do número dos quartéis-generais e, ao mesmo tempo, uma Divisão passou de 14.249 para 16.876 militares (McCANN, 2009).

Outra grande determinação da Lei de Remodelação de 1915 foi a transformação da Guarda Nacional em força do Exército, classificando-a como “Exército de 2ª linha” e dando destinação as suas funções: “Reforçar o exército de campanha, as guarnições de pontos fortificados, a constituir as tropas e serviços de retaguarda, à defesa das localidades, aos trabalhos de passagem dos pontos fortificados ao estado de defesa e outros misteres.”[173]

---

[172] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Decreto nº 11497, 23 de fevereiro de 1915, p. 296.

[173] ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Arquivo Histórico do Exército. Decreto nº 11497, 23 de fevereiro de 1915, p. 298.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Contestado teve importância secundária para as modernizações, transformações e reestruturação do Exército Brasileiro na década de 1920. A eclosão da Primeira Guerra foi o principal vetor para as mudanças ocorridas no Exército Brasileiro naquele período, que culminaram com a contratação da Missão Militar Francesa, eis as premissas que guiaram este trabalho.

Nesta pesquisa, propusemos a análise das leituras dos “historiadores de fardas” pertencentes à Força Terrestre, que atuaram na Guerra do Contestado, dos primeiros trabalhos acadêmicos na década de 1950 sobre tal conflito e, ainda quanto ao mesmo tema, das pesquisas mais recentes que foram realizadas entre o final do século XX e a primeira década do XXI.

Também se pesquisou a reação do Exército, do governo e dos diplomatas em relação ao receio da repetição das invasões e conquistas dos territórios Asiático e Africano pelas potências europeias e Estados Unidos durante o final do século XIX e o início do XX em solo brasileiro.

Analisou-se a evolução e os significados dos conceitos concernentes às modernizações, transformações e reestruturação do Exército Brasileiro ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

Devido à estreita proximidade temporal da Guerra do Contestado e a Primeira Guerra Mundial em relação aos anos de reformulação nas principais áreas do Exército Brasileiro perguntamos: foi a Guerra do Contestado ou a Primeira Guerra que sensibilizou as autoridades governamentais e o Exército a buscarem a sua modernização? Para responder tal indagação, buscamos entender a produção historiográfica da Guerra do Contestado em três períodos distintos: logo após o seu término, de 1916 a 1950, de 1950 até os anos da década de 2000 e a partir do início do século XXI.

Observamos que a Guerra do Contestado obteve distintos comentários acerca de sua importância para as modernizações, transformações e reestruturação motivadas pelo conflito e por sua interpretação da parte de militares e teóricos de várias áreas e

diferentes matizes de opiniões.

Notamos a evolução historiográfica acerca da Guerra do Contestado ao longo do século XX, e a crescente influência da disciplina de História das academias que envolveram os estudos sobre a guerra em Santa Catarina, no início do século XXI. Ao longo de cem anos (1916-2016), postulou-se a importância dessa guerra em diferentes áreas da História brasileira: militar, política, social, econômica, cultural. Porém, vale a questão: qual foi a importância dessa guerra para o Exército Brasileiro, para o meio político e para o diplomático à época? Seguimos a hipótese de que a Guerra do Contestado foi tratada pelas autoridades militares como mais uma luta entre o Exército Brasileiro e os caboclos nos sertões brasileiros. A principal função do Exército, em boa parte de período Imperial e no início do republicano foi a de manter a ordem interna do País, sendo utilizado como força repressiva contra revoltosos.

Para afirmarmos a nossa hipótese, encontramos informações mais detalhadas no livro autobiográfico “Memórias – dados para a História do Brasil”, do Marechal Fernando Setembrino de Carvalho. Lembramos que Setembrino de Carvalho foi o comandante da maior e mais decisiva operação de guerra em Santa Catarina, a Terceira Expedição Militar do Exército Brasileiro. Setembrino de Carvalho lembra insistentemente em sua obra que a luta entre o Exército e os caboclos não teve relações de forças, que estava sendo travada uma “pequena guerra” nos sertões, que aquela guerra era medíocre e que os caboclos eram “bandos esfarrapados que lutavam com armas de caça e espadas de madeira”.

Percebemos que Setembrino de Carvalho era um seguidor das teorias de Clausewitz e que, por desposar as ideias do militar germânico, levou grande número de militares para o campo de batalha, com fartura de recursos para aquela guerra. Segundo Clausewitz, o objetivo em uma guerra era desarmar o oponente e destruir efetivamente a capacidade do inimigo de guerrear. Para tanto, seria necessário atacar com a força máxima, cortando as possibilidades do inimigo de obter novos recursos para continuar no combate. Para Setembrino efetivar a teoria de Clausewitz se deu a necessidade de direcionar gigantescas quantidades de recursos e efetivos para o teatro de guerra.

Seja frisado o ponto: a imensa oferta de recursos e efetivos militares disponibilizados para o General Setembrino de Carvalho durante a Terceira Expedição da Guerra do Contestado coadunava com a teoria de Clausewitz seguida pelo comandante da operação. E, aparentemente, o amplo emprego de militares no combate e de recursos na guerra de Santa Catarina fez com que historiadores recentes, que se debruçaram sobre a importância daquela guerra, atribuíssem ao conflito do Contestado papel fundamental no que tange o processo de modernização, transformação e reestruturação do Exército Brasileiro à época. A nosso ver, tal não foi o caso.

Observamos que, quando a Primeira Guerra irrompeu na Europa, efetivada pela invasão da Bélgica pela Alemanha, ficou materializado o medo de invasões do território brasileiro. Esse medo sempre existiu entre as autoridades civis e militares e a Primeira Guerra demonstrou a possibilidade desses receios se concretizarem. Nesse sentido, para os comandantes do Exército Brasileiro, a eclosão da guerra europeia ocorreu em um momento benéfico para o fortalecimento dos seus projetos de modernizações, transformações e reestruturações.

O receio de uma invasão militar em larga escala no Brasil, pelas potências europeias – ou até mesmo pelos Estados Unidos – alavancou amplo apoio governamental e contagiou a população em defender as fronteiras nacionais. As rebeliões internas, tanto em Canudos, no interior da Bahia, quanto no Contestado, no interior de Santa Catarina, arranharam a imagem do Exército e de sua capacidade bélica em debelar rápida e facilmente essas revoltas e demonstrou a incapacidade da força militar em defender os territórios brasileiros, em caso de invasão estrangeira.

As dificuldades impostas pelo combate aos caboclos brasileiros gerou situação incômoda em grande parte das autoridades civis e militares. O Exército exigia atitude mais enérgica dos poderes políticos civis para fazer prosperar a Lei do Serviço Militar Obrigatório, de 1908, bem como em modernizar os seus manuais, regulamentos e equipamentos. Os militares perceberam a necessidade de ter um mínimo de independência na produção de materiais bélicos e também em reorganizar as suas unidades e a hierarquia dos seus comandos.

Os interesses dos militares do Exército Brasileiro em se modernizar, se transformar e se reestruturar estiveram relacionados, a partir de 1914, com a contenção

dos possíveis invasores estrangeiros, uma vez que havia desconfiança na eficácia da Doutrina Monroe em defender o Brasil contra inimigos europeus. E a defesa do território somente poderia ocorrer por meio da construção de doutrina militar adequada, que corroborasse estratégia militar de defesa e que previsse e dispusesse de treinamentos militares coordenados, de equipamentos bélicos modernos e de tropas bem distribuídas no território nacional.

Com a ofensiva alemã pela Bélgica, políticos, diplomatas e militares perceberam que o Exército Brasileiro deveria se preparar não somente pela compra de equipamentos, mas que se fazia necessário ganhar o apoio popular a uma força militar que era evitada pela população, e principalmente, formar um grande exército para se preparar para um conflito jamais visto e em proporções nunca antes imaginadas no Brasil.

A Primeira Guerra Mundial foi um violento conflito que fez numerosos intelectuais questionarem, pela primeira vez, o modelo civilizatório europeu. O apoio ou o desagravo aos alemães ou aos franceses e ingleses atiçavam os ânimos dos partidários de uma nação ou e de outra. Os oficiais do Exército Brasileiro observavam, embevecidos, os exércitos colocarem em funcionamento suas máquinas de guerra, suas novas tecnologias, o sistema de convocação dos soldados para preencher os claros na tropa e os movimentos das mesmas, ora apontando as falhas das forças do outro, ora exultando a superioridade do exército do País de sua preferência na condução dos rumos da guerra. Mas ao mesmo tempo em que a guerra europeia causava admiração, também assustava os oficiais brasileiros, face ao seu despreparo para o combate em uma guerra moderna.

O debate sobre a relevância de se ter uma força militar preparada para resistir e repelir qualquer invasão estrangeira, ação na qual os fracos exércitos dos países asiáticos ou africanos não conseguiram ter sucesso, foi intensa entre as autoridades militares, diplomatas, agentes políticos e intelectuais que acompanharam o conflito europeu. Nesse sentido, na pesquisa que ora se encerra, tentamos demonstrar que o Brasil não esteve alheio ao debate quanto as suas deficiências bélicas e necessidades de melhorias para o combate.

A Primeira Guerra vem, principalmente, ao encontro dos ideais reformadores dos oficiais do Exército. Diante dessa nova conjuntura que se impôs na Europa, os oficiais – principalmente os membros do Alto Comando do Exército – baseados na desconfiança em relação ao alcance e eficácia da Doutrina Monroe para a defesa do território brasileiro e premidos pelos resultados dos combates no Contestado conseguem sensibilizar a classe governamental a autorizar verbas orçamentárias para as modernizações, transformações e reestruturações pretendidas no Exército Brasileiro.

A falta de instrução dos oficiais nos combates, a ineficácia dos transportes, os estorvos em obter as remontas necessárias para a Cavalaria, as dificuldades para suprir as tropas, aquartelá-las e treiná-las durante a campanha de Canudos (1896-1897) e depois na do Contestado (1912-1916) demonstraram como o Exército estava despreparado para cumprir a sua missão de defender o imenso território nacional.

Ao retornarem do estágio no Exército Alemão, jovens oficiais do Exército Brasileiro, mais tarde conhecidos como “Jovens Turcos”, tentaram impor os ideais modernizadores que viram na Alemanha, por meio da organização de uma revista voltada para a temática militar, que começou a circular em 1913 e foi nomeada como “A Defeza Nacional”.

A revista “A Defeza Nacional”, por ser um canal de comunicação independente, foi a responsável por veicular as propostas de mudanças deste segmento do oficialato nacional e também as críticas dos mesmos oficiais às ações e decisões do Alto Comando. Os “Jovens Turcos” não propunham somente a modernização tecnológica do Exército. Eles advogavam igualmente a obtenção de novos armamentos e a criação de uma fundição, propondo também a transformação do Exército, por meio da obediência da Lei do Serviço Militar Obrigatório e da mudança dos currículos militares das escolas de formação. Também estava em pauta, para os editores de “A Defeza Nacional”, reorganizar a estrutura orgânica do Exército.

A partir de 1915, o Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, implementou várias reformas no Exército e, para tanto, se valeu de algumas ideias publicadas na revista “A Defeza Nacional” pelos “Jovens Turcos”. O escopo dessas mudanças visava a defesa do território brasileiro contra possíveis invasões estrangeiras.

Entre as transformações operadas pelo receio de uma invasão estrangeira em

terras brasileiras, entendemos que o Serviço Militar Obrigatório, por meio do alistamento obrigatório, foi o mais importante, pois, como é próprio do conceito de “transformação”, o Serviço Militar Obrigatório teve ação duradoura e alcançou toda a sociedade.

A reação ao sentimento de temor causado pela Primeira Guerra Mundial teve o seu ápice na contratação da Missão Militar Francesa. Esta teve como objetivos: modernizar o sistema de ensino e instrução do Exército, ensinando aos oficiais a exercer as funções de Estado-Maior e da alta administração do Exército; além disso, foram criados os cursos de revisão para os oficiais e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinadas aos capitães. A Missão Militar Francesa também estruturou o Estado-Maior do Exército como órgão formulador das doutrinas militares e como responsável pelas mudanças orgânicas do Exército.

Os combates semelhantes aos da Primeira Guerra Mundial, ou as suas precedentes invasões extraeuropeias, nunca chegaram a terras brasileiras. Mais uma vez, foram aceitas as possibilidades do Brasil ser fustigado por inimigos inúmeras vezes mais poderosos, o temor do inimigo externo e de suas hipotéticas ações suscitou debates e ampla mobilização de diversos segmentos da sociedade brasileira para as modernizações possíveis e necessárias ao Exército nacional.

Por importante, reiteramos: as fontes analisadas revelam preocupação recorrente entre os atores envolvidos no debate sobre a defesa nacional que se seguiu à eclosão da Grande Guerra, em 1914: estaria a tropa brasileira, naquele momento, preparada para desempenhar sua ação precípua de defender as fronteiras do País e os seus habitantes? Ficou evidente, para as partes envolvidas na discussão, que o Exército brasileiro, usando táticas e equipamentos de meados do século XIX, não poderia se equiparar aos congêneres das grandes potências e nem estava preparado para enfrentar o novo tipo de guerra que surgira, guerra muito mais tecnológica, com a economia nacional voltada para o conflito e financeiramente custosa.

Acreditamos que o Exército e os seus integrantes se transformam todo o tempo. Algumas vezes, essas mudanças ocorrem a partir de fatores externos, como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Em outras conjunturas, as alterações ocorrem a partir da baixa oficialidade ou do alto comando da própria instituição. Ansiamos por uma

ampliação dos estudos das transformações do Exército brasileiro e das suas consequências, em que os conceitos sejam mais bem compreendidos e analisados e não apenas mencionados. Este estudo apresenta-se como contribuição para tal debate.

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. J. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994.

ALBUQUERQUE, C. M. D. F. E. **Diccionário Téchnico Militar de Terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911.

ALMEIDA, F. E. A. A situação material dos navios de guerra da Armada Nacional ao final de 1917: uma análise crítica. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-19, 2007.

AYERBE, L. F. **A Reinvenção da Doutrina Monroe**. 2004. Determinismo cultural e política externa de Estados Unidos pós-11/09. Disponível em: <www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

BANDEIRA, L. A. M. **O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil**: as relações da Alemanha com o Brasil e a América latina (1949-1994). São Paulo: Ensaio, 1994.

BARROS, J. D. **O Campo da História - Especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: aspectos de uma interface. Saeculum - **Revista de História**, João Pessoa, p. 128. 141, jan./ jun. 2005.

BARROS, J. D. **O Projeto de Pesquisa em História**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, N. A **Teoria das Formas de Governo**. Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1976.

BONOW, S. C. **A Desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial**: cidadãos leais ou retovados? 2011. 379 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 108-A**, de 30 de Dezembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-108-a-30-dezembro-1889-526060-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** - MD35-G-01.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Centro de História e Documentação Diplomática. Documentos Diplomáticos, I Guerra Mundial – Atitude do Brasil 1914-1917, 1918. **Cadernos do CHDD**, ano 14. n. 26. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

_____. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. **Coleção das leis e decretos dos estados unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900-1910.

BRUM, C. E. A Medicina vai à Guerra: a missão médico-militar brasileira na França durante a Primeira Guerra Mundial (1918-1919). **Revista História**: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 306-317.

CABRAL, Oswaldo. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARVALHO, F. S. de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

_____. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

_____. **Memórias – dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: s/ed, 1950.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Mandonismo, coronelismo e clientelismo**: uma discussão conceitual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, T. M. D. **Coerção e Consenso na Primeira República**: a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2009.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945)**. In: XII Encontro Regional de História. Usos do Passado. Associação nacional de História – ANPUH: Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Celso%20Castro.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CERVO, A. L. B. C. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

CIDADE, F. D. P. Do Contestado: observações colhidas nas operações da columna sul. **A Defeza Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 109, dezembro 1915.

COELHO, E. C. **Em Busca de identidade**: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1976.

COMPAGNON, O. **O Adeus à Europa**: a América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

COVARRUBIAS, J.G. **Nuevas amenazas y transformación de la defensa**: el caso de latinoamérica. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado (UNED). Disponível em: <http://iugm.es/uploads/tx_iugm/Transformacion_castellano_.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Os Três Pilares de uma Transformação Militar**. Military Review. pp 16-24.Ed Nov/Dez 2007. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MRnovdez07.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro: Record, 1975. Disponível em: <http://futuro.usp.br/portal/website.ef>. Acesso em: 24 maio 2016.

DALFRÉ, L. A. **Outras Narrativas da Nacionalidade**: o Movimento do Contestado. Curitiba: 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciencias Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2004.

DALMAZO, R. A. **As Relações de Comércio do Rio Grande do Sul**: do século XIX a 1930. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2004.

MONROE, James. **Doutrina Monroe**. 1823. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/doutrina-monroe-1823.html>. Acesso em: 19 maio 2016.

ESPIG, M. J. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Processo de Transformação do Exército**. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **A Defesa Nacional**. n. 3, Editorial, de 10 de dezembro de 1913a.

_____. **A Defeza Nacional**, 1917, p. 281-182.

_____. **A Defeza Nacional**, n. 13, 10 out. 1914.

_____. A Nossa Reserva. **A Defeza Nacional**, n. 2, p. 35-37, 1913b.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Enquanto é tempo. **A Defeza Nacional**, n. 33, 1916.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Fé-de-Ofício**, n. XX-34-02.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Coleção de Leis do Brasil**. Lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Decreto 11.497**, de 23 de fevereiro de 1915, que faz a remodelação do Exército Nacional.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1891**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1892**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1895**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1903**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1904**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1911**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1915**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1916**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1917**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do Ministro da Guerra de 1919**.

_____. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro, Série: **Revoluções Internas**, Subsérie: Forças em Operações no Contestado, Paraná, Santa Catarina, Período 1914-1915, Caixa 5531-B, Telegrama 33, pasta 05.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército**, n. 5, Novembro de 1914, v. VIII.

_____. Processo de Transformação do Exército. **Plano de Trabalho do Exército Brasileiro 2015/2035**. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Regulamento de Administração do Exército** (RAE)-(R-3). Disponível em: <http://bibliotecamilitar.com.br/wp-content/uploads/2016/02/rae.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

FAGUNDES, Luciana. **Participação Brasileira na Primeira Guerra Mundial**, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em: 07 maio 2016.

FEREZIN, C. C. W. **A recepção de Clausewitz no Exército Brasileiro**: da guerra fria ao pós-guerra fria. São Carlos: UFSCar, 2013.

FERREIRA, B. T. S. **"Cidadãos, às armas!"**: a introdução do sorteio militar no estado do Mato Grosso (1908-1932). 2014. 338 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRANÇA, T. C. N. **Self Made Nation**: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso. 2007. 408 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GALDIOLI, A. S. **Soft Power dos Estados Unidos**: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), São Paulo.

GONÇALVES, P. C. Um Imperialismo Possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914). **Revista História**, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-358, ago/dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a16v30n2.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. In: **Cadernos Adenauer XIV**. Relações Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro, 2013. p. 13. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/11136-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

GUZMÁN, J. J. C. **Transformação de um Exército**: a cultura na transformação do Exército Chileno. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HART, B. H. L. **As Grandes Guerras da História**. São Paulo: IBRASA – Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1963.

HOBSBAWM, E. E. R. T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era do Capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

_____. **Era dos Extremos, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre a formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HUNT, L. **A Invenção dos Direitos Humanos**: Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUYSSEN, A. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

KEEGAN, J. **Agosto de 1914**: Irrompe a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Renes, 1978.

_____. **História ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHLMANN, P. R. L. **O Serviço Militar, democracia e defesa Nacional**: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LIND, W. S. Compreendendo a Guerra de quarta geração. **Military Review** (Edição Brasileira), Fort Leavenworth, KS: Combined Arms Center, v. TOMO LXXXV, n. 1, p. 12-17, Janeiro-Fevereiro 2005.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1998.

LOURO, J. M. M. **“O Cavalo ou o Motor”**: análise do processo de motomecanização no Exército Brasileiro (1921-1942). 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LUNA, C. M. D. A. **O Desenvolvimento do Exército e as Relações Militares entre o Brasil e Alemanha (1889-1920)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 514 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: UNICAMP, 2004.

MAGALHÃES, J. B. **Noções Militares Fundamentais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

MAGALHÃES, M. B. **Pangermanismo e Nazismo**: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Unicamp,1998.

MARTINS, L. L. **História, Literatura e Memória**: Reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918). 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MATOS, S. R. R.; ZARY. J. C. F. A Revista do Exército Brasileiro no Alvorecer da Primeira Guerra Mundial: o debate sobre a doutrina militar brasileira. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 150, 3º quadrimestre de 2014, pp. 60-72. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/003485864acf4aa86fe21>. Acesso em: 11 maio 2106.

McCANN, F. D. **A Nação Armada**: Ensaios sobre a História do Exército Brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

_____. The Formative Period of Twentieth-Century Brazilian Army Thought, 1900-1922. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 64, n. 4, pp. 737-765, 1984.

_____. **Soldados da Pátria**: História do Exército. Rio de Janeiro: Bliblioteca do Exército Editora, 2009.

MENDONÇA, V. B. A **Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MERCANDANTE, P. **Militares e Civis**: A Ética e o Compromisso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2016. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2016.
MILANI, C. R. S. A Importância das Relações Brasil - Estados Unidos na Política Externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 6, p. 69-85, 2011.

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, V. J. R. **Do "exército das sombras" ao "soldado-cidadão"**: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista nação Armada (1939-1947). 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2010.

MOTA, S. G. **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: Aste, 2008.

MOURA, A. P. D. **Contestado**: a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOURE, T. R. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.

PASSOS, R. D. F. D. **Clausewitz e a Política**: uma leitura da Guerra. São Paulo: Tese de Doutoramento apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2005.

PEIXOTO, D. **Campanha do Contestado – Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.

PEREIRA, M. G. (Org.). **Barão do Rio Branco**: 100 anos de memória. Brasília: Funag, 2012.

PIRES, L. C. Os Inimigos da Nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o "Perigo Alemão" durante a Grande Guerra (1915-1919). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 61-80, 2015.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1992. ISSN 3.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

QUEIROZ, M. V. D. **Messianismo e conflito social - A Guerra Sertaneja do Contestado**: 1912-1916. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

RÉ, F. M. A. **A Distância entre as Américas**: uma leitura do Pan-Americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). 2008. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Política). Universidade de São Paulo, 2010.

REIS, E. **Processos e escolhas**: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

REIS, J. C. **História e Teoria, Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, R. **O Século XIX: 1815/1914**. 2002. Disponível em: <file:///C:/Primeiro%20capitulo%20Fernando/bibliografia%202%20capitulo/rene_remond_o_seculo_xix.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

RÉMOND, R. **O Século XX**: De 1914 aos Nossos Dias. São Paulo: Cultrix, 1999.

RÉMOND, R. **Por Uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

RODRIGUES, F. S. **Uma Carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, F. D. S. **Indesejáveis**: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do. São Paulo: Paco Editorial, 2011.

RODRIGUES, R. R. **Os sertões catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande sertão**: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro. 2008b. 430 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SALADINI, A. P. S. **Trabalho e Imigração**: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2011.

SALOMÃO, E. R. **A Guerra de S. Sebastião (1912-1916)**: um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sócio-religioso do contestado. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília.

_____. **Exército encantado de São Sebastião**: um estudo sobre a reelaboração do mito sebastianista na guerra do contestado (1912-1916). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de Brasília, Brasília.

SCHULZ, J. **O Exército na Política**: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

STRACHAN, H. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

THOMÉ, N. **Os iluminados**: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado. Florianópolis: Insular, 1999.

TREVISAN, L. N. **As Obsessões Patrióticas**: Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. **Faria, Caetano de**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-república/FARIA,%20Caetano%20de.pdf. Acesso em: 25 ago 2016.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. **Fonseca, Hermes da**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-república/FONSECA,%20Hermes%20da.pdf. Acesso em: 25 ago 2016.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. **Mallet, João Nepomuceno de Medeiros**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-república/MALLET,%20Jo%C3%A3o%20Nepomuceno%20de%20Medeiros.pdf. Acesso em: 25 ago 2016.

VALENTINI, D. J.; ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (Org.). **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912 – 2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VICARIO, G. **Militares e Política na América latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

VINHOSA, F. L. T. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

WRIGHT, Q. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.